

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN
CURSO DE DESIGN**

WESLEY SILVA SANTIAGO

**DESIGN DE ABRIGOS EMERGENCIAIS MÓVEIS PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

SÃO PAULO
2024

WESLEY SILVA SANTIAGO

**DESIGN DE ABRIGOS EMERGENCIAIS MÓVEIS PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso 2
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Design
pela Universidade de São Paulo, sob
orientação do Prof. Dr. Gustavo Orlando
Fudaba Curcio.

SÃO PAULO

2024

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a produção de um modelo de abrigo emergencial móvel destinado para as pessoas em situação de rua que não possuem moradia e nem são atendidas por serviços de amparo social. Através do processo de produção do abrigo, busca-se evidenciar a existência deste público historicamente marginalizado, dando visibilidade para suas necessidades fundamentais e direitos, sobretudo, à habitação do espaço público urbano. Portanto, conclui-se que o design de abrigos emergenciais pode melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas em situação de rua, promovendo sua dignidade e integração social.

Palavras-chave: design; abrigo emergencial; aporofobia; centros urbanos; pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

The Course Conclusion Project aims to produce a mobile emergency shelter model designed for homeless people who do not have housing and are not supported by social support services. Through the shelter production process, we seek to highlight the existence of this historically marginalized public, giving visibility to their fundamental needs and rights, above all, to housing in urban public space. Therefore, it is concluded that the design of emergency shelters can significantly improve the quality of life of homeless people, promoting their dignity and social integration.

Keywords: design; emergency shelter; aporophobia; urban centers; homeless people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022).....	24
Figura 2 – Banco de praça próximo à Avenida Adolfo Pinheiro em Santo Amaro....	36
Figura 3 – Banco em ponto de ônibus.....	37
Figura 4 – Estacas metálicas dispostas sobre fachada de prédio na República.....	38
Figura 5 – Arredores da Catedral Santo Amaro em São Paulo.....	39
Figura 6 – Imagem da antiga Praça Padre João Álvares, em Itaquaquecetuba.....	40
Figura 7 – Obra da Praça Padre João Álvares.....	41
Figura 8 – Palco concluído na Praça Padre João Álvares.....	42
Figura 9 – Jogos e questionários utilizados em dinâmica.....	48
Figura 10 – Imagens de espaços da Vila Reencontro.....	54
Figura 11 – Vestígios de pessoas em situação de rua em Praça da República.....	55
Figura 12 – Coreto da Praça da República utilizado como abrigo.....	56
Figura 13 – Pessoa em situação de rua abrigada em calçada da Avenida Paulista.	57
Figura 14 – Moradia improvisada feita de papelão por pessoa em situação de rua.	58
Figura 15 – Projeto Módulos de vivienda de emergencia desplegables.....	64
Figura 16 – Projeto who knows.....	65
Figura 17 – EMPWR coat.....	66
Figura 18 – Desenhos experimentais.....	67
Figura 19 – Proposta inicial de abrigo emergencial móvel em formato de mala.....	68
Figura 20 – Renderização da primeira proposta de abrigo emergencial.....	69
Figura 21 – Renderização da mala e seção.....	70
Figura 22 – Modelo volumétrico de mala feito em papelão.....	71
Figura 23 – Modelo volumétrico de mala aberta feito em papelão.....	72
Figura 24 – Comparação entre a proposta antiga e a proposta redimensionada.....	76
Figura 25 – Comparação entre nova proposta com pessoa.....	77
Figura 26 – Estrutura de conexão de vagões de trem.....	79
Figura 27 – Experimentação com papel sulfite para estrutura retrátil do abrigo.....	80
Figura 28 – Estrutura retrátil.....	81

Figura 29 – Estrutura retrátil estendida.....	82
Figura 30 – Detalhe da estrutura retrátil estendida.....	82
Figura 31 – Estrutura retrátil com cobertura.....	83
Figura 32 – Puxador superior.....	85
Figura 33 – Rodízios.....	86
Figura 34 – Puxador lateral.....	86
Figura 35 – Alça telescópica.....	87
Figura 36 – Dois volumes principais.....	88
Figura 37 – Duas variações de bolsa.....	89
Figura 38 – Exemplo de disposição das 6 bolsas com adição de garrafa.....	89
Figura 39 – Disposição das 6 bolsas e garrafa de água no volume do abrigo.....	90
Figura 40 – Representação de colchonete inflado no interior do abrigo.....	91
Figura 41 – Primeira paleta de cor com padrão CMYK e RGB.....	94
Figura 42 – Aplicação da primeira paleta de cores.....	95
Figura 43 – Segunda paleta de cor com padrão CMYK e RGB.....	95
Figura 44 – Aplicação da segunda paleta de cores.....	96
Figura 45 – Inserção do abrigo emergencial em contexto urbano.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS – Acrilonitrila Butadieno Estireno

CadÚnico – Cadastro Único

Censo SUAS – Censo do Sistema Único de Assistência

Centro POP– Centro de Referência Especializado para População em

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo

GloWD – Globally We Design

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAME – Seção Técnica de Modelos Ensaio e Experimentações Construtivas

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNPSR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

PSR – Pessoas em situação de rua

SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação Situação de Rua

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
PROBLEMA.....	11
JUSTIFICATIVA.....	12
OBJETIVOS GERAIS.....	14
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
METODOLOGIA.....	14
1. CONTEXTO HISTÓRICO.....	15
1.1 O capitalismo industrial e a Revolução Industrial.....	15
1.2 Os impactos da Revolução Industrial na marginalização da sociedade brasileira e invisibilidade da população em situação de rua.....	19
2. UMA POPULAÇÃO CRESCENTE.....	23
2.1 Levantamento e análise de dados estimativos sobre a população em situação de rua.....	23
2.2 Perfil da população em situação de rua, causas e reivindicações.....	28
3. APOROFOBIA COMO DESAFIO À INCLUSÃO HABITACIONAL.....	31
3.1 Do preconceito à urbanização das cidades.....	31
3.2 Design e arquitetura hostis.....	34
4. EM SITUAÇÃO DE RUA.....	44
4.1 Serviços de assistência social.....	44
4.2 Estudo de caso: Despertar da Família-Catedral.....	46
4.3 Vulnerabilidade.....	52
5. ABRIGOS COMO EMBALAGEM VITAL.....	58
6. SOLUÇÃO PROJETUAL.....	61
6.1 Iniciação e primeiras propostas.....	61
6.2 Mudanças dimensionais.....	73
6.3 Estrutura retrátil.....	77
6.4 Componentes e itens complementares.....	84
6.5 Escolha de materiais.....	91

6.6 Seleção de cores.....	92
6.7 Aplicação e uso.....	96
7. CONCLUSÃO.....	98
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
9. APÊNDICE A: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA.....	104
10. APÊNDICE B: DESENHOS TÉCNICOS.....	107

INTRODUÇÃO

De acordo com dados da publicação preliminar de dezembro de 2022 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), no ano de 2022 o número de pessoas em situação de rua (PSR) no Brasil superou a marca de 281 mil (281.472 pessoas, mais especificamente), uma marca que representa um crescimento de cerca de 38% levando em conta o período de 2019 e 2022, momento em que a pandemia de COVID-19 havia se intensificado no país (OPAS, [s.d.]).

Ainda de acordo com a publicação preliminar (IPEA, 2022), em uma década (2011-2021), o crescimento deste público representou incríveis 211%, um valor muito superior ao aumento da população brasileira no mesmo período (11%) constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta estimativa demonstra o crescimento alarmante da população em situação de rua nos últimos anos, principalmente levando em conta os anos de instabilidade que a pandemia de COVID-19 gerou ao tomar conta do território brasileiro mudando a vida de milhares de brasileiros que perderam entes queridos, familiares, seus próprios empregos, e se viram obrigados a abandonar suas casas por não conseguir arcar com os gastos de moradia.

Mas essa realidade já era comum muito antes da pandemia de COVID-19 se alastrar. Segundo dados da pesquisa completa do IPEA realizada pelo pesquisador Marco Natalino e publicada em fevereiro de 2023 (NATALINO, 2023, p. 12), somente a região Sudeste do país, uma das regiões de maior concentração demográfica do país, registrou em 2012 a marca de 46.702 pessoas em situação de rua. Sete anos mais tarde, até o final de 2019, ano em que os primeiros casos de COVID-19 começaram a surgir no mundo e o estado de pandemia ainda não havia sido instaurado (OPAS, [s.d.]), essa marca já havia atingido o número de 114.413 pessoas na região.

E é de se considerar que esses números são somente uma estimativa, pois, como introduz Natalino (2023, p. 5), o Brasil ainda não possui dados oficiais sobre o número real de pessoas em situação de rua no país, mesmo que a contagem oficial desse segmento seja prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) assegurada pelo Decreto nº 7.053 de 2009 (BRASIL, 2009).

O que fica evidente é que a população de pessoas em situação de rua no país é real e numerosa, e esse número só vem aumentando ao longo do tempo. Diariamente, nas cidades brasileiras, principalmente àquelas localizadas em grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo, estes indivíduos são facilmente encontrados nas estações de metrô e trem, sentados ou deitados em calçadas ou bancos de praças, sempre à margem da sociedade, sobrevivendo da melhor maneira possível em condições adversas. Muitos desempenham atividades em busca de alguma remuneração, enquanto outros ficam à mercê da boa vontade de pessoas e de políticas do poder público. O fato é que não ter uma casa ou um local que assegure as necessidades básicas de conforto, segurança e dignidade é um grande problema pois abre espaço para os perigos que a rua pode trazer.

Olhando para este cenário, constata-se que o país ainda precisa evoluir em muitas áreas para proporcionar um sistema mais igualitário que reintegre quem está nas ruas. Mas enquanto esse cenário não é mudado, é preciso pensar em medidas que de alguma forma aliviem as necessidades imediatas desses indivíduos, e é nesse campo que o design pode ser de grande valor.

Bruno Munari, referência em processos metodológicos de concepção de projetos no campo do design, define o profissional de design, ou seja, o designer, como “[...] um projetista dotado de sentido estético, que trabalha para a comunidade. O seu trabalho não é pessoal, mas de grupo: o designer organiza um grupo de trabalho segundo o problema que deve resolver.” (MUNARI, 1990, p. 30). Seguindo esse pensamento, percebe-se que é papel fundamental do designer desempenhar ações projetuais que tenham como foco solucionar problemas de um grupo específico.

Tendo como norte esse pensamento, o presente projeto busca evidenciar a presença das pessoas em situação de rua, suas dores e a forma como são vistas e tratadas historicamente na sociedade brasileira, estruturando-se na premissa de oferecer uma solução de design de baixo custo que amenize uma destas principais dores: a falta de moradia. É necessário destacar o caráter mitigatório da proposta, visto que a problemática de pessoas em situação de rua se estende por diversos campos. É um problema social, econômico e de saúde que alcança outras esferas que não pode ser solucionado apenas com um projeto de design. Mas, de certa

forma, o design é um passo favorável rumo à solução do problema maior e que pode ser utilizado como forte aliado nesse contexto.

PROBLEMA

De acordo com Bruno Munari (2017, p. 48) em seu livro *Das Coisas Nascem Coisas*, para se obter uma melhor compreensão de um problema é preciso compreender todos os componentes que formam o problema. Neste caso, o público-alvo, ou seja, as pessoas em situação de rua, são um dos principais componentes da problemática, por isso se faz necessário identificar quais indivíduos se enquadram ou não na categorização de pessoas em situação de rua.

Para o presente trabalho, é abordada a seguinte definição citada no artigo 1º do Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009 que institui a PNPSR, uma das principais conquistas de direitos para a população em situação de rua:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Seguindo um raciocínio lógico, há diversas razões que podem explicar o que leva uma pessoa a assumir uma trajetória de rua, como problemas familiares, problemas financeiros, doenças, vícios, ausência de moradia, falta de amparo governamental entre outras. E ainda há de se destacar que alguns desses aspectos já mencionados podem ser também produzidos pelo próprio fato de se viver na rua. No entanto, o que todos esses casos têm em comum é que chegam no resultado em que o indivíduo é destinado a viver à margem da sociedade.

Habitando em ruas e espaços degradados que assumem o papel de moradia, mesmo que não possam desempenhar esse papel originário, nesses espaços, as pessoas em situação de rua têm como única possibilidade subsistir de maneira limitada, com necessidades humanas básicas privadas, o que fere a própria Constituição Federal de 1988, levando-se em conta o princípio de dignidade de pessoa humana, que tem sua previsão no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Este inciso pode ser entendido como a garantia das necessidades vitais de sobrevivência de cada indivíduo.

Não obstante, há de se destacar que, como resposta a esse cenário hostil, muitos destes indivíduos despertam um lado criativo para aprender a lidar com os problemas enfrentados na rua, como a falta de moradia. Não é incomum ver nos espaços urbanos habitados por pessoas em situação de rua, como as praças, soluções criativas que se utilizam de materiais garimpados nas próprias ruas para a construção de moradias provisórias, verdadeiros abrigos emergenciais.

Contudo, mesmo que sejam essas iniciativas positivas, os aparatos criados não atendem a requisitos de projeto de alta complexidade que demandam de um conhecimento específico e, sobretudo, de materiais que foram produzidos especificamente para este tipo de produção. Sendo assim, mesmo que estes aparatos inventivos mitiguem a necessidade imediata do indivíduo de se ter onde pernoitar, não o fazem da melhor maneira.

Por fim, tomando a questão da produção de abrigos emergenciais como principal problemática para este projeto, constata-se que se faz necessário a inserção dos conhecimentos teóricos e práticos do campo de design, principalmente aqueles ligados ao processo projetual e de produção, para uma melhor execução de projeto. Assim, o presente trabalho busca responder a pergunta: Como elaborar um aparato físico que sane as necessidades básicas de abrigo provisório emergencial para pessoas em situação de rua?

JUSTIFICATIVA

O interesse em tratar o tema que aborda pessoas em situação de rua surgiu ao participar de um laboratório online de design em 2022 chamado Globally We Design (GloWD). Durante 5 semanas, o GloWD reuniu 40 equipes transdisciplinares de 11 pessoas, sendo 10 alunos e 1 docente, de universidades distintas de todo o mundo, que tiveram a oportunidade de se conectar, compartilhando ideais em torno de algumas problemáticas. Uma dessas problemáticas foi a de desenvolver soluções projetuais de design que solucionassem problemas de habitação para a população em situação de rua.

Participar posteriormente das aulas da disciplina de Design para Mobilidade e Transporte, ministradas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo pela professora Denise Dantas, possibilitou a

oportunidade de continuação do projeto iniciado no GloWD, com uma maior compreensão das questões que abrangem o campo de habitação e mobilidade do público-alvo, sobretudo, da sua trajetória diária nos centros urbanos brasileiros.

Conhecer mais da realidade deste público destacou uma problemática que é presente na realidade global e brasileira, ainda que muitas vezes seja invisibilizada ou mesmo diminuída: o contingente de pessoas em situação de rua no Brasil é real e a progressão dos últimos anos mostra que está longe de diminuir (NATALINO, 2023, p. 12). É um público que está inserido em um contexto onde seus direitos sociais mais básicos são violados e que, na visão preconceituosa estabelecida pelo senso comum e tradição histórica, são muitas vezes vistos como marginais, ociosos ou vagabundos.

Esse olhar preconceituoso também é reflexo de políticas higienistas e aporofóbicas que estão no cerne do planejamento das grandes cidades que são separadoras, não pensadas para todos. Nesse sentido, o preconceito atua como um dos principais dificultadores para a discussão na busca por soluções projetuais que atendam às diversas necessidades das pessoas em situação de rua, como necessidade de moradia.

Olhando para este cenário, mesmo que a existência de pessoas em situação de rua não seja uma novidade na história da humanidade, a busca por soluções que visem sanar as dores deste público só começou a surgir recentemente. No cenário brasileiro, especificamente, este fato é comprovado ao constatar que as principais políticas que asseguram direitos básicos para pessoas em situação de rua, como a PNPSR assegurada pelo Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009, só surgiram nas últimas duas décadas. E quando se pensa em design, o número de projetos desenvolvidos para atender este público é ainda menor.

Partindo desta análise, constatou-se, portanto, que utilizar o espaço acadêmico como forma de fomentar e motivar novas discussões em futuros projetos de design voltados para pessoas em situação de rua é essencial, tanto como forma a atender uma demanda existente de um público que aumenta diariamente, como para agir de maneira conscientizadora evidenciando o tratamento preconceituoso existente no planejamento das cidades, principalmente dos artefatos arquitetônicos e de design presentes nelas.

OBJETIVOS GERAIS

O presente trabalho tem como principal objetivo produzir um modelo de abrigo emergencial móvel destinado para pessoas sem moradia, que vivem em condição de rua, em estado de vulnerabilidade. A partir do processo de pesquisa e elaboração do produto final, em metodologia de projeto em design, também busca-se visibilizar este público, suas necessidades básicas e direitos, principalmente, direitos relacionados ao acesso e permanência em espaços urbanos públicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, o presente trabalho busca contribuir para que a dignidade humana seja cumprida para a população em situação de rua a partir de uma solução projetual de abrigo; fomentar mais projetos de design que tenham como foco pessoas em situação de rua; mostrar histórias de pessoas e instituições dedicadas à população em situação de rua como forma de dar voz à questão; evidenciar o uso de práticas projetuais de arquitetura e design hostis como manifestações preconceituosas nos centros urbanos.

METODOLOGIA

Segundo Munari (2017, p. 20), no campo projetual e, sobretudo, no campo do design, não se deve projetar sem um método claro, visto que a organização metódica, partindo de uma linha racional que envolve processos, como pesquisa e documentação de referenciais, é uma forma de promover uma progressão objetiva, lógica, que facilite o processo projetual.

Seguindo a lógica de Munari, no design, o método projetual, mesmo que lógico, não é algo absoluto, é um modelo que pode ser modificado ao se deparar com valores que melhorem o processo, da mesma forma que a criatividade do projetista, neste caso, do designer, pode ser aplicada ao método para o melhorar.

Com essa definição em mente, o modelo metodológico escolhido para desenvolver o presente projeto foi o *Double Diamond*, um modelo de processo de design desenvolvido pelo Design Council (2024) do Reino Unido. Este modelo metodológico se baseia na premissa de que o design eficaz envolve uma abordagem interativa e focada no próprio usuário para resolução de problemas, por

isso o *Double Diamond* enfatiza a importância de abordar o design desde a compreensão do problema até a implementação da solução. Além disso, o processo projetual é dinâmico, envolvendo fases em que é possível retroceder e avançar de acordo com as descobertas.

Aliado ao modelo metodológico, para a realização do projeto será necessário a utilização de ferramentas de pesquisa como: levantamento de referências bibliográfica e documental; levantamentos de dados estatísticos; realização de entrevista em caráter qualitativo; registro e posterior análise de imagens; levantamentos de dados e referências de projetos existentes ou análogos.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 O capitalismo industrial e a Revolução Industrial

Nas obras *A Era das Revoluções* (HOBBSAWM, 2017a) e *A Era do Capital* (HOBBSAWM, 2017b), o importante historiador britânico Eric Hobsbawm destaca a importância de estudar as mudanças, econômicas, sociais e políticas ao longo do tempo para ter um melhor entendimento das dinâmicas contemporâneas. Olhando por esse prisma, fez-se necessário primeiro, para compreender o cenário atual vivenciado, analisar o contexto histórico que contribuiu para o surgimento da população de pessoas em situação de rua. Dessa forma, é possível refletir sobre as lições deixadas pela história com acontecimentos passados, e pensar sobre as possíveis alternativas para a solução do problema apontado no presente trabalho.

No Brasil, não há documentos historiográficos específicos que relatam a construção da história das pessoas em situação de rua, mas podem ser feitos levantamentos históricos de acontecimentos, mundiais e nacionais, que contribuíram para o surgimento dessa população de pessoas. Tendo isso em mente, partindo do pensamento que a população atual de pessoas em situação de rua é resultante de uma sociedade baseada na desigualdade social e no modelo de consumo capitalista, é necessário abordar a situação global no contexto do final do século XVIII e início do século XIX, período marcado pela ascensão do capitalismo industrial e da Revolução Industrial.

O capitalismo, de fato, já existia, mas em menor proporção se comparado com o modelo posterior à Revolução Industrial e à definição trazida pelo teórico

alemão Karl Marx¹. Foi a partir das mudanças nas relações comerciais, com a introdução do modelo de capitalismo comercial e o uso de práticas mercantis, que foi possível construir recursos fundamentais, ao longo do tempo, para criar as condições necessárias para que a Revolução Industrial acontecesse e, conseqüentemente, potencializasse o próprio modelo capitalista.

Para Hobsbawm, há diversos motivos que podem explicar o início da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, como o acúmulo no volume de capital e um acúmulo de decisões de incontáveis investidores e empresários guiados pelo princípio de comprar no mercado mais barato e vender no mercado mais caro. Qualquer que fosse o motivo do avanço britânico, Hobsbawm afirma que ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica, pois outras nações estavam à frente do britânicos nestas questões, mas a Revolução Industrial os colocou, inquestionavelmente, em primeiro lugar ao trazer mudanças significativas para a sociedade que mudou definitivamente a forma como as relações sociais e comerciais eram lidadas no mundo:

[...] a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2017a, p. 59).

Segundo Marx (2013), a formação do mercado de trabalho inglês se deu a partir da expropriação das terras dos camponeses, fato que causou a separação do camponês do campo. Esse indivíduo, com opções reduzidas de trabalho, viu como solução a busca por melhores condições de vida migrando para os centros urbanos que concentravam as principais oportunidades de trabalho. Isso resultou em uma rápida expansão das cidades, em um processo de urbanização, que cresceram à medida que as pessoas migraram em massa do campo.

Esse processo de urbanização aconteceu de forma rápida e desorganizada, levando ao surgimento de muitos bairros urbanos degradados e superlotados, onde as pessoas viviam em condições insalubres. Os camponeses que não eram

¹ Para Marx (2013), o capitalismo é um sistema econômico que baseia-se na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro. Neste sistema, uma classe dominante, chamada burguesia, detém a propriedade privada dos meios de produção, como fábricas e maquinário, enquanto que uma classe trabalhadora, o chamado proletariado, vende sua força de trabalho à classe dominante em troca de um salário.

contratados pelas fábricas ou não conseguiram outros empregos passaram a vagar pelas cidades.

Esse período viu uma transformação significativa na estrutura social, com o surgimento de uma classe trabalhadora empobrecida, com pouca especialização profissional, mas que trazia riqueza aos já ricos a partir de trabalhos, em sua maioria, manuais e operacionais, em longas jornadas e salários extremamente baixos. O modelo industrial foi tão bem-sucedido que, como cita Hobsbawm (2017a, p. 66), passou a ser copiado por outros países.

A partir da ruptura dos antigos hábitos de trabalho, a sociedade industrial foi marcada por relações de capital e trabalho profundamente desiguais, condescendentes à exploração da força de trabalho de todos aqueles que não fossem os donos dos meios de produção. Surgiria assim, como define Marx (2013), o enquadramento de duas classes basilares para explicar a dinâmica do capitalismo: o proletariado, composta pela classe trabalhadora; e a burguesia, composta pelos indivíduos donos dos meios de produção.

Diante dessa realidade, o que também passou a ser comum foi o debate sobre a brutalidade que o capitalismo industrial tinha na exploração do trabalhador, na destruição das paisagens naturais e na redução das vidas das pessoas a meras engrenagens de um sistema maior. Neste contexto, Marx foi um dos primeiros autores a apontar o caráter predatório da burguesia que passou a crescer à medida que o industrialismo e, conseqüentemente, o capitalismo industrial ganhavam forças pelo mundo:

A burguesia, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização [...] Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem (MARX; ENGELS, 1848, apud HOBBSAWM, 2017b, p. 87)

Olhando para o outro lado da moeda, é impossível não considerar que o capitalismo industrial e a Revolução Industrial também fomentaram impulsos positivos para a sociedade global. Pode-se citar como exemplo o fortalecimento econômico com o nascimento de novas redes comerciais de troca, a produção de novos produtos, o surgimento de novas profissões e especializações. Mas essas mudanças trouxeram uma desigualdade proporcionalmente impactante em diversas instâncias sociais, principalmente se for analisada a dinâmica nas fábricas.

Nesse âmbito, como destaca o historiador brasileiro Rafael Cardoso, o design pode ser usado como exemplo de campo que teve mudanças significativas ao receber a requalificação de profissionais e propor um modelo projetual que encabeçava a linha de produção, esta por sua vez repleta de operários sem qualificação recebendo salários baixíssimos:

Em vez de contratar muitos artesãos habilidosos, bastava um bom designer para gerar o projeto, um bom gerente para supervisionar a produção e um grande número de operários sem qualificação nenhuma para executar as etapas, de preferência como meros operadores de máquinas. A remuneração alta dos dois primeiros era mais do que compensada pelos salários aviltantes pagos aos últimos, com a vantagem adicional de que estes podiam ser demitidos sem risco em épocas de demanda baixa (CARDOSO, 2008, p. 34).

Também é importante destacar o impacto que o avanço tecnológico propiciado pela Revolução Industrial teve ao promover o processo de mecanização da produção, que contrapunha a ideia do trabalho artesanal. Segundo Cardoso (2008, p. 34), a aplicação de máquinas a vapor a processos de produção e a introdução das primeiras máquinas-ferramentas de precisão deram um vislumbre que era possível obter um maior desempenho produtivo evitando o erro humano, o sonho era eliminar a mão-de-obra. Esse pensamento foi compartilhado por diversos ideólogos do progresso industrial e, por conseqüente, começou a influenciar a indústria que buscava a completa automação industrial, como considera Cardoso:

Na realidade, a mecanização dos processos de fabricação demorou muito mais para acontecer do que eles imaginavam, ocorrendo em ritmo desigual nas diversas indústrias e de forma incompleta até nas mais avançadas tecnologicamente. De tão alardeada, porém, a automação acabou se transformando em quimera para os capitalistas que a perseguiram e em fantasma para os operários que a temiam. Tanto uns quanto outros tinham como certo que a introdução de máquinas no processo produtivo acarretaria o aumento da produção e a diminuição da mão-de-obra, o sonho dos primeiros e o pesadelo dos últimos (CARDOSO, 2008, p. 35).

À medida que o processo de automação industrial acontecia, os operários foram perdendo seus empregos para as máquinas. O contingente de desempregados aumentava, por conseqüência, àqueles que não conseguiam empregos se somavam às pessoas que já viviam em condições precárias nas ruas. Mais tarde seriam implementadas políticas higienistas em muitas cidades com o objetivo de "limpar" essas áreas, o que significava, na maioria das vezes, o deslocamento forçado deste público, incluindo aqueles em situação de rua, para outras áreas num processo que pode ser identificado como marginalização.

1.2 Os impactos da Revolução Industrial na marginalização da sociedade brasileira e invisibilidade da população em situação de rua

No cenário do Brasil, um fato marcante para a construção do contexto de marginalização foi, principalmente, a abolição da escravidão em 1888 e a consequente falta de políticas de inclusão social para os recém-libertos que ainda eram vistos como escravos pelo olhar preconceituoso imposto pela realidade escravocata brasileira, ainda fresca na mente das pessoas. Em seu livro História do Brasil, o historiador brasileiro Boris Fausto, destaca a situação que os libertos deparavam-se ao adquirir sua liberdade:

Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravizados de forma arbitrária. Não podiam pertencer ao Senado da Câmara ou a prestigiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mesmo a liberdade de um ex-escravo podia ser revogada, por atitudes de desrespeito para com seu antigo senhor (FAUSTO, 2006, p. 69).

O país passava por importantes mudanças socioeconômicas, provocadas, externamente, pelo reflexo que o capitalismo industrial e a Revolução Industrial tiveram no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, e internamente, pela abolição da escravidão e pela passagem do sistema Imperial para a República, dando início ao período da República Velha², período marcado pelo processo de industrialização, mesmo que em caráter embrionário se comparado ao exemplo britânico.

Como explica o historiador brasileiro Carlos G. Mota (2000, p. 93), a população urbana dos principais países europeus crescia à medida que o desenvolvimento da industrialização avançava, esse crescimento gerou uma demanda expressiva de produtos agrícolas, como o café e o açúcar, o que estimulou o aumento de produção desses produtos em regiões tradicionais, como o Brasil. Nesse sentido, após a abolição da escravidão e consequente proibição do tráfico de escravos, o Brasil somava um capital livre que podia ser usado para promover a formação do mercado financeiro e, conseqüentemente, a industrialização necessária para atender à demanda europeia, como destaca Mota:

A proibição do tráfico de escravos liberou capitais até então dedicados a esse comércio para aplicações bancárias, que criaram condições para a formação de um mercado financeiro. Novas linhas de crédito seriam consolidadas a partir da inauguração de várias ferrovias, no Nordeste e na Região Leste, que liberaram os capitais até então investidos na compra e

² Também conhecido como Primeira República, é o período da história do Brasil que se estendeu da passagem do período Imperial para a República, com a proclamação da República de 15 de novembro de 1889, e se estendeu até a Revolução de 1930 (FAUSTO, 2006).

manutenção das tropas de mulas, para transporte de produção rural, em direção ao litoral (MOTA, 2000, p. 95).

Esse processo de industrialização fortaleceu em muito o crescimento das cidades urbanas, dando fomento aos primeiros investimentos em infraestrutura que aconteceram anos antes, como expressa Mota (2000, p. 97). Nesse planejamento, os sistemas de navegação e ferrovia, principais meios de transporte de mercadorias e subsídios produzidos no território nacional, acabaram convergindo para os portos, beneficiando a polarização de cidades portuárias, como o Rio de Janeiro. Nasceram assim os principais núcleos urbanos brasileiros habitados por poucos, uma parcela da população rica do país:

[...] nas regiões mais prósperas, os habitantes desses pequenos núcleos urbanos, cujas casas de maior porte pertenciam quase sempre aos grandes proprietários rurais, sustentavam alguns requintes, como teatros e escolas particulares, difíceis de compreender, sem que se perceba sua estreita relação com a vida que se desenvolvia em áreas adjacentes, nas grandes propriedades rurais (MOTA, 2000, p. 97).

Por consequência da polarização, as áreas que não pertenciam às zonas portuárias tinham uma vida urbana escassa. Em sua maioria, propriedades rurais, essas áreas eram destinadas à produção de subsídios para exportação. Sua população era composta, em maioria, por trabalhadores rurais e ex-escravos que exerciam trabalhos manuais no campo na produção açucareira e, posteriormente, na cultura de café em condições precárias. Ao analisar os dois contextos, fica evidente o contraste entre as regiões polarizadas e as regiões rurais quando se fala de melhores condições de vida e desigualdade social.

Nesse âmbito, vale destacar o que Mota (2000, p.100) descreve como importantes características das mudanças institucionais trazidas pela Primeira República. A primeira característica, como cita o autor, foi a liberdade de organização empresarial que permitiu a exploração de recursos tecnológicos para o desenvolvimento urbano. A segunda, foi a concessão de autonomia para a instalação de infraestrutura pelos estados e municípios.

Como resultado, as cidades começaram a crescer de maneira acelerada com o surgimento de novos bairros e a introdução de melhorias tecnológicas em infraestrutura, como o uso da energia a vapor que possibilitou incremento de fábricas, principalmente da indústria têxtil, que liderava os ramos industriais (FAUSTO, 2006, p. 284-288).

Semelhantemente ao que aconteceu no cenário britânico, a expansão urbana brasileira chamou a atenção de uma grande quantidade de pessoas que viviam e trabalhavam nas zonas rurais que começaram a migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. No entanto, a falta de infraestrutura e políticas de habitação adequadas levou a uma concentração de grande parte dessas pessoas a habitar as margens das cidades, em condições precárias. Aqueles que não conseguiam trabalho eram destinados a subempregos ou à informalidade. Dessa dinâmica, começaram a nascer as periferias urbanas.

Como discorre Fausto (2006, p. 275), um grande número de imigrantes europeus e asiáticos também encontraram no Brasil oportunidade de trabalho e ascensão social. Muitos desses indivíduos se destinaram para a região Centro-Sul do país, participando ativamente da economia e contribuindo para o desenvolvimento da indústria e do comércio, porém, àqueles que se destinavam ao campo, nos primeiros anos de imigração, não tiveram a mesma sorte:

O caso do campo é mais complicado. No Estado de São Paulo, por exemplo, nos primeiros anos da imigração em massa, os imigrantes foram submetidos a duras condições de existência, resultantes das condições gerais de tratamento dos trabalhadores do país, onde quase que equivaliam aos escravos (FAUSTO, 2006, p. 281)

Anos mais tarde, os períodos de crise econômica, como a Grande Depressão de 1929³ e as recessões posteriores, também contribuíram para o aumento da pobreza da população, resultante do aumento da taxa de desemprego. No contexto brasileiro, somado à crise econômica de 1929, o país ainda sofreu uma revolução um ano depois, a chamada Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder. Segundo Mota (2000, p. 149), esse período de transição de governos levou à divisão de opiniões políticas e instabilidades em diversas instâncias.

Com certeza, há ainda muitos outros exemplos históricos, no contexto internacional e brasileiro, que podem ser abordados e destrinchados para tentar explicar o aumento da população em situação de rua. Mesmo que não sejam precisos ao citar, de fato, a nomenclatura “pessoa em situação de rua”, os registros históricos demonstram diversos acontecimentos que corroboraram para a

³ Também conhecida como Crise de 1929, foi uma crise financeira ocorrida em escala mundial resultando em um período de recessão econômica do sistema capitalista. Esse evento culminou em quedas no sistema produtivo industrial, gerando altas taxas de desemprego. No Brasil, a crise afetou a cafeicultura, principal agente da economia nacional (FAUSTO, 2006, p. 320).

potencialização das desigualdades sociais e, conseqüentemente, o surgimento de uma parcela de população abastada financeiramente e outra desfavorecida

Nesse sentido, a divisão a partir de sistemas de classes em que poucos detêm o poder do capital; de uma cidade planejada para poucos, em sua maioria ricos; do atraso na criação de políticas públicas voltadas para a população mais pobre das cidades; e do desenvolvimento do processo de marginalização desta parcela mais carente para áreas pouco desenvolvidas das cidades são pontos importantes para reconhecer a desigualdade social como um fenômeno enraizado na história do país.

Mas, no contexto histórico demonstrado, quantos dos indivíduos tidos como marginalizados, de fato, podem ser considerados pessoas em situação de rua? Essa dificuldade de encontrar dados específicos da população de pessoas em situação de rua nos registros históricos brasileiros é um entrave na compreensão total do problema, evidenciando o histórico tratamento desta população pelo Estado brasileiro, marcado, principalmente, pela repressão e invisibilização desses indivíduos (NATALINO, 2023, p. 5).

Como reflexos deste tratamento, percebe-se que ainda hoje há dificuldades em mensurar a totalidade real das pessoas em situação de rua, mesmo que a necessidade de contagem da população em situação de rua tenha sido expressa pela PNPSR a partir do Decreto nº 7.053 de 2009:

Contudo, e malgrado os esforços de organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União, tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 seguiram o método tradicional de contagem, computando apenas a população domiciliada. Tal realidade implica prejuízos para a correta avaliação da demanda por políticas públicas por parte desse segmento, como foi evidenciado pela recente dificuldade do Ministério da Saúde para alocar um número adequado de vacinas contra a covid-19 para a população em situação de rua (NATALINO, 2023, p. 5).

Excluídos quase que majoritariamente do Censo Demográfico⁴ realizado pelo IBGE em 2022 (IBGE, 2022a) por não possuírem uma moradia convencional, a grande parte dos brasileiros que vivem em situação de rua no país, e não foram devidamente computados, tende a permanecer invisível nas estatísticas de um dos

⁴ “Constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional” (IBGE, 2022b).

principais provedores de dados do país, como se não existissem, até que o próximo Censo seja realizado daqui a uma década.

2. UMA POPULAÇÃO CRESCENTE

2.1 Levantamento e análise de dados estimativos sobre a população em situação de rua

Para o desenvolvimento do projeto faz-se necessário, além do conhecimento histórico, a compreensão das características da população em situação de rua e dos indivíduos que a compõem, dessa forma é possível obter informações específicas que serão imprescindíveis para as etapas posteriores do projeto.

Nesse sentido, mesmo que haja um entrave no processo de contagem da população em situação de rua brasileira, ainda há esforços de instituições que buscam contornar essa dificuldade apresentando dados estimativos que configuram-se como as principais bases de dados mais recentes deste público. Nesse contexto, deve-se citar dois importantes levantamentos de dados.

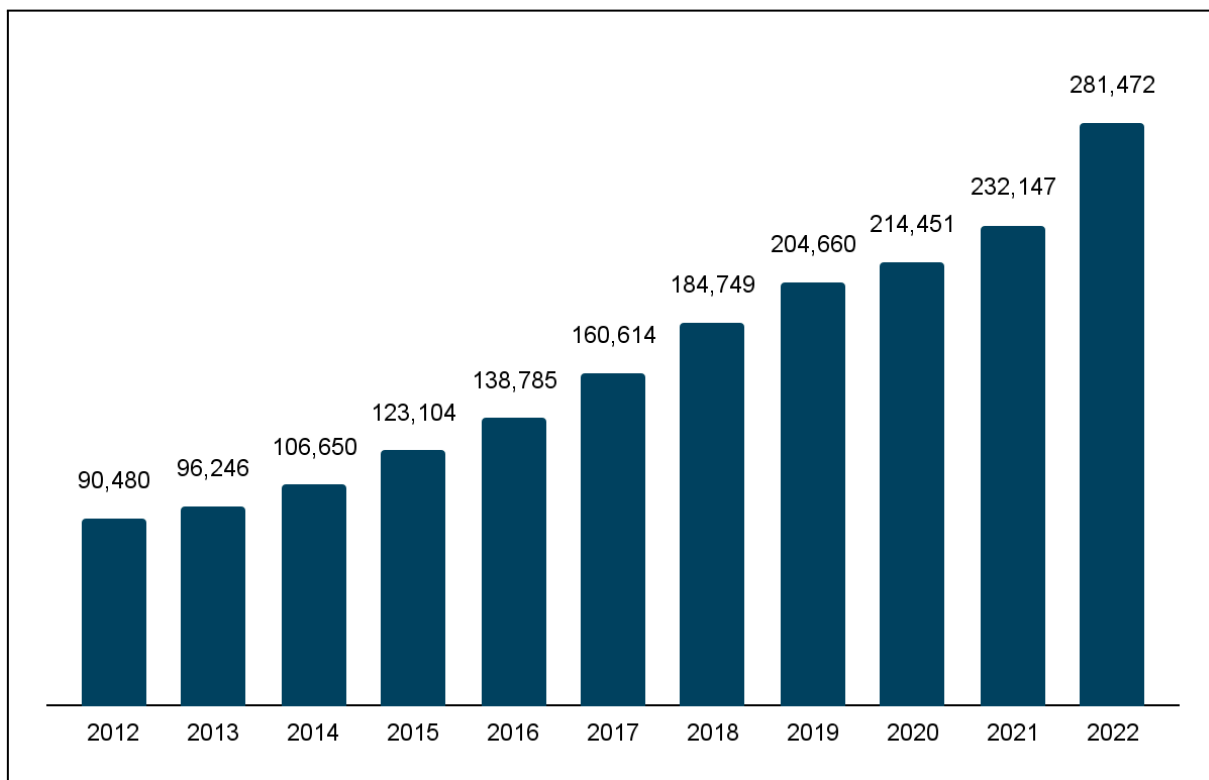
O primeiro é referente à publicação do IPEA (NATALINO, 2023) que analisou dados oficiais informados por 1.924 prefeituras para uma estimativa do número de pessoas em situação de rua no Brasil em 2015. No estudo, a estimativa atualizou dados até março de 2020, no início da pandemia, seguindo com uma análise quantitativa até 2022. Segundo Natalino, um dos responsáveis pelo estudo, a importância da contabilização das pessoas em situação de rua é imprescindível para que seus direitos sejam reconhecidos frente à realidade opressora:

Há, incluindo nas políticas sociais, um legado de invisibilização do povo da rua por parte tanto da sociedade quanto do poder público. As interações de quem vive na rua com os agentes do Estado ainda é marcada por situações de assédio e violência em abrigos e em abordagens policiais, negação de atendimento por ausência de documentação ou domicílio fixo, subtração de pertences e expulsão do espaço urbano. É diante dessa realidade concreta que se faz relevante que esses indivíduos “sejam contados”, oficialmente e literalmente, como passo necessário para o reconhecimento deles como sujeitos de direitos (NATALINO, 2023, p. 6).

O gráfico a seguir (figura 1) aponta um dos principais resultados do levantamento de dados feito pelo IPEA: a estimativa do número de pessoas em situação de rua entre os anos de 2012 e 2022. Juntamente aos dados fornecidos

pelas prefeituras foram utilizados dados do mesmo período fornecidos pelo Cadastro Único (CadÚnico)⁵.

Figura 1 – Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da publicação do IPEA (NATALINO, 2023, p. 11)

Analisando os dados apresentados no gráfico acima, é possível constatar que o ano de 2022 registrou a maior marca do período analisado, com uma estimativa de 281.472 pessoas em situação de rua no país, sendo que desse total, como afirma Natalino (2023, p. 12), um pouco mais de 50% está concentrado somente na Região Sudeste do país.

A partir do crescimento evidente das estatísticas, é possível perceber uma tendência de agravamento do problema social ao longo do tempo. Sendo assim, uma hipótese que pode ser levantada para explicar essa tendência no aumento de pessoas em situação de rua seria a intensificação de problemas como aumento do desemprego, políticas inadequadas e até mesmo crises habitacionais e de saúde pública, como foi o caso da pandemia de COVID-19 que teve grande impacto na sociedade brasileira a partir do final de 2019.

⁵ Registro criado pelo Governo Federal para informar quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Esse registro é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras (BRASIL, 2023a).

Outro problema trazido pelo período pandêmico não foi somente afetar o comportamento de milhares de famílias e de indivíduos brasileiros, mas também foi trabalhar como dificultador no processo de coleta dos dados, visto que “diversos indicadores sociais observaram quebras de trajetória nas suas séries históricas.” (NATALINO, 2023, p. 8). Mesmo com essa dificuldade em se ter registros do período, o alerta que fica é que os números de pessoas em situação de rua a partir de 2019 ainda são maiores que nos anos anteriores.

O segundo levantamento que deve ser destacado é o relatório feito pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em 2023 (BRASIL, 2023b) que traz informações da população em situação de rua no país por meio de dados disponíveis em cadastros e sistemas nacionais, como o CadÚnico, o Censo do Sistema Único de Assistência (Censo SUAS), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e outros.

Este levantamento surge como uma das primeiras iniciativas da organização para cumprir a elaboração de um diagnóstico da população em situação de rua estipulado pelo Decreto nº 9.894 de junho de 2019 (BRASIL, 2019) que coloca o MDHC como coordenador do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, órgão responsável por elaborar planos de ação, acompanhar e monitorar o desenvolvimento da PNPSR, por exemplo.

O diferencial da pesquisa realizada pelo MDHC foi o aprofundamento em mostrar os dados por municípios e Unidade da Federação (UF), além de destacar perfil da população em situação de rua, as principais causas que acarretaram na condição de rua, problemas referentes à segurança dessa população e outros aspectos que serão discutidos ao longo do presente trabalho.

Na tabela a seguir (tabela 1), os dados divulgados pelo relatório do MDHC apontam os principais municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua, levando em conta os dados cadastrados no CadÚnico no final de 2022. Dos dados apontados, somente nesses municípios, há um total de 112.645 pessoas vivendo em situação de rua, o valor equivale a cerca de 47,7% do total de pessoas em situação de rua registradas no país pelo mesmo levantamento.

Tabela 1 – 10 Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022

Região	UF	Município	População total 2022	PSR no Cadastro Único 2022	% do total de PSR do país
Sudeste	SP	São Paulo	11.451.245	53.853	22,8
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	6.211.423	13.566	5,7
Sudeste	MG	Belo Horizonte	2.315.560	11.826	5,0
Centro-Oeste	DF	Brasília	2.817.068	7.924	3,4
Nordeste	BA	Salvador	2.418.005	7.909	3,3
Nordeste	CE	Fortaleza	2.428.678	6.334	2,7
Sul	PR	Curitiba	1.773.733	3.477	1,5
Sul	RS	Porto Alegre	1.332.570	3.189	1,3
Sudeste	SP	Campinas	1.138.309	2.547	1,1
Sul	SC	Florianópolis	537.213	2.020	0,9
Total 10 municípios			32.423.804	112.645	47,7

Fonte: BRASIL (2023b, p. 15)

Além da totalidade de pessoas cadastradas no CadÚnico ser bastante expressiva, é preciso salientar que dos 10 municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua, 7 deles estão na Região Sudeste ou Sul do país. Isso pode ser reflexo de fatores específicos que essas regiões compartilham historicamente, como a urbanização intensa, uma maior concentração populacional e as disparidades socioeconômicas (MOTA, 2000, p. 97).

Com esse pensamento, observando a tabela a seguir (tabela 2) é possível constatar que a presença de estados da Região Sudeste e Sul, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná toma os lugares do topo das Unidades da Federação com maior número de pessoas em situação de rua cadastradas pelo CadÚnico em 2022.

Tabela 2 – Unidades da Federação (UF) com maior número de Pessoas em Situação de Rua (PSR) cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022

UF	População total 2022	PSR no Cadastro Único 2022	% PSR na população total	% do total de PSR do país
Brasil	203.062.512	236.400	0,12	100
SP	44.420.459	95.195	0,21	40,3
MG	20.538.718	25.927	0,13	11,0
RJ	16.054.524	21.025	0,13	8,9
PR	11.443.208	13.384	0,12	5,7
BA	14.136.417	12.604	0,09	5,3
RS	10.880.50	10.877	0,10	4,6
CE	8.791.688	9.217	0,10	3,9
SC	7.609.601	9.065	0,12	3,8
DF	2.817.068	7.924	0,28	3,4
PE	9.058.155	4.325	0,05	1,8
GO	7.055.228	3.701	0,05	1,6
ES	3.833.486	3.542	0,09	1,5
MT	3.658.813	3.051	0,08	1,3
MA	6.775.152	2.286	0,03	1,0
PA	8.116.132	1.920	0,02	0,8
RN	3.302.406	1.909	0,06	0,8
MS	2.756.700	1.717	0,06	0,7
RR	636.303	1.714	0,27	0,7
AL	3.127.511	1.332	0,04	0,6
AM	3.941.175	1.310	0,03	0,6
SE	2.209.558	1.296	0,06	0,5
PI	3.269.200	1.146	0,04	0,5
PB	3.974.495	832	0,02	0,4
RO	1.581.016	444	0,03	0,2
AC	830.026	290	0,03	0,1
TO	1.511.459	279	0,02	0,1
AP	733.508	88	0,01	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 17)

A partir da análise da tabela 1 e 2, se faz necessário também apontar para o número total obtido pelo levantamento de dados do MDHC que apresentou 236.400 cadastros de pessoas em situação de rua no país, ou seja, 1 em cada 1.000

pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua em 2022, segundo os dados cadastrados do CadÚnico.

Além disso, dos dados cadastrados 40,3%, ou seja, 95.195 pessoas estavam só em São Paulo, estado que lidera a métrica do país, tendo sua capital concentrando a maior parte da população de pessoas em situação de rua. Essa situação de rua da Região de São Paulo evidencia a problemática das cidades mais populosas do país. Apesar do país possuir capitais populosas e estados economicamente desenvolvidos, ainda enfrenta desafios profundos em termos de desigualdade social. Esses desafios ficam evidentes quando se analisa o perfil da população em situação de rua.

2.2 Perfil da população em situação de rua, causas e reivindicações

De acordo com o registro do MDHC, dos dados cadastrados no CadÚnico em dezembro de 2022 que fazem referência ao perfil da população em situação de rua no país, o perfil que predomina é, na sua maioria, “masculino (87%), adulto (55% têm entre 30 e 49 anos) e de pessoas negras (pardas – 51%; pretas – 17%). A maioria sabe ler e escrever (90%) e já teve emprego com carteira assinada (68%)” (BRASIL, 2023b, p. 18).

Como demonstram os dados citados, a população em situação de rua no país é, em sua maioria, negra, atingindo um total de 68%. Esses dados ilustram de forma contundente o impacto do racismo⁶ estrutural na sociedade brasileira, como exposto no relatório do MDHC:

No quesito raça ou cor, a população negra representa 93% das pessoas em situação de rua nos estados da Bahia e do Amazonas. Quando avaliamos apenas o segmento das pessoas que se autodeclararam pretas, estas representam menos de 10% da população total do país e 17% das pessoas em situação de rua, refletindo aspectos do racismo estrutural e exclusão que marcam o Brasil (BRASIL, 2023b, p. 19).

Falar sobre racismo estrutural é falar sobre um processo histórico em que condições de desvantagens são impostas a determinados grupos étnico-raciais ao longo da construção da sociedade. No Brasil, esse processo é perceptível ao analisar o legado histórico de preconceito e desigualdades socioeconômicas que a

⁶ No Brasil, a Lei nº 7.716 de janeiro de 1989 que define os crimes de racismo, o define como discriminação ou preconceito de raça ou de cor (BRASIL, 1989).

escravidão proporcionou, como a falta de políticas públicas que pudessem inserir os recém-libertos na sociedade brasileira colonial (FAUSTO, 2006, p. 69).

Segundo Fausto, “[...] o preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias.” (2006, p. 69). Partindo deste pensamento, percebe-se que o predomínio da parcela de pessoas negras nos dados raciais da população em situação de rua do país é um indicativo de que as políticas e práticas sociais no Brasil ainda estão profundamente enraizadas em desigualdades, que acabam privando oportunidades econômicas e sociais a determinados indivíduos.

Como exemplo, é preciso olhar os principais motivos que condicionam as pessoas a viverem em situação de rua: segundo dados do relatório do MDHC, esses motivos são, em sua maioria, “[...] problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%), do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e da perda de moradia (23%).” (BRASIL, 2023b, p. 20).

Analisando pela ótica das desigualdades estruturais e a falta de acesso a recursos e oportunidades, é possível pensar que, muitas vezes, os principais problemas familiares, apontados como principal motivo para a situação de rua (44%), são agravados pela falta de oportunidades econômicas. Famílias que vivem em condições financeiras adversas, como a pobreza, por exemplo, enfrentam estresse constante devido à insegurança financeira, o que pode acarretar na fragilização dos laços familiares. Esse pensamento pode ser sustentado ao analisar a segunda maior causa da situação de rua citada pelo MDHC, o desemprego.

Representando 39% das causas que levaram as pessoas a viverem em situação de rua, o desemprego está diretamente ligado às dificuldades econômicas que podem ser geradas por diversos fatores, como a falta de qualificação profissional decorrente de oportunidades desiguais de educação, por exemplo. Esse pensamento pode ser sustentado ao analisar os dados de escolaridade registrados pelo MDHC (BRASIL, 2023b, p. 19): do total de pessoas em situação de rua cadastradas no país, 10% não sabem ler e escrever, sendo que a Região Nordeste registra um percentual maior (19%) e a Região Sul menor (7%). Além disso, 2% disseram frequentar escolas, sendo que 6% nunca frequentaram a escola.

Nesse contexto, o alcoolismo e o uso de drogas, mencionados por 29% dos entrevistados pelo MDHC como causa da situação de rua, podem ser vistos como mecanismo para lidar com o estresse e a desesperança resultantes de um cenário adverso. Portanto, a perda de moradia, relatada por 23% das pessoas em situação de rua, deve ser interpretada como uma consequência final de uma série de dificuldades em âmbito social e econômico.

Como resultado, o indivíduo que se encontra em situação de rua vê poucas oportunidades para subsistência e manutenção de necessidades básicas de um ser humano, como um local seguro para dormir. Ao analisar mais amplamente, percebe-se que aliado às incertezas e problemas para encontrar um local para dormir, há um contexto de solidão vivido pela grande maioria da população em situação de rua, que tem seus laços familiares enfraquecidos. Essas informações são destacadas pelo MDHC mais claramente:

Quando perguntadas sobre locais para dormir, 55% informaram que dormem na rua, chegando a 70% na região Norte. No Sudeste, encontra-se a mais expressiva proporção de pessoas que dormem em albergues (41%). A maior parte das pessoas em situação de rua não vive com suas famílias na rua (92%) e nunca ou quase nunca tem contato com parentes fora da condição de rua (61%) (BRASIL, 2023b, p. 20).

Quando se fala das principais motivações para a situação de rua é importante apontar como a falta de políticas públicas eficazes de habitação social pode estar contribuindo para a situação de rua é fundamental, mas é preciso estar atento também que as causas do problema abrangem muitos outros campos que perpassam a questão habitacional, como já discutido. São causas, sobretudo, de caráter econômico, mas alcançam caráter social ao constatar que influenciam o modo de vida do indivíduo e o condiciona a um tipo de vida privativo, onde se tem poucas ou quase nenhuma opções de subsistência.

Após analisar todas essas questões sobre o perfil da população em situação de rua, a questão da habitação foi um ponto que chamou atenção e motivou o desenvolvimento do presente trabalho. Pensar como o design pode ser utilizado em diversas frentes para amenizar a questão imediata de abrigo a partir de um projeto, principalmente enquanto políticas habitacionais mais robustas não são implementadas, é animador, mesmo que seja um grande desafio. Mas, antes de pensar em como o design pode ser utilizado como aliado, é necessário abordar, sobretudo, como ele já está presente na dinâmica das cidades em um contexto de

preconceito. Para isso, faz-se necessário apresentar o conceito de aporofobia e discorrer como ele está presente na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito às suas consequências no âmbito projetual das cidades e dos seus artefatos arquitetônicos e de design.

3. APOROFOBIA COMO DESAFIO À INCLUSÃO HABITACIONAL

3.1 Do preconceito à urbanização das cidades

Independentemente dos motivos que levaram uma pessoa à condição de rua, todas compartilham em comum a condição de pobreza extrema⁷. Para Adela Cortina, professora emérita de Filosofia Moral e Política da Universidade de Valência, a existência do indivíduo pobre vai de encontro ao modelo das sociedades contratualistas que prezam, pelo que ela define, por um princípio de troca:

No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só apresentam problemas para quem, na realidade, só deseja ajuda para prosperar; suscitam desprezo quando são vistos de uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, na melhor das hipóteses, impaciência para se livrar deles, impaciência do coração (CORTINA, 2020, p. 148).

Esse princípio de troca se faz presente nas sociedades baseadas no capital, quando percebe-se que o salário é um resultado de uma troca em que é oferecido ao empregador o esforço do empregado, como expõe Marx (2013). Quem não faz parte dessa dinâmica ou para ela pouco contribui, acaba sendo mal visto, despertando sentimentos negativos, como é o caso citado por Cortina anteriormente.

No caso de quem está em condição de rua, percebe-se que o princípio de troca é quebrado quando apenas 14% dessas pessoas trabalham, sendo que 97% o fazem de maneira autônoma, a maior parte, 17%, como catadores, como demonstra o dados do relatório do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 20). Esse problema da empregabilidade, dessa forma, se junta aos tantos outros problemas enfrentados pelas pessoas em situação de rua, e não se consegue diferenciar se foi uma causa ou consequência à condição de rua.

O fato é que, como destacado por Cortina (2020, p. 19), ao não contribuir com o sistema baseado em relações contratuais, sejam políticas, econômicas ou sociais, o pobre, que neste caso específico do trabalho é a pessoa em situação de rua, é

⁷ A pobreza extrema é uma das características citadas no artigo 1º do Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009 para definir uma pessoa como pessoa em situação de rua (BRASIL, 2009).

excluído e acaba sendo alvo de sentimentos negativos, como a rejeição, o desprezo, desses sentimentos nasce o que Cortina definiu como aporofobia, um mal já conhecido pela humanidade, só não havia sido nomeado.

Segundo Cortina (2020, p. 28), aporofobia seria o “[...] ódio, repugnância ou hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado”, em outras palavras seria o desprezo e a rejeição aos indivíduo em piores situações, sejam econômicas ou sociais, não se limitando apenas ao contexto da empregabilidade, citado anteriormente, mas atingindo outros campos.

Assim como outras fobias e patologias sociais, como o racismo, a aporofobia nasce do preconceito, mas é um tipo peculiar de rejeição porque a “[...] pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas” (CORTINA, 2020, p. 48), ou seja, a pessoa é rejeitada por uma condição que lhe foi imposta.

Trazendo o conceito para o contexto brasileiro, como consequência da disseminação do preconceito, a aporofobia se materializa nas cidades criando um lugar de hostilidade, onde o ódio contra o pobre evolui, dando lugar a agressões externas e maus tratos. É o que mostra os dados de violências contra pessoas em situação de rua notificadas no SINAN e publicados no relatório do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 20). Segundo os dados, entre os anos de 2015 e 2022, 2% do total de situações de violências notificadas pelo SINAN tiveram como principal motivação a própria condição de rua da vítima. São, ao todo, 48.608 notificações, número que representa uma média de 17 notificações diárias, segundo o relatório.

Somado à totalidade dos dados apresentados, o estudo também aponta que homens negros e jovens correspondem às principais vítimas. Além disso, os dados referentes ao ano de 2022, do SINAN, mostram que mesmo que o público feminino represente uma parcela pequena do total da população em situação de rua, quando se fala de violência sua presença está em 40% dos casos notificados. Dessa porcentagem, as mulheres transexuais representam a identidade de gênero mais afetada pela violência.

Em relação ao tipo de violência, o estudo aponta que 88% das notificações em 2022 envolviam violência física que na maioria dos casos é cometida por um agressor desconhecido para a vítima, nas próprias vias públicas. Além disso, o

estudo ainda alerta que os dados podem ser maiores, já que as notificações só são registradas quando a vítima formaliza a denúncia (BRASIL, 2023b, p. 21).

Esses números evidenciam o cenário urbano, principalmente as vias públicas, como ambientes de constante hostilidade e marginalização nas cidades, onde a pobreza não apenas isola, mas também expõe as pessoas em situação de rua a riscos, como se a própria condição de rua do indivíduo os legitimasse. Dessa maneira, a aporofobia se manifesta como uma ação violenta e sistemática, que já tem seus alvos estabelecidos e que se mistura a outros preconceitos que estão presentes na sociedade brasileira há muito tempo, como o racismo.

Compreender as cidades como ambientes hostis é importante para entender o cenário em que as pessoas em situação de rua estão presentes, requisito mais que indispensável para um projeto de design que busca amenizar uma problemática desta população. Mas é preciso entender também que essa hostilidade vai além da violência física direta contra o indivíduo praticada por outro indivíduo, mas se mostra presente materializada no próprio processo de urbanização, na forma como os principais centros urbanos foram planejados e erguidos, sobretudo na disposição dos espaços, na arquitetura das cidades e nos artefatos que dela fazem parte.

Para sustentar esse pensamento, é possível remontar a um curto período histórico brasileiro, que compreende os primeiros anos da década de 1900, em que os principais núcleos urbanos do país passaram por um crescente processo de modernização e aperfeiçoamento de suas estruturas urbanas, como cita Mota:

Entre 1903 e 1914 quase todos os pequenos núcleos urbanos no Brasil que pudessem contar com capitais para essa finalidade tinham concluído programas de melhoria e reforma urbana, com obras de saneamento, canais de drenagem, serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, arborização das ruas e quase sempre a abertura de uma avenida, ainda que sem um movimento de veículos que pudesse justificá-la (MOTA, 2000, p. 105).

Esse processo descrito acarretou em importantes transformações nos padrões urbanísticos do país, como é o caso do Rio de Janeiro, por exemplo. Segundo Mota (2000, p. 104), entre os anos de 1904 e 1907, durante a presidência de Rodrigues Alves, o Rio de Janeiro implantou um plano que propunha uma grande reforma urbanística possibilitando mudanças na estrutura da capital, sobretudo a abertura da Avenida Central, que é conhecida hoje como Avenida Rio Branco.

Para a abertura da Avenida Central, e de outros aparatos urbanos, o plano imposto promoveu a demolição de um grande número de edifícios antigos que eram usados como estalagens e cortiços, tipo de moradia popularmente ocupada pela população mais pobre, embasando-se no discurso de melhoria da infraestrutura urbana e de serviços, como o saneamento. Como resultado, as pessoas que viviam nessas moradias populares foram deslocadas da região central que começava a ganhar uma nova roupagem:

Além de dar uma demonstração de modernização técnica, criava espaços para o desfrute de uma burguesia em ascensão, tanto na área central, com seu cenário semipariense, como junto às praias, nos bairros residenciais, tirando proveito das paisagens naturais da cidade (MOTA, 2000, p. 104).

Enquanto a burguesia, como destacou Mota, ascendia e ganhava espaço nas áreas privilegiadas da cidade, à população mais pobre ficou reservado áreas marginais e periféricas da cidade dando início ao processo de disseminação de cortiços e favelas:

Nas áreas mais pobres, com o mesmo sentido comercial, foram construídos cortiços, com conjuntos de quartos abertos para velas e equipamentos hidráulicos em comum. Também se tornaram comuns as formas mais precárias de habitação, em especial as favelas e mocambos (MOTA, 2000, p. 106).

Mesmo que o processo de construção de habitação popular ganhasse forças anos mais tarde, é possível observar o caráter excludente e, sobretudo, aporofóbico que a implementação do plano de urbanização no Rio de Janeiro teve, tanto na disparidade entre os espaços construídos para a população mais abastada e a população mais pobre, como no processo de retirada dessa população mais pobre das áreas de importância, os privando a áreas mais degradadas.

O caso do Rio de Janeiro estimulou administrações de outros estados e municípios a realizarem planos semelhantes de urbanização (2000, p. 105). Como resultado, hoje, têm-se cidades construídas no seu âmago privando o espaço ao pobre. Quando não acontece de forma perceptível, como foi o exemplo do Rio de Janeiro, essa privação acontece de forma velada, quase que imperceptível, nos próprios aparatos urbanos da cidade, como os artefatos arquitetônicos e de design.

3.2 Design e arquitetura hostis

No dia 2 de fevereiro de 2021 um caso marcante aconteceu na Zona Leste da cidade de São Paulo e foi noticiado pelo portal de notícias G1 (REIS, 2021). O padre

Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, foi flagrado quebrando a marretadas blocos de paralelepípedo que tinham sido instalados abaixo dos viadutos Antônio de Paiva Monteiro e Dom Luciano Mendes de Almeida, localizados na Avenida Salim Farah Maluf, com a justificativa de impedir o despejo de lixo no local.

Após a repercussão do ato, como continua a notícia do G1, críticas ao serviço de instalação das pedras começaram a surgir acusando o serviço de ter uma outra motivação, de caráter higienista, como uma forma de afastar a população de pessoas em situação de rua que vivia no local. Com a repercussão negativa, a própria prefeitura de São Paulo começou um processo de retirada dos paralelepípedos e exoneração do responsável pelo projeto. Segundo dados da Folha de S.Paulo (2021), juntos, o processo de instalação das pedras sob os viadutos e sua posterior retirada custaram cerca de R\$ 48,4 mil.

Por mais que seja um ato simbólico, a postura que Lancellotti adotou evidenciou um problema decorrente do pensamento aporofóbico na construção e manutenção dos espaços das cidades brasileiras que são fruto das posturas adotadas muito antes, como no exemplo da reforma urbana do Rio de Janeiro, citado anteriormente.

No caso dos dois viadutos da Avenida Salim Farah Maluf, o dinheiro gasto no processo de instalação e remoção das pedras poderia, por exemplo, ser investido em medidas para melhoria das próprias condições de vida da população de pessoas em situação de rua que ali viviam. A escolha de afastar ao invés de incluir é fruto do pensamento preconceituoso, que está imerso também no processo projetual ao observar que muitas outras estruturas e artefatos de arquitetura e design das cidades possuem características excludentes.

Para tentar compreender mais sobre a questão das construções hostis e sua ocorrência contra a população de pessoas em situação de rua, foram feitos registros e análises de artefatos urbanos encontrados em alguns bairros da cidade de São Paulo e na sua proximidade, entre o período de 2022 a 2024.

O primeiro registro desse tipo de artefato é bem conhecido pelo brasileiro: os clássicos bancos de praça ondulados que estão presentes em muitos espaços

públicos, como demonstrado na próxima imagem (figura 2). Culturalmente, os bancos de praça são um tipo de mobiliário urbano utilizado por pessoas em situação de rua para descanso, que nesses casos, muitas vezes, assume a função de cama, mas o modelo ondulado é problemático em muitos sentidos.

Figura 2 – Banco de praça próximo à Avenida Adolfo Pinheiro em Santo Amaro



Fonte: autoria própria, 2022

Como constatado ao analisar sua forma, o banco demonstrado na figura 2 impossibilita que o usuário se deite, nesse sentido pessoas em situação de rua que buscam um banco para deitar são privadas de utilizá-lo. Além disso, sua forma não é prejudicial somente por afastar o público em situação de rua, mas ergonomicamente. Segundo Itiro lida e Lia Buarque de Macedo Guimarães (2016, p. 245), engenheiro e designer especialistas em ergonomia, o assento deve permitir variações de postura para aliviar pressões e tensões musculares, por isso divisões que buscam assimilar a anatomia das nádegas, como as formas côncavas do banco ondulado, são desconfortáveis por permitir poucos movimentos relativos. Para piorar, os pontos limites de cada forma côncava ficam praticamente inutilizados.

Caso semelhante ao observado no banco ondulado das praças pode ser visto em alguns modelos de bancos dispostos em pontos de ônibus que possuem seus assentos divididos, como é o caso da figura 3.

Figura 3 – Banco em ponto de ônibus



Fonte: autoria própria, 2024

No caso indicado na figura acima, as divisórias entre cada assento suprimem o espaço, impossibilitando que uma pessoa deite. Além disso, a área útil disponível para sentar é muito reduzida, visto que, em contexto urbano, existem variados tipos de pessoas com dimensões corporais diversas que podem se sentir desconfortáveis ao utilizá-lo, pelo incômodo gerado pela pressão das divisórias nas coxas.

É de se considerar que no caso do mobiliário urbano, como os bancos de praças e pontos de ônibus descritos, a hostilidade contra o pobre muitas vezes não

é percebida pelos indivíduos não por falta de atenção, mas porque não são manifestações escancaradas como o caso das pedras postas embaixo dos viadutos sem uma justificativa convincente. Mesmo que excludente, esse mobiliário ainda cumpre a função primordial para que foi criado e, no pior dos cenários, pode-se valer do contexto projetual para justificar determinadas formas e características hostis como fruto de um projeto mal elaborado. Mas há exemplos mais nítidos em que é difícil encontrar justificativa, como na figura 4.

Figura 4 – Estacas metálicas dispostas sobre fachada de prédio na República



Fonte: autoria própria, 2024

A figura acima foi registrada na República, bairro paulistano conhecido popularmente por concentrar uma parcela da população de pessoas em situação de rua de São Paulo. Ao analisar figura com um olhar crítico, é possível perceber que, semelhantemente ao episódio das pedras colocadas embaixo dos viadutos, a adição de estacas metálicas em partes do edifício têm o único intuito de inutilizar a área em que são colocadas. Objetos semelhantes, como pinos metálicos ou pedras, também são comumente encontrados embaixo de marquises e até mesmo em partes das

calçadas onde não se deseja que sejam ocupadas, funcionando quase como um aviso de alerta.

Há de se constatar também que a escolha por objetos e formas pontiagudas não é encontrada somente em materiais, mas na própria escolha do tipo de vegetação que será posta em determinadas áreas, como demonstrado na figura 5.

Figura 5 – Arredores da Catedral Santo Amaro em São Paulo



Fonte: autoria própria, 2022

A figura acima mostra os arredores da Catedral Santo Amaro, localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo, na região comumente são encontradas pessoas em situação de rua ou seus vestígios. No caso retratado pela figura, há uma construção improvisada, com plástico azul, de uma pessoa em situação de rua que vivia no local. Ao redor, nos canteiros, pode-se perceber a presença de plantas de espécie espinhosa que basicamente delimitam a área, dispostas somente nas extremidades de cada canteiro que não são ocupadas pelas árvores e poderiam ser ocupadas por pessoas. Como resultado, as áreas com um solo mais confortável são

inutilizadas para para este fim, restando à pessoa que vive em condição de rua recorrer à calçada.

Mas a aporofobia não se expressa somente na implementação de construções e técnicas hostis, mas também opera na retirada ou modificação de construções e estruturas já existentes nos espaços urbanos com o intuito de afastar os indivíduos que necessitam delas diariamente. Para este exemplo, é preciso destacar o caso da reforma da Praça Padre João Álvares (figura 6), localizada no município paulistano de Itaquaquetuba.

Figura 6 – Imagem da antiga Praça Padre João Álvares, em Itaquaquetuba



Fonte: Museu Virtual da Câmara Municipal de Itaquaquetuba, [s.d.]

A figura acima mostra uma parte da antiga praça, logo à frente da Igreja Nossa Senhora d'Ajuda, ponto de referência no centro do município. Como ponto focal da imagem, destaca-se uma estrutura construída com cobertura juntamente com um monumento, em branco. Essa cobertura era, na maioria das vezes, utilizada pelas pessoas como ponto para admirar a paisagem do local e tirar fotos. Com o

passar dos anos, a estrutura começou a ser utilizada como abrigo por pessoas em situação de rua, que traziam consigo seus cobertores e pertences pessoais.

Em 2017, segundo notícia publicada pela Prefeitura de Itaquaquecetuba (2017), o município havia recebido recursos oriundos de um convênio da Prefeitura com o governo do Estado para um projeto de revitalização da Praça Padre João Álvares, que custou R\$ 1,5 milhões. Logo em sua primeira fase, o projeto promoveu muitas mudanças na área, como a instalação do canteiro de obras e demolição dos locais especificados, como destacado na figura 3.

Figura 7 – Obra da Praça Padre João Álvares



Fonte: Prefeitura de Itaquaquecetuba, 2017

Observando com atenção a figura acima, é possível perceber que abaixo da cobertura da estrutura central, anteriormente mencionada, há a presença de objetos, como cobertores e caixas, que eram utilizados pelas pessoas em situação de rua que ali habitavam. Não é possível perceber se há alguma dessas pessoas no momento em que a imagem foi registrada, mas seus vestígios estão lá presentes. A certeza é que a estrutura estava sendo utilizada no período da obra como abrigo.

Segundo a Prefeitura de Itaquaquetuba (2017), o projeto da Praça Padre João Álvares incluiu um novo formato para possibilitar mais espaço de deslocamento dos frequentadores, melhoria na pavimentação, com pisos antiderrapantes e rampas de acessibilidade, além da construção de novos jardins, uma fonte luminosa e um palco que seria reservado para eventos culturais. Este palco foi finalizado e é demonstrado na figura a seguir (Figura 8).

Figura 8 – Palco concluído na Praça Padre João Álvares



Fonte: autoria própria, 2024

Analisando a imagem acima, é possível perceber que a área em que o palco foi erguido foi, justamente, a área em que a estrutura com cobertura, utilizada como abrigo por pessoas em situação de rua, estava localizada. Para isso, a estrutura foi completamente demolida, forçando as pessoas que a utilizavam a sair do local. Com a conclusão do projeto, além da demolição da estrutura que abrigava as pessoas em situação de rua, também foi constatado, por meio de uma visita presencial, que foram demolidos os banheiros públicos da praça, que eram utilizados não só pela população em situação de rua, mas pelo restante da comunidade local.

Tanto este episódio de reforma, como o episódio das pedras colocadas embaixo do viaduto, e os próprios artefatos demonstrados que estão presentes nos espaços urbanos, são exemplos de como os projetos de urbanização das cidades muitas vezes são pautados pela aporofobia a partir das próprias construções que, em muitos casos, são tão comuns no cotidiano da população que sua presença se tornou imperceptível ao olhar das pessoas.

Como resultado do esforço de dar visibilidade à existência dessas construções e técnicas hostis e contrapô-las, em dezembro de 2022 foi aprovada a Lei 14.489/2022, conhecida popularmente como Lei Padre Júlio Lancelotti (BRASIL, 2022), homenagem ao padre que possui histórico na luta pelos direitos da população de pessoas em situação de rua. Esta lei, regulamentada um ano depois pelo Decreto 11.819/2023, traz uma importante melhoria ao Estatuto das Cidades⁸: veda-se o uso de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas de caráter hostil em espaços livres de uso público que impeçam o uso livre desses espaços, interfiram no exercício do direito à cidade ou segreguem grupos sociais, como pessoas em situação de rua.

Além da vedação de práticas hostis em projetos urbanos públicos, um outro ponto principal da aplicação da Lei Padre Júlio Lancellotti é explicitar a importância da promoção de abrigo, conforto e descanso para o espaço público. Isso fomenta a produção de novos projetos que coloquem as necessidades do usuário como requisito de maior relevância e, no caso de um projeto de design voltado para um público tão específico como as pessoas em situação de rua, é fundamental para a disseminação de boas práticas que, acima de tudo, não afastem ou excluam a quem deveriam alcançar.

Sendo assim, constatou-se que para pensar em um projeto de design para a população em situação de rua também é necessário questionar como a presença do pensamento aporofóbico está presente nos projetos de design já implementados. O preconceito, ao tentar afastar as pessoas, acaba gerando, muitas vezes, objetos finais de pouca qualidade, com formas desconfortáveis e pouco amigáveis, como nos casos apontados de bancos de praça e pontos de ônibus. A partir desses

⁸ Também conhecida como Lei N° 10.257, “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

questionamentos, é possível compreender os pontos falhos dos projetos já implementados e buscar novos caminhos para a produção de uma forma que vise, sobretudo, atender o público em geral, sem qualquer dissensão.

4. EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 Serviços de assistência social

Certamente, as questões que dizem respeito ao processo de marginalização histórica da população em situação de rua foram importantes para compreender a forma como ela é vista hoje. O fato é que, como aponta Cortina utilizando o termo *sem-tetismo*, a falta de uma moradia proporciona um extremo estado de vulnerabilidade ao indivíduo que está exposto aos mais diversos perigos:

O *sem-tetismo* é um problema social sangrento, porque mostra um grau extremo de vulnerabilidade dos que padecem desse mal. Quem não tem sequer a proteção de uma casa, por mais precária que seja, não possui nem um mínimo de intimidade para sua vida cotidiana, nem goza também de uma ínfima proteção frente às agressões externas e tratamentos degradantes [...] Carecer de um lar supõe uma ruptura relacional, laboral, cultural e econômica com a sociedade, é uma clara situação de exclusão social. O *sem-tetismo* é a expressão de uma suprema vulnerabilidade (CORTINA, 2020, p. 35).

Após a constatação desse estado de vulnerabilidade, no desenvolvimento do projeto, se mostrou necessário conhecer iniciativas que buscam minimizar as dores da população de pessoas em situação de rua, principalmente no quesito de moradia, para tentar compreender onde e como a interferência do design poderia ser útil para promover a mitigação de problema.

Nesse sentido, é perceptível que a população de pessoas em situação de rua necessita de assistência em diversos âmbitos. Visando atender essa necessidade, a PNPSR, no âmbito da política pública de assistência social, determinou a implantação de centros especializados para atender pessoas em situação de rua (BRASIL, 2023b, p. 27).

Popularmente conhecido como Centro POP, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é uma unidade de caráter público estatal, onde são desenvolvidas ações de assistência social para pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência. Segundo o MDHC (BRASIL, 2023b, p. 27), essas ações são voltadas para diversas áreas como saúde, educação, previdência social, trabalho, moradia e segurança alimentar, por exemplo,

que juntas formam um conjunto que busca promover os direitos das pessoas, criando impactos mais efetivos no processo de fortalecimento da autonomia de cada pessoa em situação de rua.

De acordo com dados do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 29), em 2022, havia cerca de 246 Centros POP espalhados por todo o território nacional que, juntos, realizaram cerca de 578.218 atendimentos de pessoas em situação de rua. Deste número, destacam-se as regiões Sudeste e Nordeste que possuem, respectivamente, 46,8% e 25,6% da totalidade representada de Centros POP no país (BRASIL, 2023b, p. 32).

Além dos Centros POP, existem outros centros que ofertam serviços de atendimento à população de pessoas em situação de rua, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que oferece, dentre seus serviços, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Segundo o levantamento do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 30), o PAEFI engloba “ações de atenção e orientação direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias”.

Ainda de acordo com os dados do MDHC (BRASIL, 2023b, p. 31), em 2022 existiam cerca de 2.845 CREAS, com uma maior disposição nas Regiões Nordeste e Sudeste com, respectivamente, 38,3% e 27,9% da totalidade. Juntos, os CREAS possibilitaram a adesão de cerca de 23.012 pessoas em situação de rua no PAEFI, com maior ocorrência na Região Sudeste do país, que reúne 40% dessa adesão.

Observando os dados, nota-se que a existência de centros especializados em atender a população em situação de rua são importantes iniciativas que funcionam como válvula de escape para mitigar os impactos da marginalização e vulnerabilidade enfrentados por essas pessoas, já que esses centros oferecem serviços essenciais para a subsistência de uma pessoa, como acompanhamento médico e até mesmo acesso à alimentação, e mais do que isso, também mostram que existem organizações que enxergam as pessoas em estado de vulnerabilidade na rua e estão dispostas a ajudar, tornando-se pontos de referência, tanto para as pessoas em situação de rua, tanto para pessoas dispostas a ajudar.

Além desses centros, diversas outras organizações, iniciativas comunitárias e projetos contribuem diariamente de forma significativa para promover os direitos da população de pessoas em situação de rua e sua reintegração social. Uma desses projetos é o Despertar da Família-Catedral, cuja atuação será analisada posteriormente em estudo de caso, feito a partir de visitas presenciais.

4.2 Estudo de caso: Despertar da Família-Catedral

Após a análise dos dados apresentados nos parágrafos anteriores sobre os centros especializados e seu número de atendimentos, constatou-se a relevância e o impacto que essas organizações possuem para a vida das pessoas atendidas em seus serviços. Por esse motivo, também constatou-se a necessidade de conhecer de perto a dinâmica de uma organização que gerencia projetos de assistência social para pessoas em situação de rua, que estão em estado de vulnerabilidade.

A observação presencial permite um olhar mais amplo e detalhado de como iniciativas e serviços são ofertados e implementados, além de possibilitar o contato direto com o público-alvo, essencial para compreender com mais clareza suas reais dificuldades e necessidades diárias para a elaboração do presente projeto. Sendo assim, essa necessidade motivou o estudo de caso do Despertar da Família-Catedral, projeto que foi voluntário para o processo de análise, proporcionando informações mais aprofundadas de suas práticas e estratégias, a partir de dados coletados presencialmente.

O Despertar da Família-Catedral é um projeto voltado para pessoas em situação de rua que oferece serviço de capelania e de assistência social, no âmbito de oferta de alimentos e outros subsídios básicos até mesmo ao tratamento de dependência química. O trabalho do Despertar da Família-Catedral é desenvolvido pela Catedral Evangélica de São Paulo, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, localizada no bairro paulista da Consolação. A existência do projeto é fruto da parceria da Igreja com o Despertar da Família, instituição da Igreja localizada no bairro da Freguesia do Ó, também em São Paulo, que reúne quase 30 anos de experiência com o público em situação de rua.

O projeto, primeiramente, foi idealizado na Freguesia do Ó, mas com o passar do tempo, a Catedral Evangélica de São Paulo percebeu uma demanda no próprio

bairro da Consolação, já que na região há uma grande concentração de pessoas em situação de rua. Como resultado, o Despertar da Família passou a atuar também no bairro, primeiramente com voluntários e membros da própria Igreja e, posteriormente, em conjunto com a Fundação Francisca Franco, que hoje administra o projeto em conjunto com a Igreja.

Considerado como um Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), o Despertar da Família-Catedral atua, principalmente, no processo de abordagem de pessoas em situação de rua: uma equipe com dois orientadores socioeducativos saem de manhã pelas ruas do bairro da Consolação e fazem a abordagem de pessoas identificadas como pessoas em situação de rua. Nesse primeiro contato, os orientadores socioeducativos tentam criar um vínculo com as pessoas abordadas e fazem um convite, por meio de panfletos impressos, para participarem de reuniões de dois grupos que acontecem nas terças e quinta-feiras.

Esses grupos são grupos de partilha, onde as pessoas em situação de rua são reunidas em uma sala, formando uma roda, onde é estimulado o compartilhamento das experiências individuais diárias de cada um, sempre com caráter voluntário, sem impor qualquer necessidade de fala. Juntos, também na roda de conversa, há sempre a presença da equipe técnica do projeto, composta por profissionais capacitados, como os orientadores socioeducativos, assistentes sociais e psicóloga que também realizam atendimentos e apontamentos necessários ao longo das conversas. Também é comum que perguntas instigativas e dinâmicas sejam realizadas em conjunto nessas reuniões, como mostrado na figura abaixo (Figura 9), onde são debatidas diversas questões, sempre com caráter crítico e de auto análise para cada indivíduo.

Figura 9 – Jogos e questionários utilizados em dinâmica



Fonte: autoria própria, 2024

Além das dinâmicas retratadas, no final das reuniões de partilha, acontece um devocional, que seria um momento reservado para tratar o âmbito espiritual de cada indivíduo que necessita dessa demanda. É um momento que não é imposto pelos orientadores ou por outros membros da equipe técnica nem do corpo da Igreja, quem não se sentir confortável pode deixar a sala a qualquer momento.

Como observado nas visitas presenciais, o foco do Despertar da Família-Catedral é retirar a pessoa da situação de rua, na tentativa de reintegrá-la à sociedade. Por meio do processo contínuo das reuniões, a equipe técnica pode identificar e avaliar a demanda específica de cada pessoa assistida, seja encaminhamento para algum centro de acolhida ou caso em que há a necessidade de uma internação voluntária, por exemplo.

Os casos em que há a necessidade de internação voluntária são aqueles em que, geralmente, os indivíduos possuem alguma ocorrência de dependência química, que é uma das principais causas da situação de rua, juntamente com problemas familiares, desemprego e perda da moradia (BRASIL, 2023b, p. 20). Nesse processo, durante as reuniões de partilhas, os assistidos são avaliados pela equipe técnica, que discute cada caso. Depois são realizados os devidos encaminhamentos para clínicas ou comunidades terapêuticas parceiras do projeto. Busca-se então retirar a pessoa do problema maior de viver em situação de rua, e de seus problemas derivados, e apenas lida-se com a questão de prevenção ao uso de drogas e reinserção ao núcleo familiar, na tentativa de restabelecer os laços familiares rompidos.

Segundo Paulo Henrique Silva Costa, um dos dois orientadores socioeducativos que acompanha a trajetória dos assistidos desde a primeira abordagem nas ruas até a inserção das pessoas no projeto, o rompimento dos laços familiares é um dos motivadores para agravar a condição das pessoas em situação de rua em condições de dependência química, principalmente por motivos emocionais. Sendo assim, o Despertar da Família-Catedral, busca sobretudo reconstruir esses laços familiares desde a primeira oportunidade:

A perda dos referenciais familiares compromete até mesmo a sua personalidade, moral e caráter. Tudo isso vai sendo corrompido em uma velocidade muito rápida, que também arrasta a sua família para o problema. Hoje, uma das estimativas que temos a partir da Cracolândia, um dos maiores “leprosários à céu aberto” da cidade de São Paulo, é que tenhamos cerca de 53 mil de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Hoje, no projeto de resgate às pessoas em situação de rua que organizamos, tentamos construir uma rede de apoio que se propõe a escutar a história dessas pessoas, usando muitas vezes como ponto de partida a exposição de nossas próprias histórias de dependência química e enfrentamento. A partir do primeiro contato e identificação da pessoa dependente do uso de drogas, entramos em contato com a sua família que também é convidada a participar do processo de reconciliação e enfrentamento, com mudanças de hábitos, lugares e pensamentos, e, com a construção de novos vínculos e situações de pertencimento (COSTA, 2024).

Essa declaração de Paulo Henrique Silva Costa foi concedida a partir de uma entrevista realizada na sede do Despertar da Família-Catedral, no bairro paulista da Consolação, em 14 de maio de 2024. Na ocasião, Costa contou um pouco sobre sua trajetória de vida, revelando também ter sido uma pessoa em situação de rua:

Eu me chamo Paulo Henrique, tenho 53 anos de idade, sou pastor na Igreja Presbiteriana Independente, mas esta nem sempre foi a minha realidade. Aos 10 anos de idade eu entrei no processo de experimentação de tabaco e álcool em uma família com mais outros 6 irmãos com menos idade que

também se inseriram neste processo desde bem cedo. Por conta de toda a falta de orientação e de outros tantos problemas sociais que até hoje têm destruído sonhos de muitas famílias, acabei migrando, de forma gradativa, do uso do tabaco e álcool para o uso de drogas ilícitas, até chegar ao uso do crack, droga que, em pouco tempo, me levou à quebra de todos os vínculos familiares, empregatícios e me levou a estar na rua (COSTA, 2024).

A história do orientador socioeducativo exemplifica a realidade de muitas pessoas que vivem em condição de rua no país por conta de alguma dependência química e acabam tendo seus vínculos sociais completamente rompidos, gerando problemas derivados do problema maior. Quando perguntado sobre a duração do processo de uso de drogas ilícitas e seu impacto no rompimento de seus vínculos sociais, Costa respondeu:

Esse processo se deu ao longo de 33 anos de uso contínuo de drogas. Até os 43 anos fiz uso de drogas de forma quase ininterrupta, com intervalos de dois ou três dias no máximo por problemas de saúde. Esse processo de uso, abuso e dependência destrutivos causaram resultados esperados em minha vida pessoal, como o afastamento das pessoas, a começar pelo abandono das atividades escolares, vínculos familiares e de trabalho, mesmo tendo tido uma formação paterna de grande valor ao trabalho. Chegou um tempo em que, pela busca de algo diferente e mais forte do que me era proporcionado com uso desta droga, acabei tendo duas overdoses com o uso simultâneo de crack e cocaína que quase me levaram à morte. Foram 15 anos de uso de crack, estando por 6 meses vivendo na rua, período que ocorre depois de eu já ter constituído a minha família nuclear. Casei aos 28 anos com a minha primeira namorada, da qual pude esconder a dependência em drogas desde os 17 anos de idade. Ela só percebeu o problema após a lua de mel. E mesmo apoiando o meu enfrentamento à dependência química, os primeiros 10 anos de nosso casamento foram de resguardo à maternidade. Ao longo desse tempo, tivemos altos e baixos, devido a muitas de minhas recaídas ao uso de drogas. Trabalhei em grandes empresas, algumas delas multinacionais, no ramo de vendas editoriais em uma líder de mercados. Em 2008, no entanto, com as novas demandas por profissionais com habilidades no uso de internet, que eu ainda não tinha, e o nascimento do nosso primeiro filho, Pedro, minha dependência ao uso de drogas se mostrava insustentável, acabei saindo de casa e perdendo a minha rede de apoio (COSTA, 2024).

A resposta de Costa demonstra o quão violenta é a dependência química na vida de uma pessoa, tanto nos aspectos referentes à saúde com o vício perdurando por anos e os casos de overdose citados, até o rompimento dos vínculos familiares, perda de emprego e, por consequência, o desligamento de qualquer rede de apoio ou vínculo que o indivíduo tenha. Essa questão da desvinculação familiar é muito comum na população em situação de rua, como mostrado anteriormente no estudo do MDHC que aponta, entre seus dados, que a maior parte das pessoas que vivem em situação de rua (92%) não vive com suas famílias e na maioria dos casos (61%) nunca tem contato com parentes fora da condição de rua (BRASIL, 2023b, p. 20).

Quando se fala em visibilidade deste público, para Costa (2024), “a sociedade, geralmente não dá chance à visibilização das histórias das pessoas que, por conta da dependência química, traumas, abusos etc. saíram do contexto familiar [...]”, mas complementa que ainda existem projetos engajados em alcançarem essas pessoas, prestando serviços de apoio, como o caso do Despertar da Família, que o alcançou alguns anos atrás. Hoje, com 53 anos de idade, Costa é pastor da Igreja Presbiteriana Independente e utiliza sua própria trajetória de vida como intermédio para ajudar pessoas em situação de rua que necessitam de amparo.

Além das questões citadas, um ponto importante da entrevista com o orientador socioeducativo foi compreender a dimensão que a falta de vínculos sociais contribui para a marginalização e completo isolamento do indivíduo do restante da sociedade, que muitas vezes nem repara sua existência, fato que não seria possível de ser percebido somente com a análise estatística de dados. Somando esses relatos às estatísticas, foi possível perceber que, geralmente, as pessoas em situação de rua estão sozinhas, vivendo em um ambiente inadequado e, mais do que isso, hostil. Quando perguntado sobre esse ambiente e se a própria situação de rua colabora para a construção de imagens desumanas sobre si mesmo, Costa respondeu:

É claro que sim. Ser amado, visto, requisitado contribui para a formação de nossa identidade. Perder isto ao longo do tempo desenvolve a impressão de desalento e de desesperança. Comerciantes, lojistas muitas vezes se sentem prejudicados com a proximidade de pessoas em situações de rua. Prédios e lojas, por vezes, instalam até mesmo canos com goteiras permanentes durante toda a madrugada para manter as suas calçadas sempre molhadas e assim evitar que seja possível que alguém ali possa se abrigar durante a noite. Nosso projeto, no entanto, não tem a pretensão de sanar esse problema, que está muito além do que nós podemos fazer, mas sim colaborar com outros projetos neste contexto em uma rede de apoio (COSTA, 2024).

Essa resposta de Costa também é um relato das alterações que a aporofobia faz no espaço urbano, com a instalação de canos com goteiras exemplificado pelo entrevistado. Esse e muitos outros exemplos já demonstrados no presente trabalho contribuem para criar um ambiente hostil, em que a pessoa em situação de rua não é bem-vista, muito menos bem-vinda no espaço. Quando perguntado sobre o cenário descrito e como é dormir na rua, Costa respondeu:

Ninguém dorme na rua como se dorme em casa. Rua não é lugar para se dormir. Quem está na rua sobrevive. Além do desconforto, da fome, e da falta de cobertores, por exemplo, existem condições que podem complicar ainda mais esta situação, como a drogadição e a precariedade na higiene

peçoal, que contribuem para estigmatizar a pessoa em situação de rua, sendo levada a estar sempre alerta com a hostilidade dos outros. A maioria dessas pessoas só consegue adormecer durante a manhã, com a abertura dos comércios. Durante a madrugada é muito perigoso dormir sem a presença de transeuntes (COSTA, 2024).

Uma das principais questões ainda nubladas no decorrer do projeto, principalmente quando se pensava na formulação dos requisitos do projeto, era fundamentar a realidade das pessoas em situação de rua, ou seja, descobrir como era a rotina vivida nas ruas e as interações desse público entre si e entre o próprio espaço urbano. Descobrir como é sua vivência, seus desafios e necessidades de abrigo só foi possível a partir de relatos como o de Costa, dessa forma a entrevista, além de dar espaço de fala para um tema que necessita de evidência, também serviu como forma de identificar requisitos e possíveis pontos de atenção.

Sendo assim, conclui-se que conhecer de perto um projeto que lida com pessoas em situação de rua e, posteriormente, entrevistar uma pessoa que já esteve em situação de rua foi crucial para entender a realidade da vida nas ruas, pois foi possível obter uma perspectiva autêntica das experiências e desafios enfrentados por essa população diariamente. Além de humanizar os dados, o contato direto revelou detalhes que muitas vezes passam despercebidos em análises teóricas e estatísticas numéricas e, sobretudo, ajudou a contextualizar os dados já obtidos, como, por exemplo, o impacto psicológico da marginalização social e a complexidade das interações com serviços de assistência social.

4.3 Vulnerabilidade

De fato, a presença de centros especializados, instituições e projetos voltados para a população em situação de rua são essenciais no processo de reintegração do público à sociedade. Nesses locais, como os Centros POP, são ofertados diversos serviços essenciais para a manutenção dos direitos básicos de cada indivíduo, mas o número de centros ainda é muito pequeno comparado com a totalidade da população em situação de rua no país. A constatação fica mais evidente se visto que há capitais, como Rio Branco e Natal, que possuem apenas 1 Centro POP, e Estados, como Roraima e Tocantins, que não possuem nenhum desses centros (BRASIL, 2023b, p. 32).

Quanto ao número de pessoas atendidas nos Centros POP, o relatório do MDHC destaca números relevantes para o ano de 2022. Dentre as estimativas, mesmo que haja uma boa parcela de pessoas atendidas por serviços de caráter de assistência social, o dado que necessita de destaque é a porcentagem de pessoas que informaram não receber atendimento de Centros POP nem de outra instituição ou projeto, cerca de 12%, como expressado:

Nos 6 meses anteriores ao cadastramento, 52% das pessoas cadastradas informaram terem sido atendidas nesses serviços, variando de 28% na região Norte a 66% no Nordeste. O Maranhão foi o estado com o maior número de atendimentos (80%). Considerando o atendimento em outros serviços de assistência social no país, 19% das pessoas em situação de rua informaram terem sido atendidas por CRAS, 24% por CREAS, 33% por outras instituições governamentais, 7% por instituições não governamentais e 9% por hospitais gerais. 12% informaram não terem sido atendidos em nenhum local no período (BRASIL, 2023b, p. 20).

Constata-se, portanto, que há a necessidade de alcançar, de alguma forma, este público que não recebe auxílio e se mantém em estado de vulnerabilidade nas ruas. Para o MDHC, uma das soluções que ajudaria no processo de reintegração social de pessoas em situação que se mantém em estado de vulnerabilidade seria a adoção de políticas públicas mais específicas, como uma política habitacional robusta visando enfrentar a problemática da perda de moradia:

A existência de locais para dormir, como albergues, abrigos e casas de passagem, influencia tanto no local de pernoite, quanto no acesso a outros serviços e políticas públicas, quanto estruturado de forma integrada e intersetorial. Porém, são necessárias políticas mais estruturantes, como o Programa Moradia Primeiro, que tem sido apontado como estratégia prioritária pelo MDHC (BRASIL, 2023b, p. 35).

Os locais citados pelo MDHC acima, como albergues e casas de passagem, são muito comuns para a população em situação de rua que o utilizam como recurso para pernoitar, mas de certa forma apresentam problemáticas que foram evidenciadas em relatos partilhados por pessoas em situação de rua nas reuniões do Despertar da Família-Catedral. Problemas como superlotação; insegurança em conviver com pessoas desconhecidas; a proibição da entrada de animais de estimação nesses locais, como cachorros, que muitas vezes atuam como companheiros afetivos das pessoas em situação de rua; a proibição de entrada de carrinhos e carroças, que são utilizadas pelas pessoas que desempenham trabalhos como catadores; e o próprio estado de pernoite, que causa insegurança quanto ao local de dormir, foram a maioria das causas relatadas pelos indivíduos que não recorrem mais ao uso destes serviços.

Além desses serviços já conhecidos, o MDHC também cita o Programa Moradia Primeiro. Implementado no país a partir de 2018 com alguns projetos-piloto, o Programa Moradia Primeiro é um projeto de moradia baseado no conceito de *housing first*, onde as pessoas em situação de rua são alojadas em uma moradia individual segura, recebendo acompanhamento de profissionais que buscam ajudar a sua permanência no programa (BRASIL, 2018). Um exemplo atual de execução do Programa Moradia Primeiro é o Programa Reencontro, projeto da Prefeitura Municipal de São Paulo que engloba o Auxílio Reencontro e a Vila Reencontro.

Segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo (2024), o Auxílio Reencontro é um auxílio financeiro pago a pessoas que estiverem dispostas e tiverem condições de acolher uma pessoa em situação de rua. Já a Vila Reencontro, é um serviço de moradia transitória que recebe pessoas e famílias que vivem em situação de rua, exemplificado na figura a seguir (figura 10).

Figura 10 – Imagens de espaços da Vila Reencontro



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2024

Ainda segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo (2024), a Vila Reencontro tem como objetivo apoiar a autonomia e a saída qualificada das pessoas em situação de rua. Para isso, são ofertadas 5 unidades, dispostas pela cidade de São

Paulo, que somam 312 módulos residenciais. Ao todo, esses módulos podem atender cerca de 1248 pessoas, que conseguem usufruir de banheiros, mobiliário e outros itens de uso básico comumente encontrados, além de áreas comuns como cozinha, lavanderia, horta comunitária, playground e outros.

Como descrito, a proposta do Programa Moradia Primeiro é uma ótima alternativa e se encaixa na descrição do MDHC quando se fala de política habitacional robusta, porém o programa ainda não consegue suprir as necessidades de toda a comunidade de pessoas em situação de rua, ou seja, as pessoas que não são selecionadas para participarem do programa ainda sofrem os males de viver na rua, em condições adversas, como na figura abaixo (figura 11).

Figura 11 – Vestígios de pessoas em situação de rua em Praça da República



Fonte: autoria própria, 2024

A figura anterior exemplifica as condições que pessoas em situação de rua passam em espaços ao ar-livre, como praças ou parques, sem qualquer proteção contra as intempéries climáticas, ou até mesmo um lugar para guardar seus objetos pessoais. Como resultado, no exemplo da árvore, a abertura em sua base foi utilizada como abrigo. Caso semelhante foi retratado na figura a seguir (figura 12).

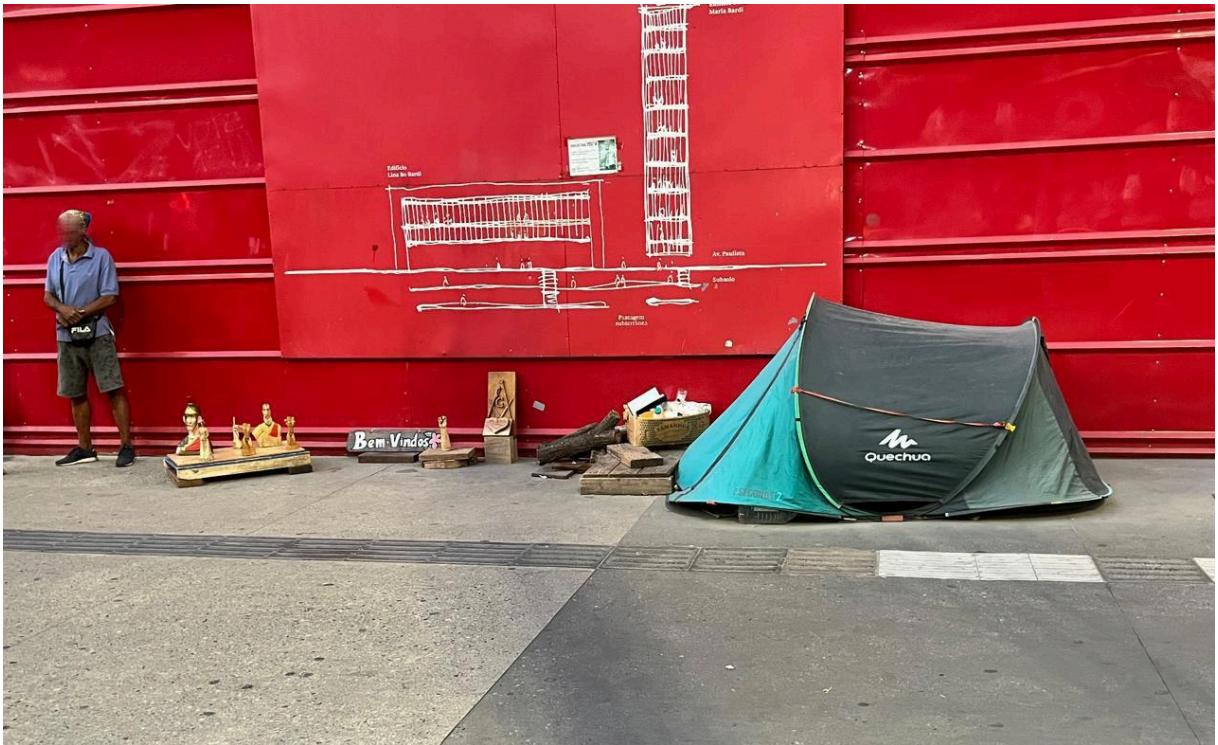
Figura 12 – Coreto da Praça da República utilizado como abrigo



Fonte: autoria própria, 2024

Os coretos, assim como outros aparatos arquitetônicos com cobertura, reúne requisitos básicos para abrigar uma pessoa: possui espaço livre e cobertura. Por conta disso, como retratado na figura 12, eles são comumente utilizados pela população em situação de rua como abrigo. Quem não pode contar com o uso desse tipo de estrutura já existente acaba destinado aos próprios logradouros, como demonstrado na figura a seguir (figura 13).

Figura 13 – Pessoa em situação de rua abrigada em calçada da Avenida Paulista



Fonte: autoria própria, 2024

A cena retratada na figura 13 demonstra a realidade de uma pessoa em situação de rua que trabalha de forma autônoma, vendendo esculturas artesanais. Ao lado é possível perceber sua barraca de camping, o item mais próximo que ela possui e que pode se aproximar de uma moradia. Assim como a pessoa retratada na figura, é muito comum que pessoas em situação de rua recorram ao uso de barracas de camping para dormir, por isso é fácil encontrar esses objetos espalhados em regiões em que há uma grande concentração de pessoas em situação de rua. Em contrapartida, aqueles que não têm condições de possuir uma barraca, acabam ou dormindo ao relento ou obrigados a construir abrigos totalmente improvisados, utilizando materiais encontrados na própria rua.

Foi partindo da constatação da existência desses abrigos improvisados que surgiu a ideia de projetar um abrigo que suprisse a necessidade urgente do público desabrigado, mas não como uma solução final que busca resolver o problema de moradia, mas como aliviador de dores, como uma medida projetual que visa trazer algum conforto enquanto políticas habitacionais mais robustas, como o Programa Moradia Primeiro, ainda não são totalmente implementados no país, por isso a proposta de ser um abrigo emergencial.

5. ABRIGOS COMO EMBALAGEM VITAL

Para o desenvolvimento do projeto de abrigo emergencial, a primeira fonte de inspiração surgiu das mãos das próprias pessoas em situação de rua, ao observar as moradias improvisadas que são facilmente encontradas em capitais, como a cidade de São Paulo. Mesmo que essas estruturas sejam feitas em caráter improvisado e, muitas vezes, precário, é importante compreender que a necessidade de suprir uma demanda urgente levou indivíduos com pouco ou nenhum conhecimento técnico ou projetual a fabricar artefatos com materiais dispostos a seu alcance, como plástico ou papelão, no caso da figura a seguir (figura 14).

Figura 14 – Moradia improvisada feita de papelão por pessoa em situação de rua



Fonte: autoria própria, 2024

Assim como a moradia improvisada exemplificado na imagem acima, algumas outras soluções improvisadas encontradas, como fogões artesanais feitos a partir de tijolos e vasilhas cerâmicas, lamparinas feitas a partir de garrafas pet e carroças feitas de materiais descartados exemplificam a infinidade de produções e ideias que

estão presentes nas ruas, nas mentes de pessoas que enfrentam problemas diversos, mas que ainda tentam contorná-los com criatividade, reunindo tudo o que necessitam em espaços minúsculos.

Essa lógica relacionada às moradias improvisadas é discutida no artigo *The Vital Package. Discarded Products, Design and Homelessness in Global Cities: São Paulo, Los Angeles and Tokyo* publicado em 1999, onde Maria Cecília Loschiavo dos Santos, importante pesquisadora e professora brasileira, especialista em design e, sobretudo, em questões relacionadas à população em situação de rua, busca estudar e reconhecer a cultura material das pessoas em situação de rua no contexto urbano de áreas centrais de três metrópoles globais (São Paulo, Los Angeles e Tóquio).

Neste estudo, Santos analisou moradias provisórias, como aquelas feitas com caixas de papelão, interpretando-as como embalagens vitais para as pessoas sem moradia, já que reúnem em espaços pequenos itens necessários para a sobrevivência, como uma embalagem. Nessa lógica, as pessoas em situação de rua utilizam os objetos degradados que repousam nos espaços urbanos, num processo que se assemelha a uma escavação, para atribuir-lhes novos usos:

Na busca incessante por estratégias materiais de sobrevivência, as pessoas em situação de rua exumam esses produtos mortos e passam a atribuir-lhes outras definições, construindo de sua parte uma nova materialidade. Ao fazerem isso, as fronteiras materiais tornaram-se confusas. Bens descartáveis atraem a atenção dos moradores de rua. Num processo semelhante ao da arqueologia, eles passam a vasculhar a cidade em uma espécie de busca ou escavação urbana, em busca de objetos, roupas, latas, alimentos ou outros itens que possam usar ou vender diretamente nas ruas (SANTOS, 1999, p. 43, tradução nossa)⁹.

O ponto importante de destaque e que é discutido ao longo do artigo por Santos é que a reutilização é um aspecto marcante da cultura material das pessoas em situação de rua. Para adquirir os materiais utilizados em suas moradias improvisadas, as pessoas atravessam cidades, ou seja, rompem as fronteiras materiais, da mesma forma que ao utilizar materiais em novos usos rompe-se com os princípios funcionalistas originais, criando um novo ciclo de vida para os materiais

⁹ In their unceasing search for material strategies of survival, the homeless exhume these dead products and come to attribute them other definitions, constructing a new materiality on their part. As they do this, material boundaries have become blurred. Throwaway goods attract the attention of the homeless. In a process similar to archeology, they begin to scavenge the city through a kind of search or urban excavation, looking for objects, clothes, cans, food or other items that she or he can directly use or sell on the streets.

ditado pela cultura material espontânea das pessoas em situação de rua que, a partir de um processo metamórfico, constroem sua embalagem vital:

Os materiais descartados reaparecem de forma inesperada pela mão anônima dos moradores de rua, tendo sofrido diversas metamorfoses. Eles envolvem suas vidas com esses materiais como recurso básico de proteção e estratégia de sobrevivência. Eles criam uma embalagem vital: casas de papelão, barracas de plástico encontradas nos espaços públicos das grandes cidades. A atitude de exclusão da sociedade faz com que a soma dos sem-teto se embrulhe em cartão e este processo de embrulho constrói o seu habitat e modo de viver dentro da cidade de papel ou plástico (SANTOS, 1999, p. 43, tradução nossa)¹⁰.

Desta maneira, cria-se também um contraponto: a ideia de lar torna-se bem distante da comumente interpretada pela sociedade. No processo de metamorfose dessa embalagem vital, as embalagens e outros materiais deixam de ser utilizados em sua função original, tornando-se agora itens de proteção e resguardo do próprio corpo humano. Mas é difícil pensar que materiais como plástico, papelão, pedaços de jornais e tecidos, por exemplo, trazem a mesma atmosfera e noção de segurança e conforto que uma casa feita de alvenaria passaria, muito porque não foram projetados para esse fim, suas propriedades físicas e culturais são incompatíveis.

Assim, fica reservado à população em situação de rua a dinâmica de exclusão, de marginalização dos espaços urbanos, da reutilização e reinterpretação de materiais para a construção de uma necessidade presente no âmago humano. Processo muito semelhante, por exemplo, ao processo de favelização que ocorreu no Brasil por volta da década de 1930 (MOTA, 2000, p. 111) onde as pessoas começaram a construir suas moradias de forma autônoma e com diversos materiais para sanar uma necessidade habitacional.

Neste contexto, que Santos (1999, p. 46) também discorre, as pessoas em situação de rua possuem semelhança com as pessoas que construíram as favelas quanto ao processo de escavação de materiais e objetos, mesmo que o façam por motivos diferentes. Certamente, hoje as favelas são bem mais complexas e possuem estruturas de alvenaria que antes não possuíam, mas a ideia de reutilizar materiais, fazer criações espontâneas para vencer adversidades está no cerne de

¹⁰ Discarded materials reappear in unexpected ways by the anonymous hand of the homeless, having undergone various metamorphoses. They wrap these materials around their lives as a basic resource for protection and strategy of survival. They create a vital package: cardboard houses, plastic tents found in the public spaces of big cities. Society's attitude of exclusion leaves the sum of homeless wrap themselves in cardboard and this wrapping process constructs their habitat and way of living within the city of paper or plastic.

tudo, da mesma forma que o design busca soluções criativas, aliados à metodologias projetuais, resolver problemas da melhor forma possível, com os melhores recursos disponíveis.

Sendo assim, conclui-se que mesmo que tenham caráter improvisado, as moradias feitas pela população em situação de rua não possuem somente pontos negativos, elas também serviram como fonte de inspiração criativa, como se fossem protótipos feitos por outras mãos, alguns próximos e outros distantes da solução ideal, mas que reúnem entre si requisitos e conceitos importantes que foram produzidos a partir de uma necessidade real, em um processo de tentativa e erro. Noções como aproveitamento de espaço, proporções pequenas, aspecto minimalista e outras são valiosas e podem ser utilizadas na produção do abrigo emergencial.

6. SOLUÇÃO PROJETUAL

6.1 Iniciação e primeiras propostas

Como destacado nos tópicos anteriores, o ponto de partida do projeto se deu ao identificar a problemática de perda de moradia por pessoas em situação de rua. Para entender o problema, foi necessário analisar o contexto histórico da formação das pessoas em situação de rua, principalmente no cenário brasileiro. Partindo dos dados históricos, constatou-se a necessidade de conhecer o perfil do público-alvo a partir do levantamento e análise de dados e estatísticas. Nesse processo, as discussões referente à organização dos espaços, do preconceito ante o pobre e demais temáticas foram importantes para traçar a relação que as pessoas em situação de rua têm com os espaços urbanos e o restante da sociedade.

Como resultado desse processo de pesquisa e levantamento de dados, a ideia principal do projeto visa alcançar a parcela da população em situação de rua que ainda não foi alcançada por nenhum Centro POP ou instituição, seja governamental ou não, e se mantém em condições de vulnerabilidade, em abrigos improvisados, como abordado pelo MDHC anteriormente (BRASIL, 2023b, p. 20). Dessa forma, como medida de urgência, foi proposto a criação de um modelo de abrigo emergencial que possa acomodar estes indivíduos enquanto soluções mais robustas, no âmbito de políticas públicas habitacionais e de assistência social, ainda não são implementadas.

A partir da decisão de abordagem do projeto chegou-se ao perfil do usuário, que é um indivíduo majoritariamente sozinho, desenvolvendo trabalhos autônomos e, por esse motivo, necessita realizar um deslocamento diário. Este indivíduo não tem um local fixo para dormir, muito menos um local para guardar seus objetos pessoais, por esse motivo ele não possui muitos pertences. Com essa descrição, foi constatado que a solução final teria que ter um caráter transportável, para acompanhar seu usuário na dinâmica diária.

Para Munari (2017), é de grande importância que o processo de design seja bem estruturado e consciente das necessidades dos usuários, nesse sentido, para além da pesquisa e observação cuidadosa dos dados coletados, é necessário traçar requisitos de projeto que sirvam como referencial para a formulação de um produto final que equilibre aspectos funcionais com a estética, resultando em uma proposta clara, focada no essencial. Nesse sentido, o quadro a seguir (quadro 1) lista alguns dos principais requisitos formulados para o projeto. Eles foram divididos em três categorias de importância para facilitar sua organização e posterior implementação.

Quadro 1 – Requisitos de projeto (continua)

Indispensáveis	Necessários	Desejáveis
Oferecer espaço interno suficiente para acomodar uma pessoa deitada	Possuir bolsas ou compartimentos internos para armazenar itens pessoais	Possuir conceitos de modularidade
Ser resistente a intempéries climáticas	Não acumular água da chuva ou qualquer sujeira	Oferecer um custo baixo de produção
Evitar o contato direto da pessoa com o solo	Aproveitar o espaço mínimo	Ter componente e ações intuitivas
Incluir recursos de segurança e pontos de ancoragem para garantir estabilidade	Incluir material opaco e itens de fechamento completo para garantir privacidade	Proporcionar aberturas para ventilação, permitindo a circulação de ar
Ser construído a partir de materiais impermeáveis ou resistentes à umidade para evitar a infiltração de água e o acúmulo de umidade interna	Ser leve e compacto quando desmontado	Fornecer um nível básico de isolamento térmico
Possuir uma estética visual amigável que construa uma relação de pertencimento com o usuário	Manter os itens pessoais nos compartimentos mesmo quando desmontado	Superfícies internas e externas devem ser fáceis de limpar e desinfetar

Quadro 1 – Requisitos de projeto (continuação)

Indispensáveis	Necessários	Desejáveis
Ser desmontável e de fácil transporte	Dispor de diferentes cores ou padrões que permitam alguma expressão pessoal do usuário	Utilizar materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental
Proporcionar autonomia do usuário no processo de montagem, desmontagem e transporte	Permitir espaço para colocar uma etiqueta de identificação pessoal	Incluir um manual de instruções ilustrado e de fácil compreensão

Fonte: Elaborado pelo autor

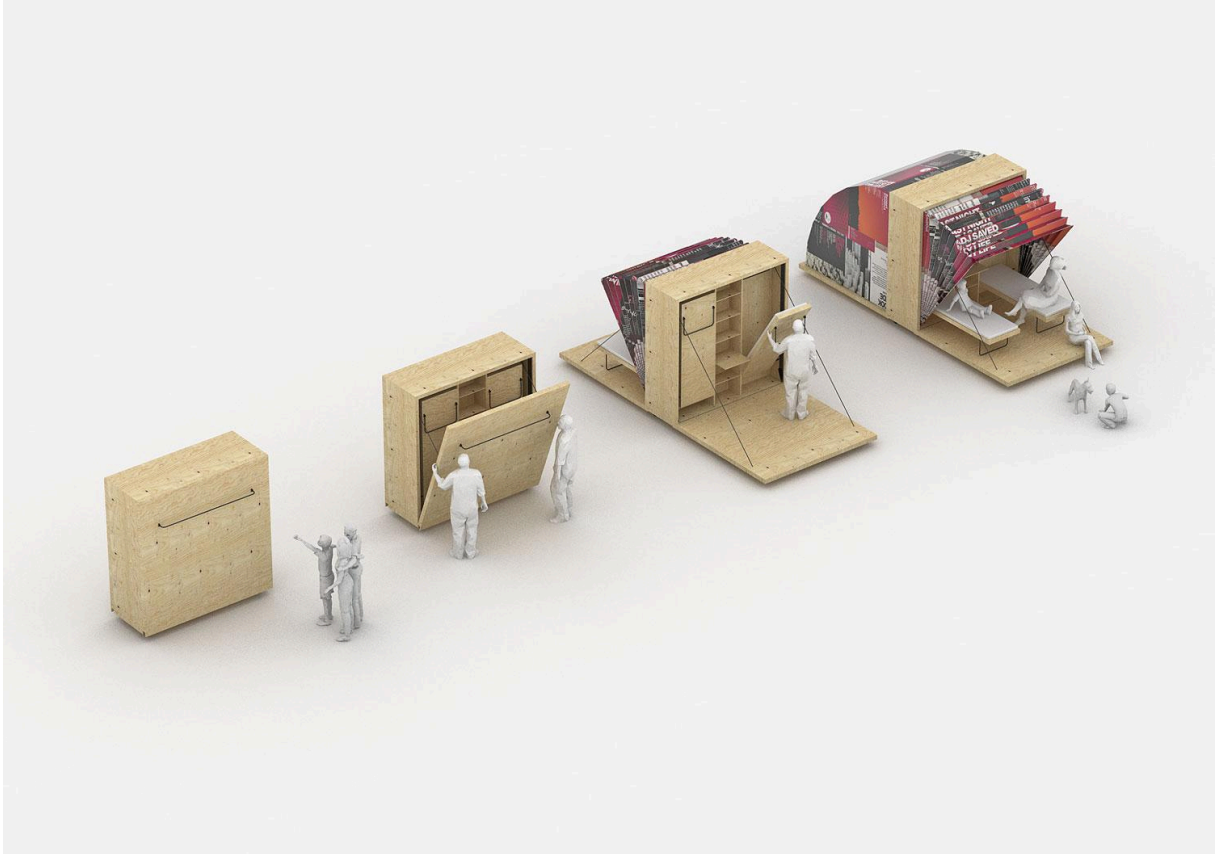
Ao analisar os requisitos, fica claro que a produção final deveria girar em torno dos conceitos de transporte e desmontagem. Portanto, é necessário explicar dois grandes motivos que motivaram esse tipo de abordagem que resultaria em uma produção do abrigo emergencial móvel. O primeiro é o perfil do usuário, alguém que necessita se deslocar diariamente e, por isso, não teria como deixar seu abrigo em algum ponto específico da cidade visto que haveria perigo de furto ou depredação. O segundo motivo é que houve a preocupação de que ao construir um abrigo emergencial fixo, houvesse o desestímulo do indivíduo a procurar soluções de caráter definitivo que o retirassem do contexto da rua, visto que ele estaria condicionado a viver no local em que o abrigo estivesse alocado.

Ao decidir trabalhar com abrigos emergenciais móveis para o público de pessoas em situação de rua descrito, portanto, fez-se necessário observar soluções projetuais já feitas para tentar encontrar um caminho adequado. Nesse sentido, as primeiras inspirações surgiram a partir da análise das barracas de camping e das moradias improvisadas confeccionadas pelas próprias pessoas em situação de rua. Ambas as soluções são focadas em atender o público em um espaço reduzido, mesmo que haja uma diferença na complexidade e qualidade de cada um desses exemplos. Além disso, são facilmente desmontáveis, no caso do exemplo das barracas de camping.

Além dos exemplos primordiais encontrados nas próprias ruas, também foram encontrados projetos que serviram como referência para a continuidade da fase de ideação. Um desses projetos se chama *Módulos de vivienda de emergencia despleables* (figura 15), projetado pelos arquitetos Gaston Saboulard e Federico Ortiz (2016). O projeto se resume na construção de módulos que seriam utilizados

como equipamento público para alojar provisoriamente pessoas vítimas de alguma emergência social, uma catástrofe natural ou uma crise humanitária.

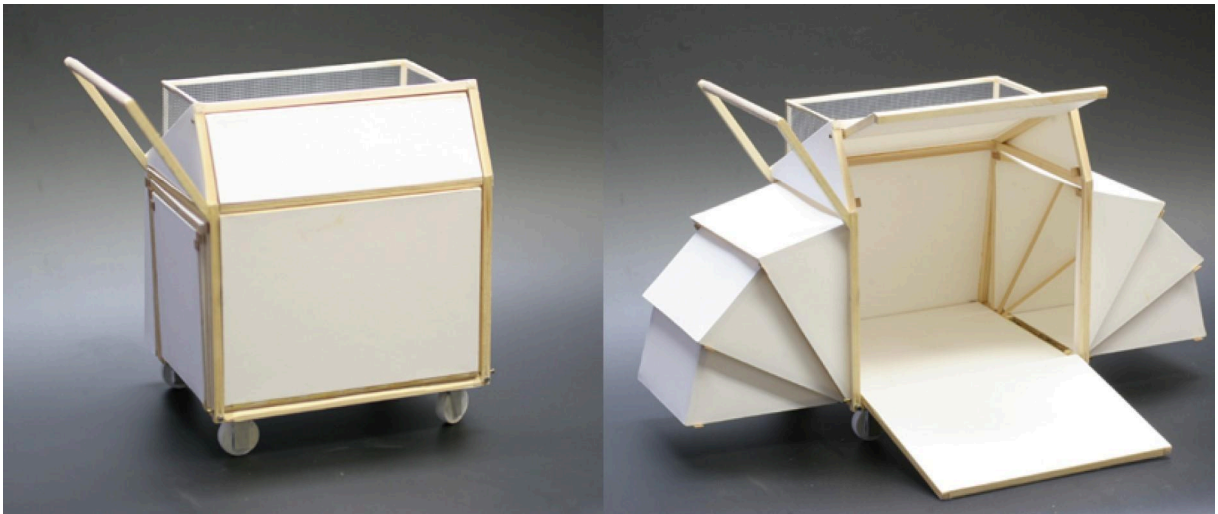
Figura 15 – Projeto Módulos de vivienda de emergencia desplegables



Fonte: SABOULARD; ORTIZ, 2016

Como demonstrado na figura acima, os módulos, em seu estado compacto, se assemelham a um guarda-roupa com rodas que facilitam o deslocamento curto. No momento do arranque, as tampas laterais são abertas, desdobrando o espaço habitacional em dois pequenos quartos. Mesmo que possua dimensões maiores, feito para abrigar um número maior de pessoas, o projeto dos módulos possui princípios importantes que poderiam ser aplicados no projeto dos abrigos emergenciais móveis, como mecanismo para compactar o espaço; ideia de disposição de elementos internos; e inserção de cobertura expansível.

Outro projeto que serviu como referência para a ideação do abrigo emergencial móvel foi o *who knows*, do designer esloveno Igor Ravbar (2006) disposto na figura a seguir (figura 16).

Figura 16 – Projeto who knows

Fonte: RAVBAR, 2006

O projeto demonstrado acima reúne o conceito de abrigo em um carrinho feito a partir de estrutura de aço, paredes de alumínio e piso de madeira. Assim como o exemplo anterior, o *who knows* reúne o conceito de compactar a forma do abrigo em uma forma primordial que, nesse caso, é utilizada como carrinho. Uma crítica negativa ao projeto, em contrapartida, seria a falta de itens de conforto, como um colchonete ou piso confortável para cobrir o chão de madeira.

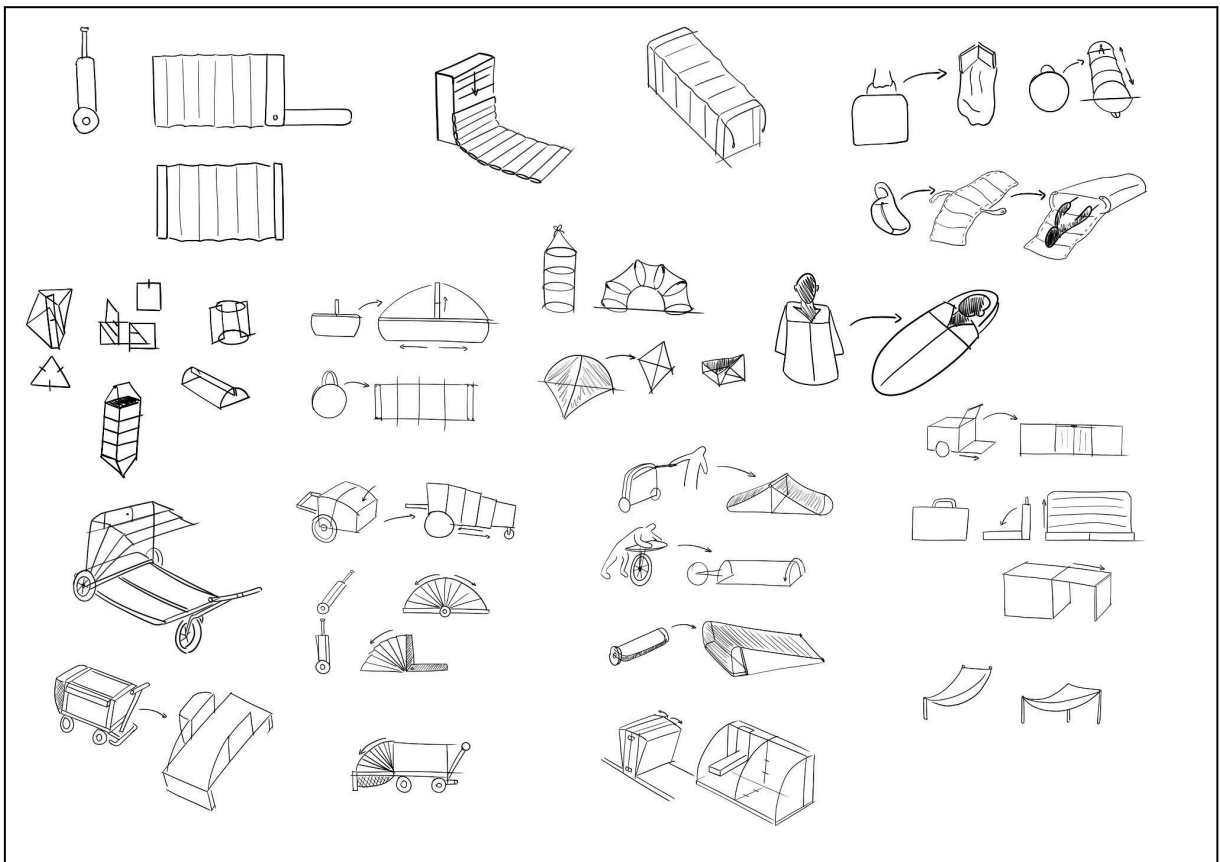
A próxima referência é chamada de *EMPWR coat* (figura 17) e, assim como o nome sugere, é um casaco. Até o momento, a pesquisa de referências de projetos análogos a abrigos emergenciais móveis estava caminhando para a geração de uma ideia mais robusta, feita de materiais pesados. Ao encontrar o projeto do casaco, foi possível experienciar outros pontos de vista.

Figura 17 – EMPWR coat

Fonte: EMPOWERMENT PLAN, [s.d.]

Produzido pela Empowerment Plan, o modelo de casaco de inverno pode ser usado tanto como vestuário quanto como bolsa de ombro e saco de dormir ao ligar uma parte suspensa à forma original do casaco. Por se tratar de um objeto simples, comum ao cotidiano, a função como saco de dormir surpreende e, mais do que isso, não deixa aparente a condição de rua do usuário. Esse fato provocou uma mudança de postura que pode ser visualizada ao observar alguns desenhos experimentais feitos no processo de ideação (figura 18).

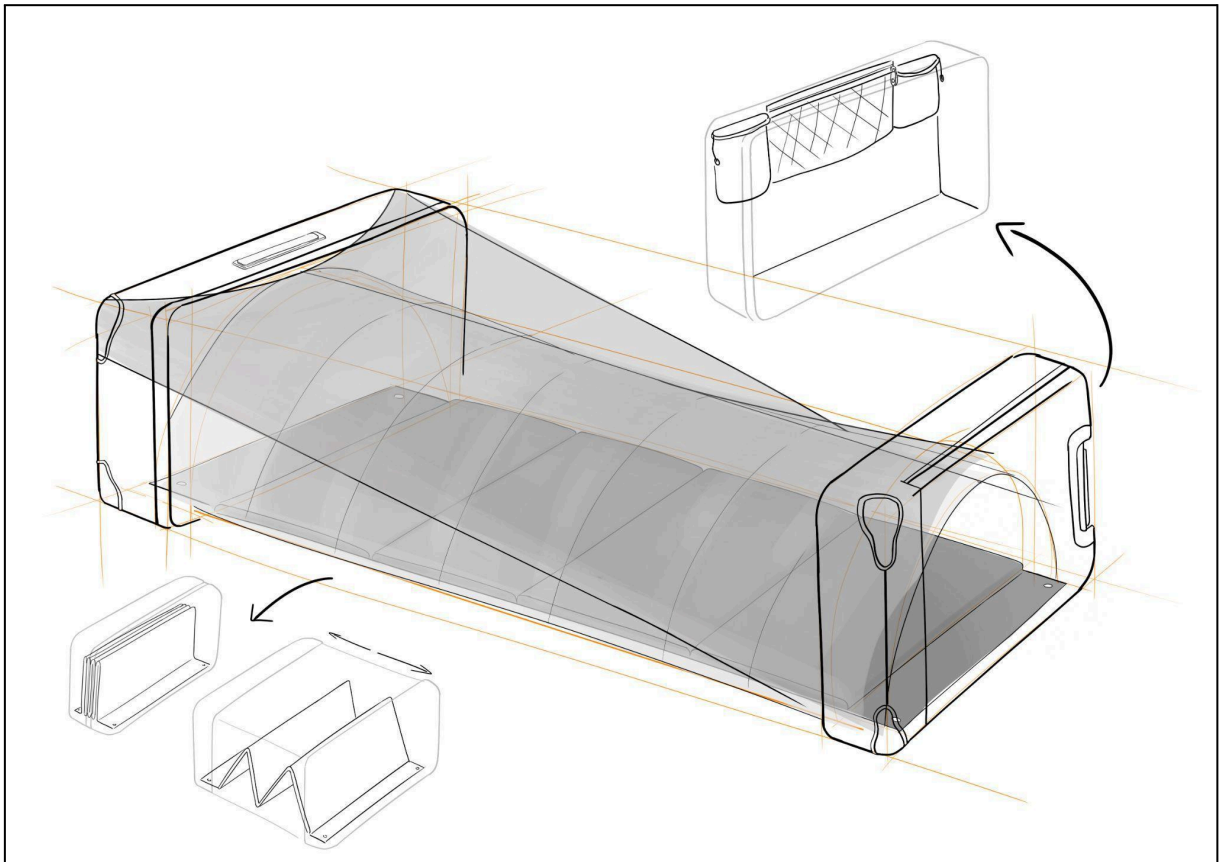
Figura 18 – Desenhos experimentais



Fonte: autoria própria

A ideia de utilizar um objeto comum no cotidiano, que fosse discreto, não causando desconforto a uma pessoa que não quisesse ser identificada como uma pessoa em situação de rua, foi fortalecida no decorrer da geração de alternativas. Foi então que o formato de mala (figura 19) surgiu como solução por ser um objeto simples, muito visto em espaços urbanos, como estações de trem e metrô, nas mãos de pessoas. Além disso, a forma de mala possibilitaria que o usuário carregasse objetos e também facilitaria o transporte, com a adição de puxadores e rodízios.

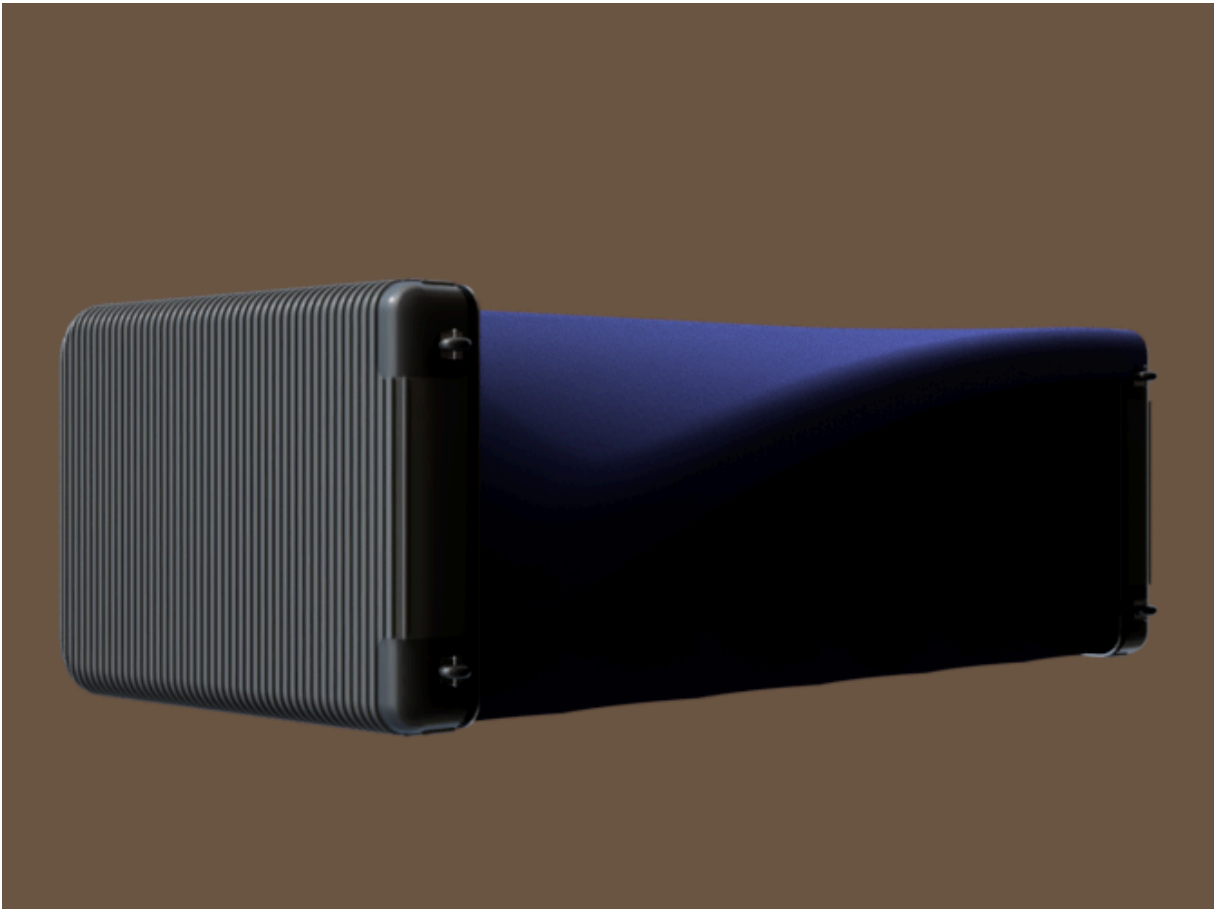
Figura 19 – Proposta inicial de abrigo emergencial móvel em formato de mala



Fonte: autoria própria

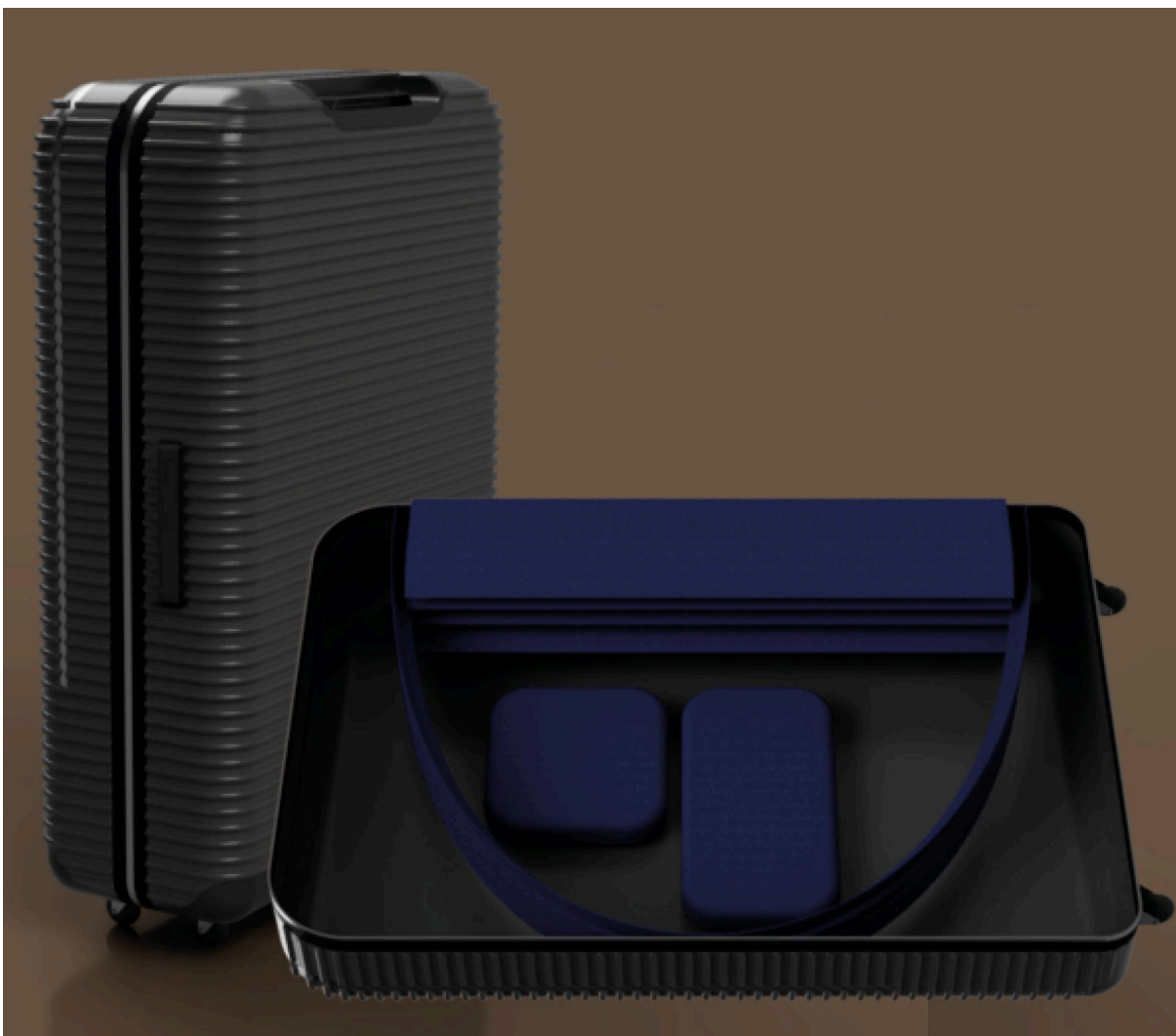
A primeira versão do abrigo emergencial como mala é composta por 3 partes principais: a parte exterior da mala; lona que garante impermeabilidade e proteção contra sol, chuva e outras intempéries climáticas; e colchonete dobrável para impedir que o usuário entre em contato direto com o solo, além de trazer conforto mínimo. Para atender a essa ideia, inicialmente foi pensado um sistema sanfonado: o usuário abre a mala por meio do zíper central, a deita na horizontal e puxa as duas extremidades, logo o colchonete e a lona são desdobrados e se estendem à medida que as extremidades são puxadas, como uma sanfona, revelando uma área para que o usuário se deite. As duas figuras (figura 20 e 21) a seguir são de dois modelos renderizados mais detalhados.

Figura 20 – Renderização da primeira proposta de abrigo emergencial



Fonte: autoria própria

Figura 21 – Renderização da mala e seção



Fonte: autoria própria

Foi a partir do processo de renderização da proposta da mala que foi possível constatar que ainda havia muitos aspectos que precisavam ser testados e destrinchados, principalmente para cumprir a maioria dos requisitos de projeto apontados anteriormente. Um desses aspectos levava em conta as dimensões reais da mala, em proporção com uma pessoa real.

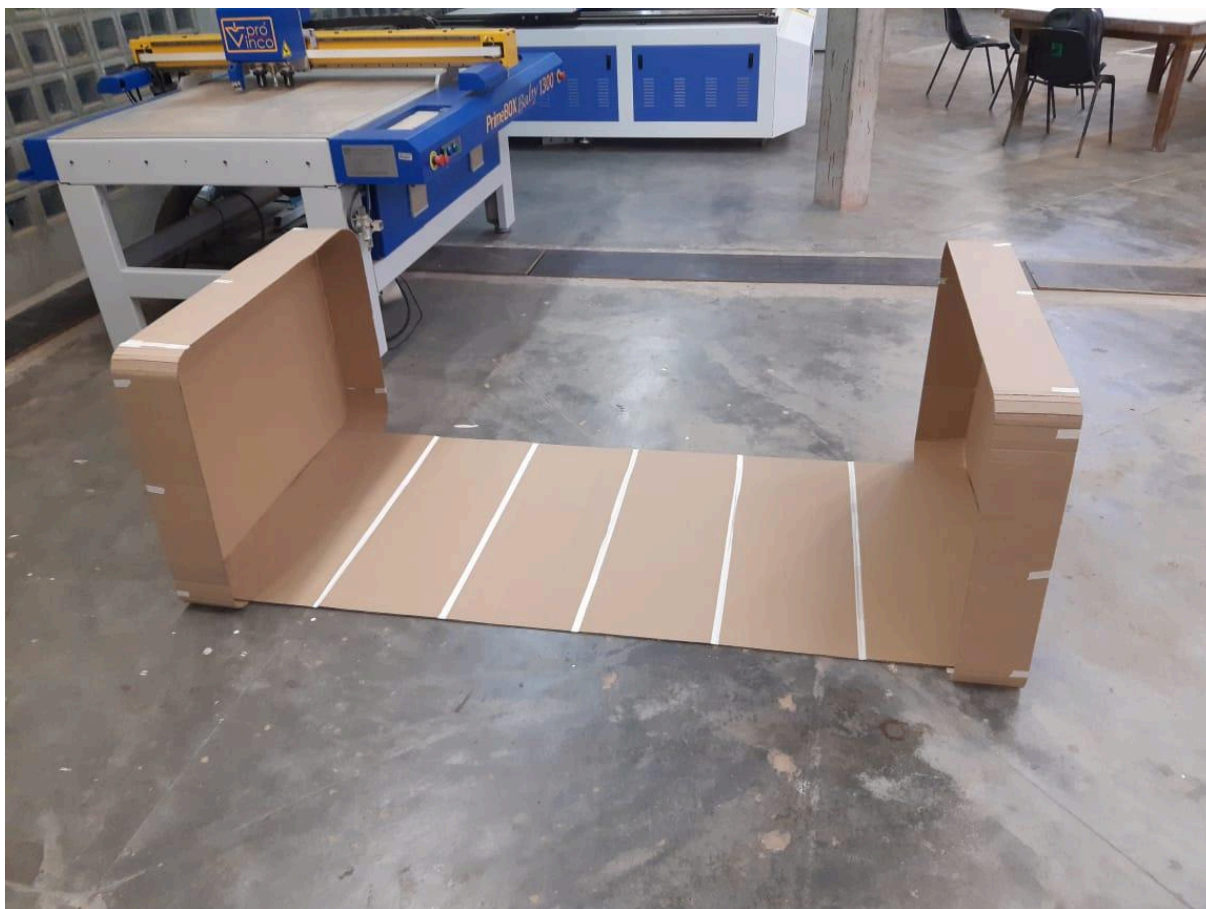
Mesmo que a mala fosse projetada seguindo medidas reais, era necessário observar sua estrutura mais atentamente e identificar se os valores adotados eram realmente ideais para a construção tanto do objeto como mala quanto o objeto como abrigo emergencial, por isso, fez-se indispensável utilizar um modelo volumétrico como demonstrado nas figuras a seguir (figura 22 e 23).

Figura 22 – Modelo volumétrico de mala feito em papelão



Fonte: autoria própria

Figura 23 – Modelo volumétrico de mala aberta feito em papelão



Fonte: autoria própria

O modelo volumétrico foi feito utilizando como principal matéria-prima o papelão. Essa escolha foi norteadada por alguns fatores: primeiro, o papelão é um material com grande disponibilidade na Seção Técnica de Modelos Ensaios e Experimentações Construtivas (LAME) localizada nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP), onde o modelo foi construído; segundo, por suas propriedades físicas, o papelão é um material facilmente maleável, mas que adquire resistência quando combinado em chapas; e o terceiro e último fator se resume ao peso do papelão, que é leve.

Com o modelo em mãos foi atestado o primeiro desafio da proposta: o objeto como mala era muito grande. Inicialmente, a mala foi projetada seguindo as medidas de 1000 mm de altura, 700 mm de largura e 300 mm de profundidade, além do tapete que foi dividido em 6 seções que totalizavam quase 2000 mm quando totalmente estendido. Esses valores foram utilizados levando em conta proporcionar uma maior área útil para o usuário que utilizasse o objeto como abrigo emergencial

móvel, mas em contrapartida, prejudicavam o transporte do abrigo como mala, mesmo que fossem utilizados rodízios, puxadores ou outras ferramentas facilitadoras. Por isso, fez-se fundamental explorar questões que dizem respeito à ergonomia da proposta.

6.2 Mudanças dimensionais

Como citado, as dimensões do abrigo quando utilizado como mala constituíam um desafio de projeto porque criavam um volume grande e difícil de ser transportado. Imaginando que o público-alvo possui um perfil de deslocamento diário constante, dificultar o transporte da mala poderia acarretar em sérios problemas de usabilidade. Foi pensando nesse impasse que surgiu um dos grandes requisitos que nortearam a reformulação do projeto: desenvolver um abrigo emergencial móvel que, quando em formato de mala, possuísse dimensões que não descaracterizassem sua forma primária como mala. Sendo assim, a mala não poderia ultrapassar as dimensões de uma mala grande.

Para compreender melhor o assunto é preciso salientar que as dimensões máximas de uma mala dependem das regulamentações das companhias aéreas e variam conforme o tipo de bagagem. Sendo assim, em semelhança a outros objetos transportáveis, as malas precisam ter medidas que facilitem seu deslocamento por passagens, como portas. No caso específico do projeto, além de ter em mente essa restrição técnica que se apresenta como requisito, a mala desempenha uma segunda função e por isso precisa de dimensões que também sanem as necessidades espaciais de um corpo humano adulto deitado, para evitar posturas forçadas e inadequadas que podem provocar dores localizadas nos conjuntos musculares utilizados para sustentar a postura (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 157).

Em grau de importância, seria desejável que o abrigo emergencial móvel, enquanto usado como mala, preservasse as medidas máximas de uma mala, mas seria imprescindível que ele comportasse uma pessoa adulta deitada, por isso, mesmo que as medidas finais utilizadas acabassem levando a uma quebra do primeiro requisito, o segundo deveria ser mantido. Por isso, primeiro, foi necessário recorrer a uma análise precisa da antropometria da população para a reformulação do projeto.

Segundo Lida e Guimarães (2016, p. 183), a antropometria trata das medidas físicas do corpo humano e é necessária para o desenvolvimento de produtos que atendam às características físicas do público-alvo. Existem três tipos de medidas: antropometria estática ou estrutural, com dados antropométricos estáticos indicados para dimensionar produtos; antropometria dinâmica, que mede o alcance dos movimentos corporais; e antropometria funcional, aplicada quando há a conjugação de diversos movimentos corporais para executar uma tarefa específica.

No caso do presente trabalho, os principais dados deverão ser de antropometria estática e antropometria dinâmica. O primeiro porque se faz necessário saber as medidas mais próximas do corpo humano para dimensionar o espaço interno do abrigo emergencial móvel. O segundo, entretanto, é necessário para entender o espaço de movimento dos membros do corpo humano dentro da área do abrigo emergencial móvel.

Para a consulta destes dados, é mais prático recorrer às tabelas de medidas antropométricas, visto que são resultado do esforço de diversos países preocupados em fazer adequações ergonômicas para estabelecer seus próprios padrões de medidas antropométricas (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 196). Essas tabelas e bancos de dados, como explica Lida e Guimarães, geralmente apresentam os dados antropométricos em percentis:

[...] Percentis são medidas estatísticas que dividem a amostra ordenada (por ordem crescente dos dados) em 100 partes, cada parte com uma porcentagem de dados aproximadamente igual. O 1º percentil determina o 1% menor dos dados, o 25º percentil o primeiro quartil, o 50º percentil é a mediana e o 99º percentil determina o 99% menor dos dados [...] (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 185).

À princípio, era desejável utilizar dados antropométricos da própria população brasileira, mas, assim como explicam Lida e Guimarães (2016, p. 211), ainda não existem medidas totalmente abrangentes e confiáveis desta população. Por isso, como alternativa, foi necessário buscar dados mais abrangentes e usuais em outro banco de dados. Como resultado desta pesquisa, foi selecionado a norma alemã DIN 33402 de junho de 1981 que, para Lida e Guimarães, é uma das tabelas de medidas antropométricas mais completas conhecidas na atualidade:

[...] Ela apresenta medidas de 54 variáveis, sendo nove do corpo em pé, treze do corpo sentado, 22 da mão, três dos pés e sete da cabeça. Para cada variável, a norma descreve os pontos entre os quais são tomadas as medidas, a postura adotada durante a medição e o instrumento de medida usado. Os resultados são apresentados em percentis 5, 50 e 95 da

população de homens e mulheres, para dezenove faixas etárias, entre três e 65 anos de idade, e a média para adultos, entre dezesseis e sessenta anos [...] (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 207).

Com a norma alemã em mãos, foi possível observar com cautela as medidas antropométricas estáticas de diversas partes do corpo humano. A tabela a seguir (tabela 3) expressa algumas das principais medidas antropométricas utilizadas como referência para repensar o dimensionamento do abrigo emergencial móvel para pessoas em situação de rua.

Tabela 3 – Uso de medidas antropométricas mínimas (5º percentil) e máximas (95º percentil) da população para o dimensionamento de abrigo emergencial móvel para pessoas em situação de rua

Medidas de antropometria estática (cm)	Mulheres		Homens		Medida adotada
	5º	95º	5º	95º	
Estatura, corpo ereto	151,0	172,5	162,9	184,1	184,1
Profundidade do corpo, na estatura do tórax	23,8	35,7	23,3	31,8	35,7
Largura dos ombros, em pé	32,3	38,8	36,7	42,8	42,8
Comprimento da nádega Joelho	53,0	63,1	55,4	64,5	64,5
Largura entre os cotovelos	37,0	54,4	39,9	51,2	54,4
Comprimento vertical da cabeça	19,5	24,0	21,3	24,4	24,4
Largura da cabeça, de frente	13,8	15,9	14,6	16,7	16,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da norma alemã DIN 33402 (IIDA, GUIMARÃES, 2016, p. 208)

Como pode ser observado na tabela 3, as principais medidas antropométricas adotadas como referencial representam a parcela máxima (95º percentil) do público feminino ou masculino. A lógica que foi utilizada para essa seleção era de pensar em dimensionar o espaço do abrigo emergencial para comportar pessoas com as medidas máximas, ou seja, que estivessem dentro do 95º percentil. Dessa forma, o público que estivesse dentro de outras repartições de percentil inferiores ao 95º também seriam contempladas.

Foi a partir da seleção das medidas antropométricas e do tratamento destes dados que foi possível redimensionar o abrigo emergencial móvel para pessoas em

situação de rua. Anteriormente, sua altura era de 1000 mm, agora, passou a ser cerca de 800 mm. Sua largura, que era de 700 mm, foi reduzida para 600 mm. Destas medidas, a profundidade foi a única que se manteve quase inalterada entre as duas versões. Na próxima figura (figura 24) é possível observar visualmente as mudanças entre as dimensões externas das duas versões, enquanto que na figura subsequente é possível observar os volumes comparados a uma pessoa (figura 25).

Figura 24 – Comparação entre a proposta antiga e a proposta redimensionada



Fonte: autoria própria

Figura 25 – Comparação entre nova proposta com pessoa



Fonte: autoria própria

Enquanto mala, com as mudanças dimensionais o volume da nova proposta diminuiu consideravelmente, mas, em contrapartida, tornou o produto mais fácil de ser transportado, visto que possui medidas semelhantes a malas que já circulam no mercado. Além da facilidade em transporte, as mudanças dimensionais também proporcionaram uma nova visão sobre a forma bruta da mala. Como consequência, a nova proposta abandonou as faces com relevos, adotando agora um perfil liso, que passa a ideia de conformidade.

Além da mudança em relação às faces da mala, também foi aderido utilizar um zíper frontal maior, que toma quase toda a extensão da face frontal da mala, visto que esse zíper cria um bolso que, na verdade, servirá tanto para o usuário acessar o conteúdo do volume, quando em forma de mala, como servirá de passagem de entrada do usuário para dentro do volume, quando em forma de abrigo emergencial.

6.3 Estrutura retrátil

Na primeira proposta não só as dimensões eram um desafio para a construção final do abrigo emergencial móvel, como também o mecanismo que serviria para estender o tapete e a cobertura, criando uma espécie de túnel retrátil que ligaria as

duas extremidades da mala. Em primeiro momento, a resposta encontrada era muito superficial, não solucionando as necessidades estruturais do projeto. Fez-se necessário, portanto, estudar mais possibilidades que tornasse viável a construção de um sistema que se assemelhasse a uma sanfona.

À princípio, a forma que foi pensada para a estrutura de armação do abrigo era composta por arcos curvos cobertos por tecido. Essa forma foi escolhida ao observar a estrutura interna de barracas de camping e barracas infantis que possuíam uma estrutura leve com varetas que tornavam o volume firme ao serem tensionadas. Porém, a alternativa se tornou inviável visto que o perfil predominante da mala era um retângulo, ou seja, se fosse adotado a ideia de mecanismo que resultasse em um túnel com perfil em arco curvo haveria uma discrepância visual na forma total do volume do abrigo, além de gerar uma área interna menor. Sendo assim, o perfil a ser utilizado deveria ser o mesmo da mala, um formato retangular.

Para iniciar experimentações de propostas para a estrutura retrátil foi preciso, assim como no processo anterior, observar estruturas já existentes. Uma dessas estruturas é a passagem que liga os vagões de um trem. Sua forma se assemelhava muito a uma sanfona, como demonstrado na figura a seguir (figura 26).

Figura 26 – Estrutura de conexão de vagões de trem



Fonte: autoria própria

Observando de perto, a estrutura de ligação dos vagões, demonstrada na figura anterior, é formada por partes metálicas conectadas entre si por um tecido resistente. Por possuir uma intercalação entre partes sólidas e partes maleáveis, a estrutura final resulta em uma forma que pode ser retraída ou estendida até o seu limite. Para entender melhor esse sistema retrátil fez-se necessário fazer algumas experimentações com modelos em escala reduzida, um deles feito com papel sulfite e demonstrado na figura a seguir (figura 27).

Figura 27 – Experimentação com papel sulfite para estrutura retrátil do abrigo



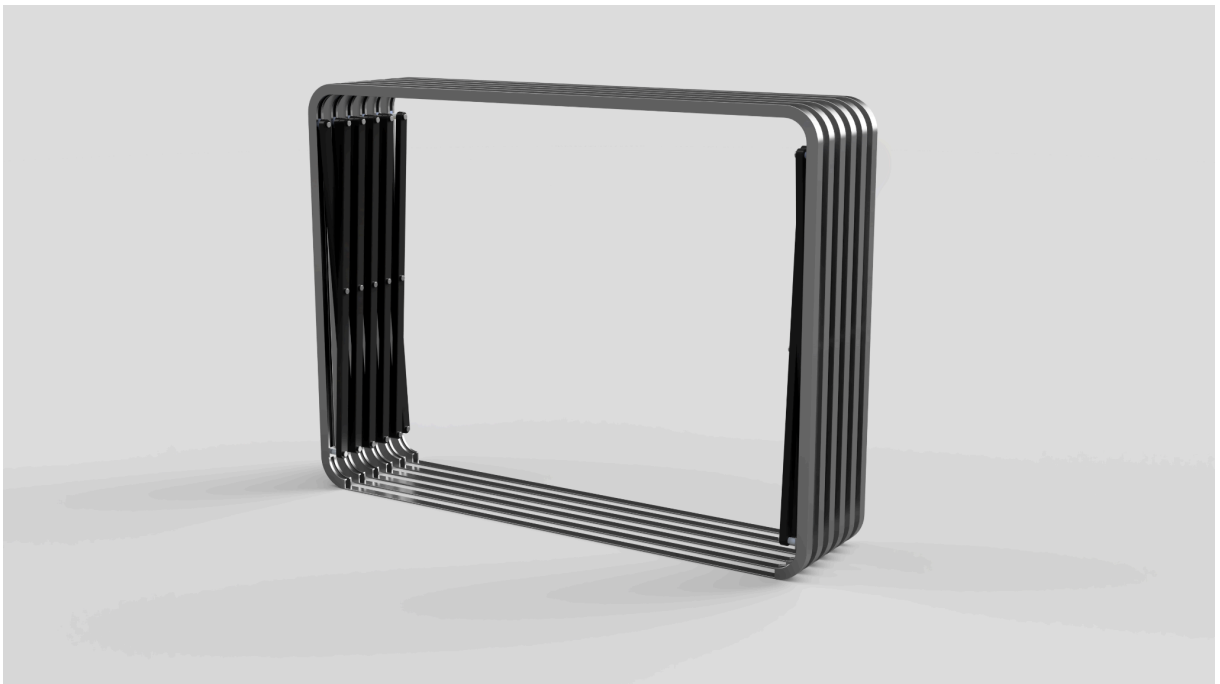
Fonte: autoria própria

Com o modelo em papel em mãos foi possível identificar os pontos de conexão entre as dobras. Além disso, notou-se a necessidade de impedir o movimento vertical da estrutura, já que a ideia é que ela seja estendida horizontalmente e o movimento vertical causaria pontos de fragilidade no decorrer de sua extensão.

A solução encontrada para sanar ambas as necessidades foi utilizar aros metálicos retangulares que seriam postos um à frente do outro, análogo aos pontos

de dobra do modelo experimental de sulfite. Cada aro é conectado ao aro vizinho por meio de dois pares de barras metálicas cruzadas entre si, formando um x. As pontas inferiores desse x são conectadas a cada aro metálico por um eixo de rotação fixo à estrutura, enquanto que as pontas superiores do x são conectadas a um eixo de rotação móvel que, por sua vez, é conectado a um sistema de trilho. Quando os aros são aproximados ou afastados, o eixo de rotação superior das barras metálicas desliza pelo trilho puxando ou retraindo os aros. Como resultado, a estrutura ganha um caráter de movimento retrátil como exemplificado nas próximas figuras (figura 28, 29 e 30) podendo chegar até uma extensão de 2000 mm. Esse valor foi obtido ao somar o 95º percentil da estatura do corpo ereto masculino (tabela 3) a um espaço de folga.

Figura 28 – Estrutura retrátil



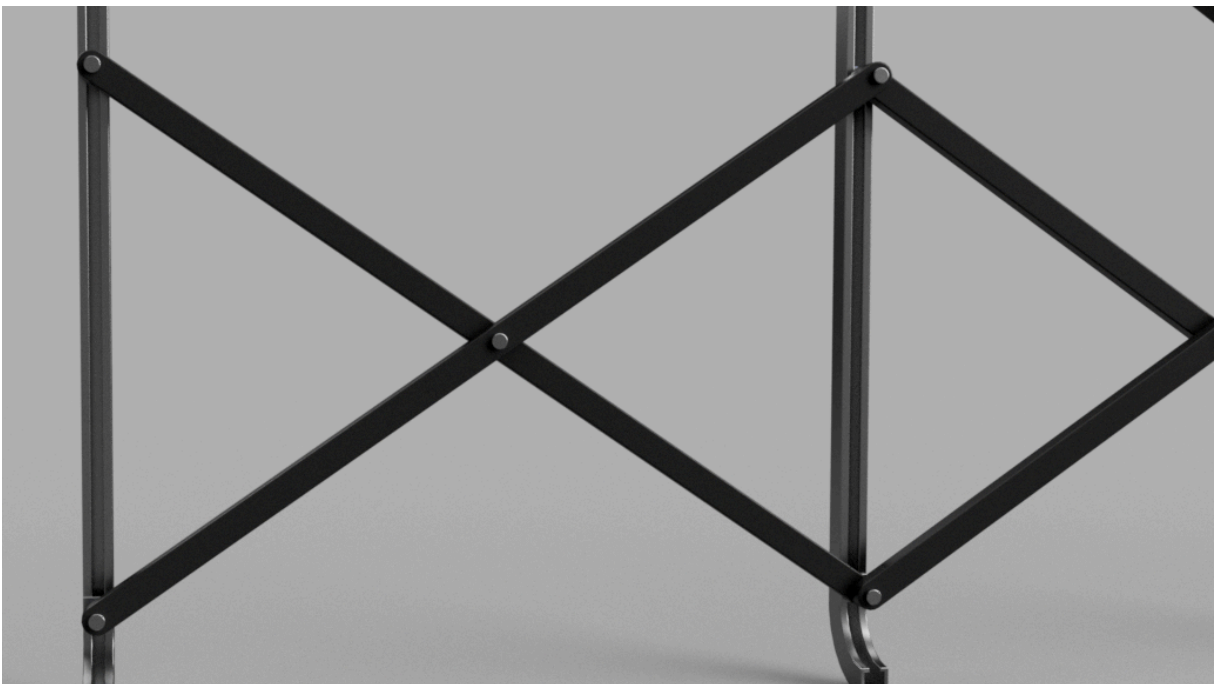
Fonte: autoria própria

Figura 29 – Estrutura retrátil estendida



Fonte: autoria própria

Figura 30 – Detalhe da estrutura retrátil estendida



Fonte: autoria própria

Com a estrutura completa restava adicionar uma cobertura em toda a extensão da superfície e selar o espaço interior gerado pela estrutura. Como a estrutura possui um caráter retrátil, essa cobertura deveria acompanhar o movimento de abrir e fechar, por isso, seria indicado utilizar um tecido, como

demonstrado na figura a seguir (figura 31). Por suas características físicas, os tecidos, sejam eles compostos por fibras naturais ou sintéticas, geralmente possuem uma estrutura flexível e resistente ao desgaste. Além disso, tecidos leves e finos tendem a ser simples de dobrar e manusear.

Figura 31 – Estrutura retrátil com cobertura



Fonte: autoria própria

A figura anterior demonstra a estrutura retrátil completamente estendida e com a cobertura de um tecido. Como as duas extremidades da estrutura, que formam uma espécie de túnel, serão conectadas às extremidades da mala, o túnel ficaria fechado, sem nenhum tipo de iluminação vinda de fora.

Segundo Lida e Guimarães (2016, p. 431), “a luz natural, além de permitir boa visibilidade, produz importantes efeitos fisiológicos”. Dentre esses efeitos, citados pelos dois especialistas, está a sintetização de vitamina D na pele pelos raios ultravioletas; a influência da luz sobre o humor; e até mesmo a produção de efeitos terapêuticos. Sendo assim, o cenário citado anteriormente, sem iluminação natural, poderia acarretar em problemas para o usuário, além de gerar um espaço claustrofóbico.

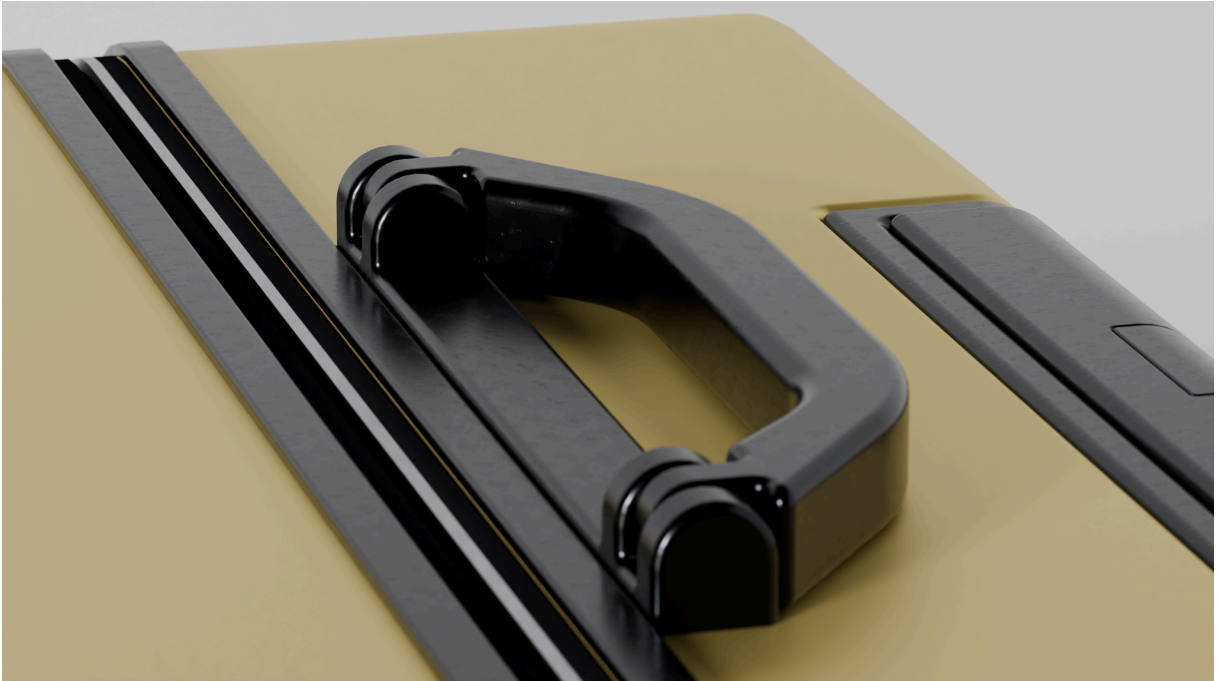
Para solucionar essa questão, foram cortados quatro quadrados de tecido em duas faces da cobertura, e um tecido translúcido foi costurado internamente sobre

os buracos (figura 31). Com essas partes translúcidas, a luz exterior pode incidir dentro do abrigo emergencial preservando a privacidade de quem está dentro. Se o usuário não quiser receber a incidência da luz, ele pode cobrir as partes translúcidas com uma camada interna do tecido da cobertura, costurada com uma cortina.

6.4 Componentes e itens complementares

Além das modificações estruturais realizadas para aprimorar a proposta de um abrigo emergencial móvel para pessoas em situação de rua, também foi necessário incorporar componentes para melhorar o desempenho e a usabilidade do produto final. Alguns desses componentes, como puxadores e rodízios, já estavam presentes desde a primeira versão do abrigo emergencial, mas suas formas ainda eram muito primárias e brutas.

Foi com o desenvolvimento da nova proposta de abrigo emergencial que novas necessidades acabaram surgindo. Neste processo, um dos grandes desafios foi identificar as necessidades de uso e aplicá-las a determinados componentes, não esquecendo a dupla função que o abrigo emergencial desempenha. Como resultado, alguns componentes acabaram desempenhando funções tanto no uso do objeto como mala quanto em seu uso como abrigo emergencial móvel. Um grande exemplo disso são os puxadores (figura 32), que servem tanto para levantar o objeto, quando usado como mala, como também servem para facilitar o deslocamento das extremidades da mala e liberar a estrutura retrátil de abrigo.

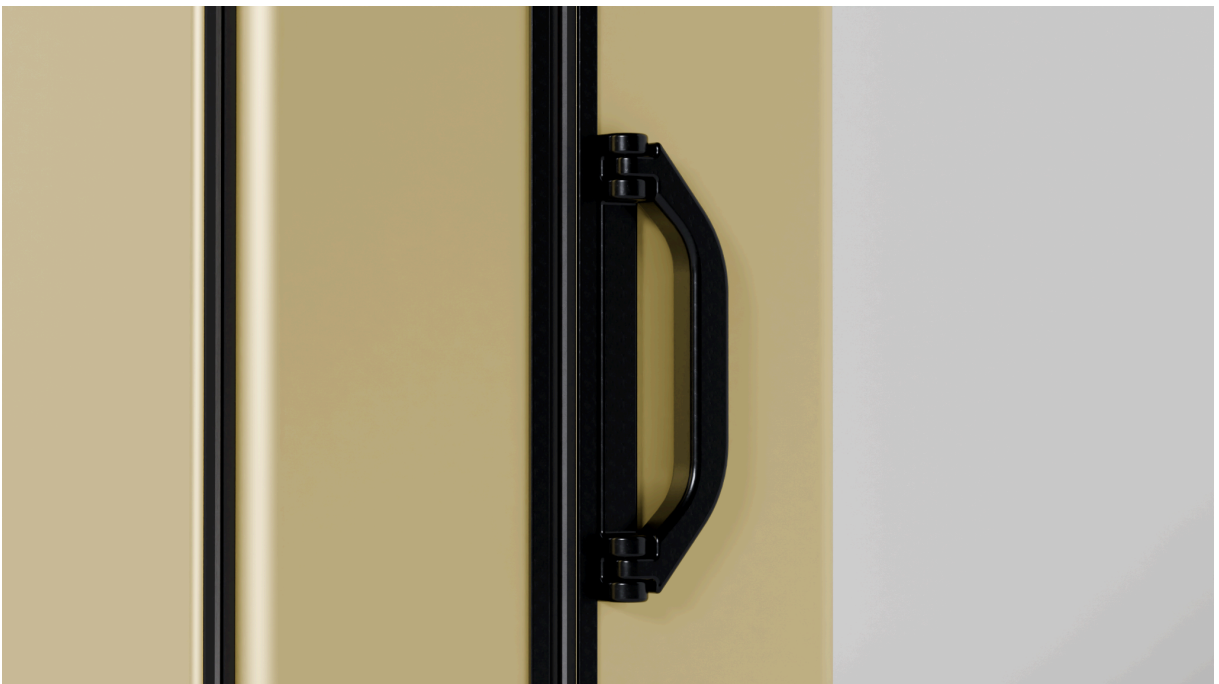
Figura 32 – Puxador superior

Fonte: autoria própria

As mudanças estruturais também impactaram a estética do produto, consequentemente, a nova proposta recebeu uma atualização nos componentes originais da primeira proposta. Foram acrescentados novos rodízios (figura 33), mais robustos que os da primeira versão, com o objetivo de suportar o deslocamento diário do usuário em diversos tipos de terreno na cidade, mas que também combinavam com a estética da mala. Dois puxadores foram incrementados no lugar dos antigos: um na face superior de uma das extremidades da mala e outro em uma das laterais (figura 34), para facilitar o levantamento do volume pelo usuário. Os pés de apoio da mala também foram substituídos por modelos um pouco maiores.

Figura 33 – Rodízios

Fonte: autoria própria

Figura 34 – Puxador lateral

Fonte: autoria própria

Como o tamanho da mala diminuiu graças ao redimensionamento de sua altura, foi necessário também adicionar uma alça telescópica (figura 35) com duas variações de altura que substituiu o puxador fixo que ficava acima de uma das faces

do objeto. Este novo modelo de componente facilita o deslocamento do objeto pelo usuário, proporcionando um melhor controle de direção e altura.

Figura 35 – Alça telescópica



Fonte: autoria própria

Além dos componentes básicos de uso, pensando na possibilidade de ampliação dos itens que seriam dispostos dentro do abrigo, surgiu a questão sobre como organizar os pertences pessoais do usuário, visto que, além de funcionar como abrigo, o produto também desempenha a função de mala. A princípio, foi necessário atentar-se à área útil do abrigo: o produto é composto por dois volumes principais conectados por um zíper central, no entanto, apenas um desses volumes é destinado ao armazenamento de itens, pois o outro abriga grande parte da estrutura retrátil do abrigo, como demonstrado na figura a seguir (figura 36).

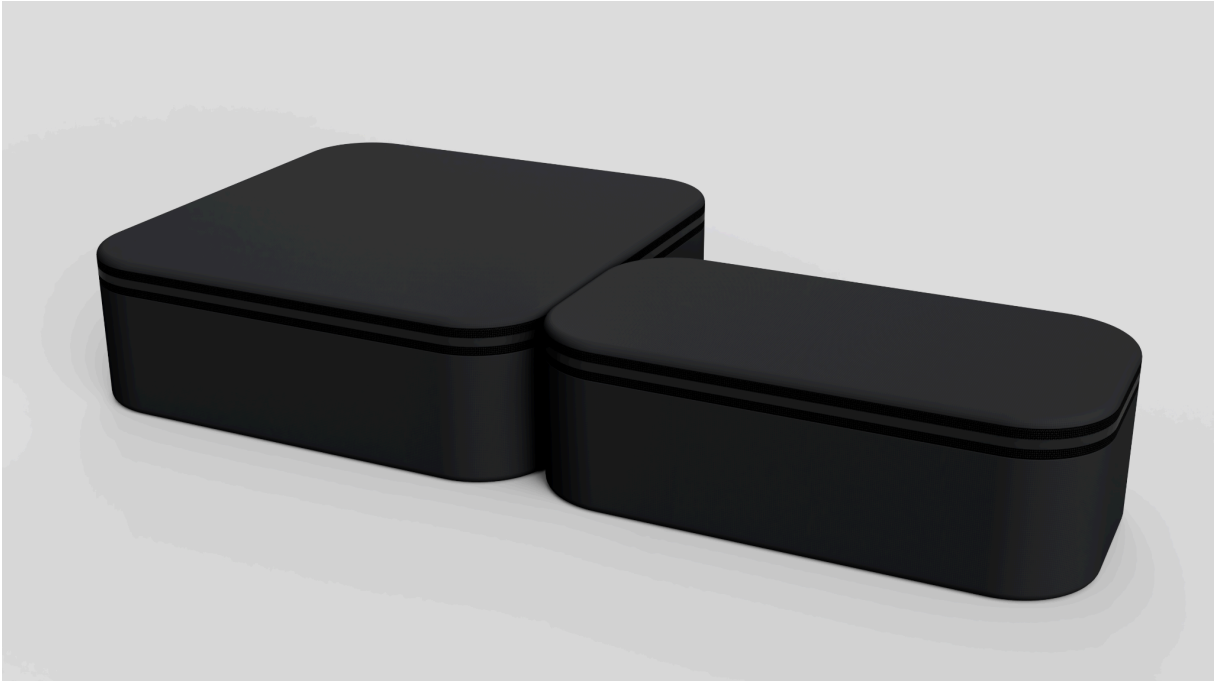
Figura 36 – Dois volumes principais



Fonte: autoria própria

Para solucionar a questão organizacional dos pertences do usuário foi desenvolvido uma linha de bolsas complementares. A linha possui 6 bolsas com duas variações de tamanho, sendo a primeira uma bolsa quadrada, com o lado medindo quase 300 mm, e a segunda uma bolsa retangular, com metade da capacidade da primeira. Ambas as bolsas podem ser observadas nas figuras a seguir (figura 37 e 38).

Figura 37 – Duas variações de bolsa



Fonte: autoria própria

Figura 38 – Exemplo de disposição das 6 bolsas com adição de garrafa

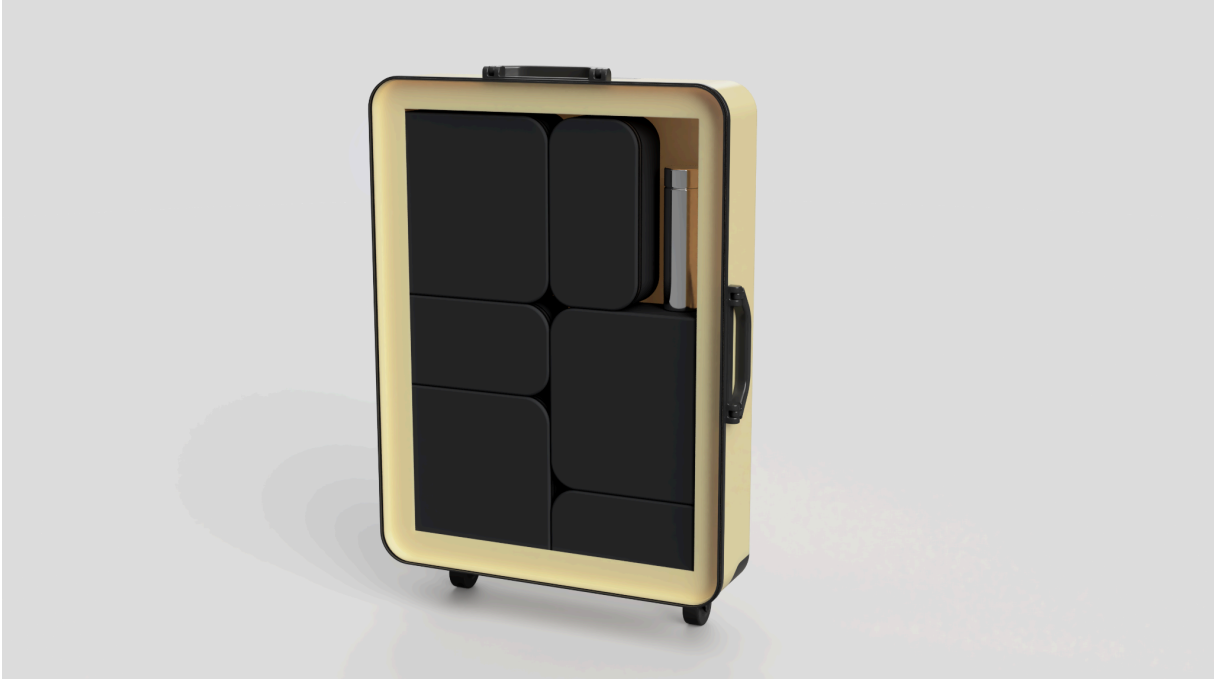


Fonte: autoria própria

Por conta de suas dimensões, as bolsas podem ser organizadas de maneira que aproveitem grande parte do espaço reservado para armazenamento dos itens pessoais do usuário, deixando livre um espaço que pode ser preenchido por outro item, como uma garrafa de água. Com espaços divididos, as bolsas permitem que o

usuário separe seus pertences, evitando que certos itens entrem em contato com outros, como, por exemplo, comida em contato com roupa, além de manter os itens seguros durante o transporte e manuseio.

Figura 39 – Disposição das 6 bolsas e garrafa de água no volume do abrigo

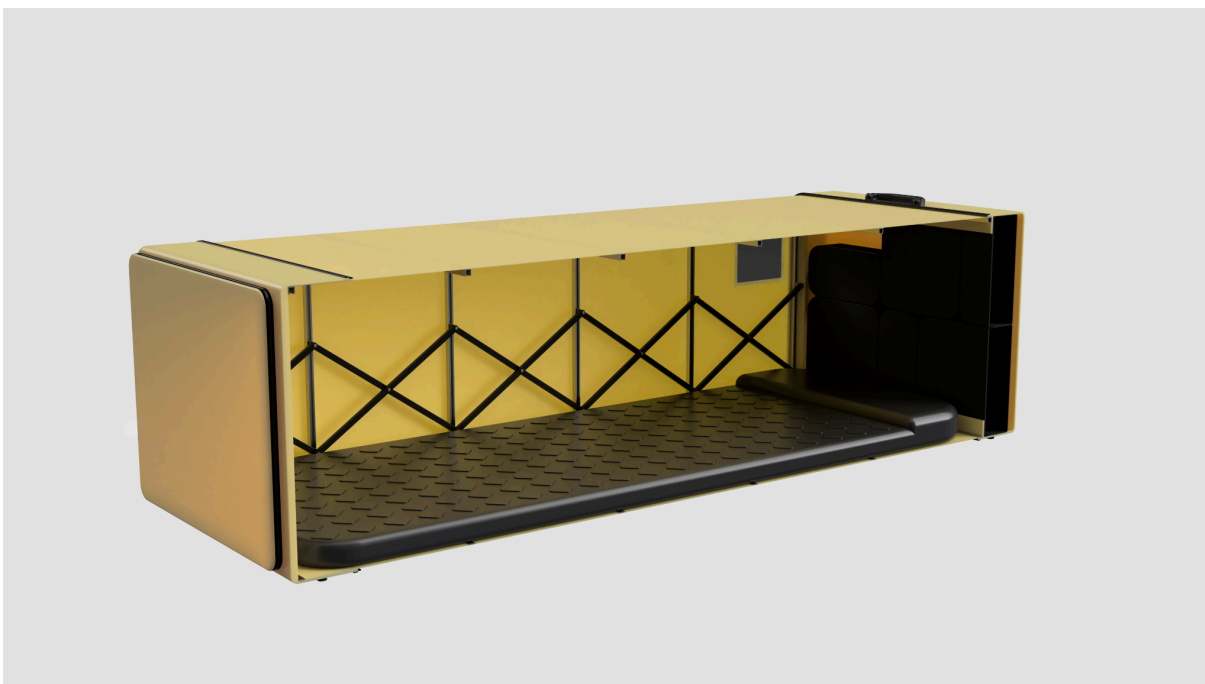


Fonte: autoria própria

Ainda na parte interna do abrigo emergencial, outra mudança que também foi adotada foi a retirada do tapete interno, que funcionava em conjunto com a antiga estrutura retrátil em forma de arco curvo. Como a estrutura retrátil foi modificada, o novo modelo não necessitava de um tapete que entrasse em contato com o solo porque a cobertura já envolvia todo o contorno dos aros metálicos.

Em contrapartida, retirar o tapete interno reduzia o conforto do usuário. Para solucionar esse novo problema a resposta encontrada foi adicionar um colchonete inflável já existente no mercado como componente do produto (figura 40). A decisão de usar um produto pronto foi motivada pela economia nos custos de produção, uma vez que desenvolver uma colchonete do zero geraria gastos adicionais. Utilizar uma estrutura já consolidada, simplifica a logística e a implementação no projeto. Além disso, existem diversos modelos comercializados que dispensam o uso de bomba de ar para ser inflado, características que os tornam uma escolha ideal.

Figura 40 – Representação de colchonete inflado no interior do abrigo



Fonte: autoria própria

Semelhantemente à escolha do colchonete, alguns itens complementares já existentes no mercado podem ser adicionados ao produto com o intuito de melhorar o desempenho do usuário. Cobertor, lanterna e garrafa de água podem ser itens base de um conjunto que acompanhe o abrigo emergencial móvel.

6.5 Escolha de materiais

Somado à construção da estrutura do abrigo emergencial, seus componentes e itens complementares, também é importante abordar a questão da escolha dos materiais, pois eles podem impactar tanto o desenvolvimento do produto quanto sua posterior aceitação no mercado.

Materiais diferentes têm custos diferentes, e a escolha de um material pode afetar significativamente os custos de produção total do produto. Como a ideia principal do projeto é produzir um abrigo emergencial voltado para pessoas em situação de rua, o ideal é trabalhar com materiais resistentes, que suportem intempéries climáticas, mas que, se possível, não encareça o custo de produção.

Outro desafio na escolha dos materiais é conciliar suas qualidades técnicas com o apelo visual, visto que os materiais influenciam diretamente na aparência do produto, o que pode ser decisivo no momento de escolha pelo usuário. Sendo

assim, uma das alternativas encontradas para nortear a escolha dos materiais do abrigo foi observar os materiais presentes em produtos semelhantes, principalmente malas e barracas de camping encontradas em visitas presenciais a lojas especializadas.

A maioria das malas de viagem encontradas possuíam seu corpo feito em Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) ou Policarbonato, ambos plásticos resistentes que são boas alternativas para suprirem as necessidades da estrutura da mala. Pensando na questão logística de distribuição, seriam soluções plausíveis. Pensando na questão ambiental, há a possibilidade de substituí-los utilizando plásticos de alta taxa de reciclagem, como Polipropileno ou PET. Componentes como rodízios, puxadores, pés de apoio e alça telescópica podem ser produzidos do mesmo material do corpo da mala.

As barracas de camping encontradas possuíam sua estrutura de sustentação feita em alumínio, que é um material altamente reciclável (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO, [s.d.]). O material seria ideal tanto para a construção dos aros metálicos da estrutura retrátil quanto para a construção das barras metálicas que ligam esses aros, parafusos e demais componentes da estrutura. Para a cobertura da estrutura retrátil, uma ótima alternativa seria utilizar poliéster com a adição de revestimentos impermeáveis para aumentar sua durabilidade.

Para a linha de bolsas, assim como o tecido que reveste o interior da mala, seria indicado utilizar nylon, visto que muitas bolsas deste material são comumente produzidas como acessórios de malas, então a disponibilidade e uso do material não seria um problema.

6.6 Seleção de cores

Segundo Lida e Guimarães (2016, p. 264), todos os produtos são destinados a satisfazer determinadas necessidades humanas, sendo assim, para que os produtos tenham uma boa interação com seus usuários, devem ter qualidade técnica, usabilidade e agradabilidade.

A qualidade técnica, como explicam os especialistas, diz respeito ao bom funcionamento do produto. A usabilidade, por sua vez, foca nas questões práticas de uso. Por fim, a agradabilidade engloba as preferências e gostos pessoais do usuário,

sendo influenciada, principalmente, pela qualidade estético-emocional dos produtos. Seguindo essa lógica, juntos, essas três qualidades tornam o produto agradável ou não, tanto funcionalmente, quanto esteticamente ao usuário.

Esse tipo de percepção das qualidades do produto ocorre, na maioria das vezes, logo no primeiro contato entre o produto e seu usuário (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 265). Nesse momento, o estímulo visual torna-se o estímulo mais importante porque ocorre imediatamente, seguido posteriormente por outros estímulos sensoriais. Sendo assim, características físicas do produto, como dimensões e formas, que são facilmente visíveis, afetam a relação entre produto e usuário.

Outro grande exemplo, nesse sentido, são as cores do produto. Como explica Iida e Guimarães (2016, p. 440), existem estudos que comprovam a influência que as cores têm sobre o estado emocional das pessoas. Tristeza ou alegria, calma ou irritação, são algumas das muitas reações que as cores podem provocar no ser humano. Somado a essa percepção psicológica, as cores também possuem simbologia, visto que, durante épocas, acabaram sendo associadas a diversos códigos e símbolos nas sociedades (IIDA; GUIMARÃES, 2016, p. 441).

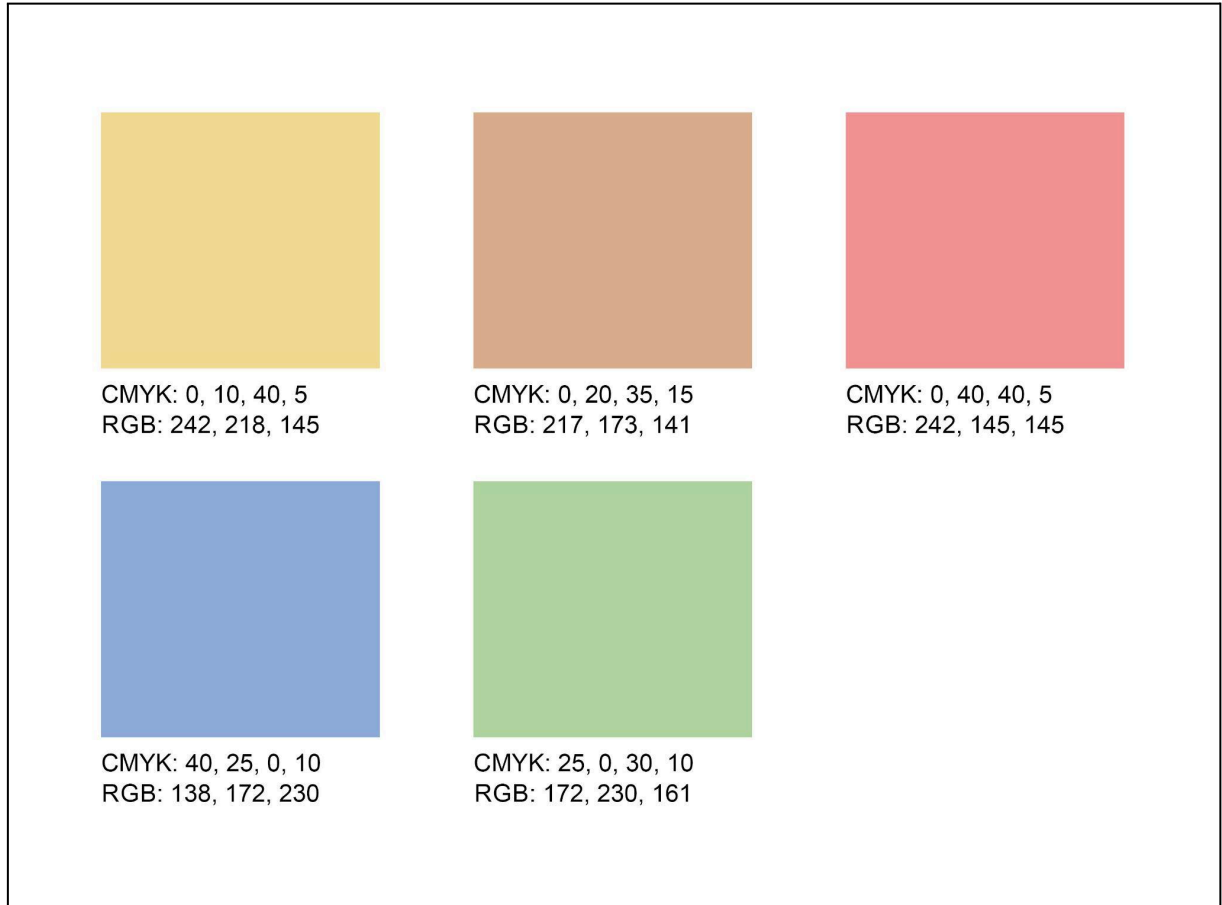
Foi a partir da percepção da importância das cores na agradabilidade do produto que foi possível selecionar a paleta de cores do projeto. Para os componentes, como rodízios, pés de apoio, puxadores, alça telescópica e a linha de bolsas, optou-se pelo preto, uma escolha prática que facilita a produção em série. Dessa maneira, considerando uma linha de produção, os mesmos componentes podem ser utilizados em abrigos de diferentes cores, simplificando o processo de fabricação e reduzindo os custos, já que a variação estaria apenas na cor do abrigo.

Para selecionar a paleta de cores do abrigo emergencial, além de considerar a relação simbólica e os significados das cores, foi necessário atentar-se à interação das cores com a luz solar, visto que o abrigo emergencial possivelmente será utilizado em ambientes externos sem cobertura.

Cores mais escuras absorvem mais a luz solar, por consequência causam o aumento de temperatura da superfície do material. Em contrapartida, as cores mais claras refletem a maior parte da luz solar, o que impacta diretamente na temperatura

e no conforto do abrigo. Sendo assim, as cores mais claras foram selecionadas, culminando na primeira paleta de cor do abrigo emergencial (figura 41).

Figura 41 – Primeira paleta de cor com padrão CMYK e RGB



Fonte: autoria própria

Com cinco variações de cores, a primeira paleta de cor transmite uma sensação de aconchego ao apresentar tons amenos e permite ao usuário escolher a opção que mais lhe agrada (figura 42). Isso caminha ao encontro do requisito de projeto que propunha que o abrigo emergencial dispusesse de diferentes cores ou padrões que permitissem alguma expressão pessoal do usuário.

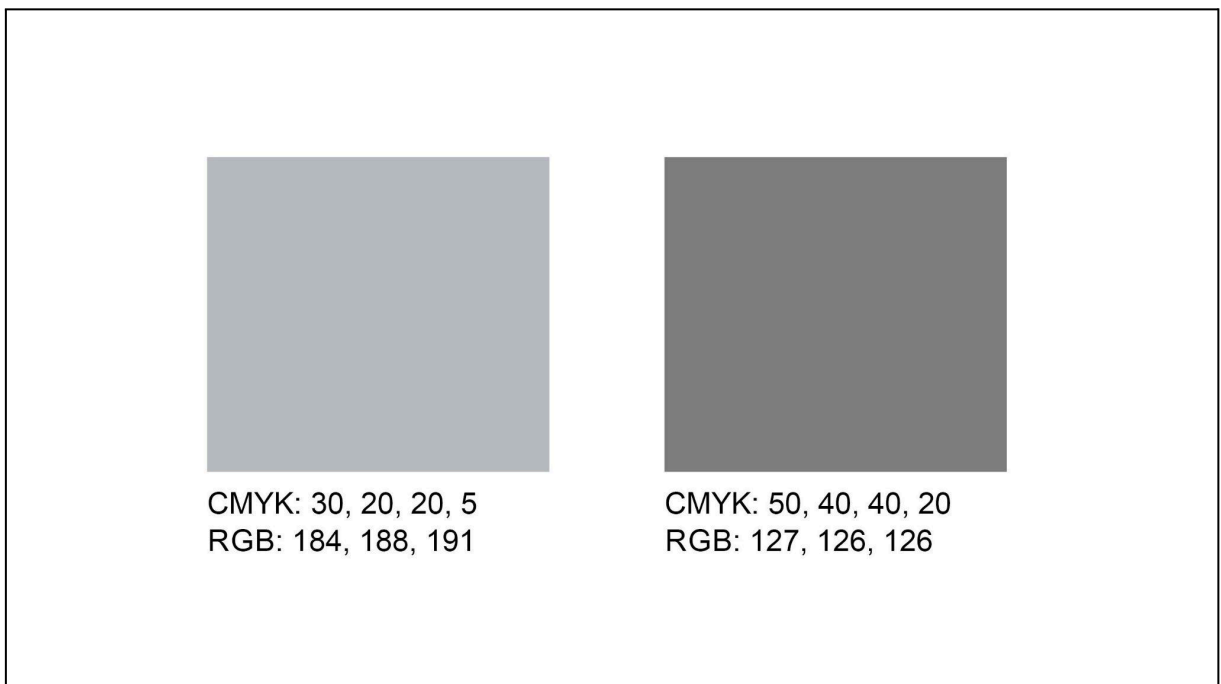
Figura 42 – Aplicação da primeira paleta de cores



Fonte: autoria própria

Mas mesmo que possua tons amenos, a primeira paleta de cores pode causar estranheza para usuários que não se sintam à vontade de usar abrigos emergenciais com cores um pouco mais chamativas. Pensando nessa possibilidade foi desenvolvida uma segunda paleta de cores (figura 43).

Figura 43 – Segunda paleta de cor com padrão CMYK e RGB



Fonte: autoria própria

Para a segunda paleta de cores do abrigo emergencial, inicialmente foi cogitada a inserção do preto como cor principal, por ser uma tonalidade comum em malas e artigos semelhantes, além de discreta. No entanto, devido à absorção de luz solar pelas cores escuras, o preto foi substituído pelo cinza, uma cor que reflete mais luz e, no espectro de cores, se aproxima mais do branco em termos de absorção de calor. Por fim, uma tonalidade de cinza um pouco mais escura foi adicionada como complemento. Ambas as cores podem ser observadas na figura seguinte (figura 44).

Figura 44 – Aplicação da segunda paleta de cores



Fonte: autoria própria

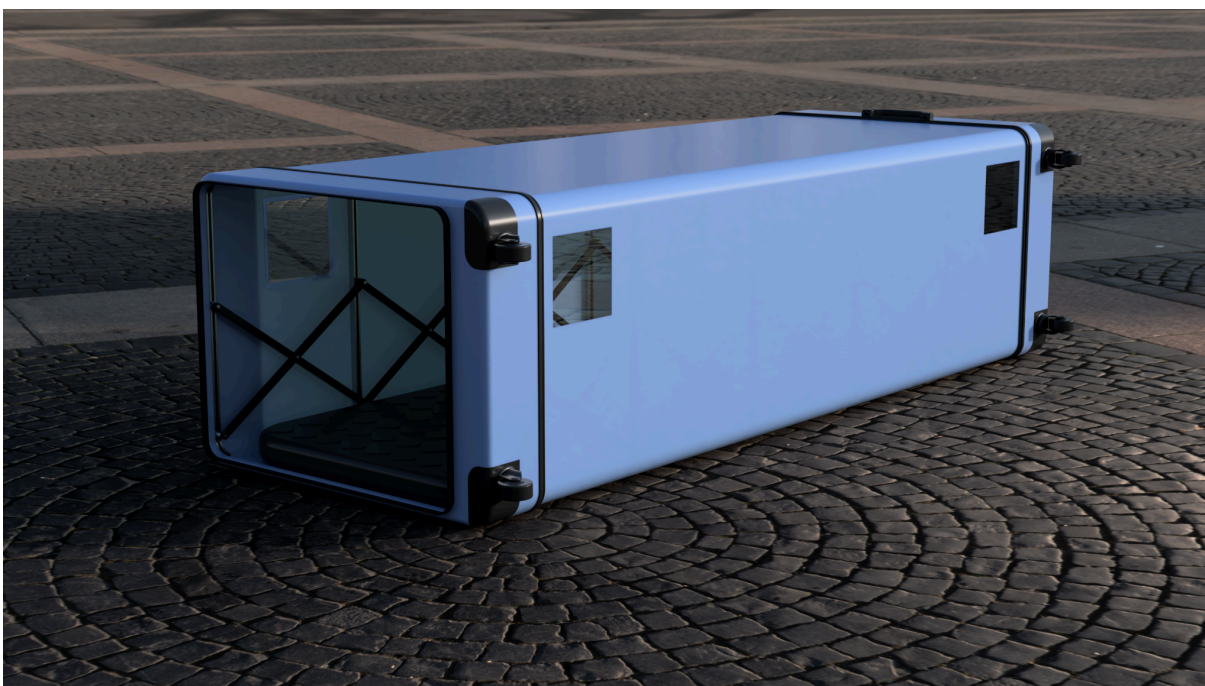
6.7 Aplicação e uso

Como produto, o abrigo emergencial móvel possui o objetivo técnico de desempenhar as funções para as quais foi projetado. Em seu estado inicial, por exemplo, ele é discreto e não discrimina o seu usuário. Porém, quando aberto e ocupando um espaço para estadia, é também um objeto crítico. O volume do abrigo em uso deixa um questionamento àqueles que, de forma transitória, estejam por ele passando: “O que poderia haver lá dentro?”, pergunta que vai ao encontro com o que Krzysztof Wodiczko (1999) aborda em sua obra *critical vehicles*, para quem o design não deve estar limitado a funções comerciais ou estéticas, mas também atuar de forma crítica e interativa acerca de problemas enfrentados por minorias.

O abrigo emergencial é mais prático do que uma barraca de acampamento convencional em muitos sentidos. Inicialmente, o seu uso dispensa a leitura atenta de um guia para a montagem de componentes com diversos padrões de função e encaixe, muitas vezes separados, como as hastes estruturais e espeques para a fixação de tecidos impermeáveis ao solo.

É a partir da abertura da mala e do puxar de uma das extremidades do objeto pelo usuário, que todo o espaço para o pernoite já estaria montado (figura 45). Facilidade essa que também faria toda a diferença na desmontagem do abrigo em decorrência de algum evento imprevisto. Com a saída do usuário, bastar-se-ia reprimir o túnel retrátil sem a perda de item pessoal algum, por já estarem armazenados no espaço interno da mala.

Figura 45 – Inserção do abrigo emergencial em contexto urbano



Fonte: autoria própria

Além de poder guardar itens no espaço interno da mala, como cobertores, peças de vestuário ou até mesmo itens de higiene pessoal; contar com a mobilidade proporcionada pelos rodízios e puxadores; o ponto que encontra-se em uma mala e que também foi explorado no projeto foi a discrição oportunizada pelo seu formato externo já familiar ao dia a dia das pessoas.

E, assim como para Munari (2017, p. 21), o designer aprende ao longo do processo projetual, em que a metodologia o estimula a descobrir novas coisas e novos usos para o projeto, também se pôde perceber, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, que o abrigo poderia ser usado não apenas por pessoas em situação de rua.

Pelas funções de mobilidade, montagem, armazenamento e praticidade já supracitados, este poderia ser um abrigo utilizado não só por pessoas em situação de rua, mas também por qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, pessoas vítimas de grandes desastres climáticos obrigadas a pernoitar em ginásios e outros espaços de uso comum emergencial, por exemplo. Por isso, ao aliar a funcionalidade de um objeto compacto e discreto com o conforto e segurança de um espaço de estadia temporária, o projeto evidencia o potencial que o design tem para ir além de soluções convencionais e promover impactos sociais positivos.

7. CONCLUSÃO

Tendo como ponto de partida o interesse em promover um contraponto ao uso do design hostil, que têm contribuído para reforçar situações de exclusão de minorias a partir da produção de artefatos e instalações aporofóbicas em espaços urbanos do cotidiano, desenvolveu-se, tomando como certo que o design pode ser, também, uma importante ferramenta para a visibilização, crítica e interação com problemas sociais (WODICZKO, 1999), a projeção de abrigos móveis em formato de mala para a pernoite de pessoas em situação de rua, uma população crescente e de muito difícil quantificação e acompanhamento.

Por mais que seja uma obra de design, projetada para cumprir sua função primária como produto, o que foi pretendido aqui vai além da sua função. Busca instigar a quem vislumbra o processo quase metamórfico que transforma uma mala em abrigo a enxergar uma população que a cada dia cresce, mas se torna invisível aos olhos de quem não vê, ou simplesmente não quer ver.

Deste modo, como solução projetual de design, conclui-se que a contribuição deste trabalho extrapola o projeto em si ao trazer à tona a questão da aporofobia em relação à população em situação de rua como um tema que pode ser abordado de forma ampla no campo do design. A partir da proposta de um abrigo emergencial

móvel que parte de um objeto comum, o projeto não só busca oferecer uma solução emergencial de acolhimento, mas também promover o debate sobre como o design pode impactar positivamente a vida de pessoas em estado de vulnerabilidade, como a população em situação de rua, desafiando práticas de exclusão urbana em busca de uma sociedade mais inclusiva.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira do Alumínio. **Características químicas e físicas**. Disponível em: <<https://abal.org.br/aluminio/caracteristicas-quimicas-e-fisicas/>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

_____. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

_____. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 27 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

_____. **Moradia Primeiro**. Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro>>. Acesso em: 4 de abr. 2024.

_____. **Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, DF, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9894.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Lei Nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022**. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. Brasília, DF, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14489.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Inscrever-se no Cadastro Único: o que é?**. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

_____. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CARDOSO, Rafael. **Uma Introdução à História do Design**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2008.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Paulo Henrique Silva. **Entrevista concedida a Wesley Silva Santiago**. Despertar da Família-Catedral, São Paulo, 14 mai. 2024.

Design Council. **The Double Diamond**. 2024. Disponível em: <<https://www.designcouncil.org.uk/our-resources/the-double-diamond>>. Acesso em: 17 nov. 2023

EMPOWERMENT PLAN. **The Coat**. Disponível em: <<https://www.empowermentplan.org/the-coat>>. Acesso em: 3 mai. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FOLHA de S.Paulo. **Colocação e retirada de pedras sob viadutos na zona leste de SP custou R\$ 48 mil**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 31 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/colocacao-e-retirada-de-pedras-so-b-viadutos-na-zona-leste-de-sp-custou-r-48-mil.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 38. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017a. (Originalmente publicado em 1977).

_____. **A Era do Capital, 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017b. (Originalmente publicado em 1977).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. 2022a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

_____. **Censo Demográfico 2022: O que é**. 2022b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

IIDA, Itiro; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. **Ergonomia: projeto e produção**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. IPEA, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MARX, Karl. **O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MUNARI, Bruno. **Artista e Designer**. Tradução de Gisela Monis. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **Das Coisas Nascem Coisas**. Tradução de José Manuel de Vasconcelos. 1. ed. Editora Edições 70, 2017. (Originalmente publicado em 1981).

MUSEU Virtual da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba. **Igreja Nossa Senhora D'Ajuda**. Disponível em: <<https://museu.camaraitaquaquecetuba.sp.gov.br/galeria/igreja-nossa-senhora-dajuda/13>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PREFEITURA de Itaquaquecetuba. **Obra da Praça João Álvares segue em sua segunda etapa**. 2017. Disponível em: <<https://www.itaquaquecetuba.sp.gov.br/obra-da-praca-joao-alvares-segue-em-sua-ssegunda-etapa/>>. Acesso em: 25 mai. 2024

PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Programa Reencontro**. Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, 2024. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria_executiva_d_e_projetos_estrategicos/programa_reencontro/index.php?p=341018#Aux_lio_Reencontro>. Acesso em: 20 mai. 2024.

RAVBAR, Igor. **Who knows**. Designboom, 2006. Disponível em: <<https://www.designboom.com/project/who-knows/>>. Acesso em: 3 maio. 2023.

REIS, Vivian. **Padre Júlio Lancelotti quebra a marretadas pedras instaladas sob viadutos pela Prefeitura de SP**. G1, São Paulo, 2 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancelotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SABOULARD, Gastón; ORTIZ, Federico. **Módulos de vivienda de emergencia despleables**. Beta Architecture, 2016. Disponível em: <<https://www.beta-architecture.com/modulos-de-vivienda-de-emergencia-despleables-gaston-saboulard-federico-ortiz/>>. Acesso em: 2 mai. 2023.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **The Vital Package. Discarded Products, Design and Homelessness in Global Cities: São Paulo, Los Angeles and Tokyo**. Estudo em Design, v. 7, n. 2, p. 41-53, 1999.

WODICZKO, Krzysztof. **Critical Vehicles**. Cambridge: MIT Press, 1999.

9. APÊNDICE A: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Data: 14 de maio de 2024

Local: Despertar da Família-Catedral, São Paulo, SP

Entrevistador: Wesley Silva Santiago

Entrevistado: Paulo Henrique Silva Costa

Pergunta 1: Você pode contar um pouco sobre a sua História? O que te levou a viver em situação de rua?

Resposta: Eu me chamo Paulo Henrique, tenho 53 anos de idade, sou pastor na Igreja Presbiteriana Independente, mas esta nem sempre foi a minha realidade. Aos 10 anos de idade eu entrei no processo de experimentação de tabaco e álcool em uma família com mais outros 6 irmãos com menos idade que também se inseriram neste processo desde bem cedo. Por conta de toda a falta de orientação e de outros tantos problemas sociais que até hoje têm destruído sonhos de muitas famílias, acabei migrando, de forma gradativa, do uso do tabaco e álcool para o uso de drogas ilícitas, até chegar ao uso do crack, droga que, em pouco tempo, me levou à quebra de todos os vínculos familiares, empregatícios e me levou a estar na rua.

Pergunta 2: O processo de uso de drogas ilícitas aconteceu por quanto tempo? Como aconteceu a quebra de vínculos comentada?

Resposta: Esse processo se deu ao longo de 33 anos de uso contínuo de drogas. Até os 43 anos fiz uso de drogas de forma quase ininterrupta, com intervalos de dois ou três dias no máximo por problemas de saúde. Esse processo de uso, abuso e dependência destrutivos causaram resultados esperados em minha vida pessoal, como o afastamento das pessoas, a começar pelo abandono das atividades escolares, vínculos familiares e de trabalho, mesmo tendo tido uma formação paterna de grande valor ao trabalho. Chegou um tempo em que, pela busca de algo diferente e mais forte do que me era proporcionado com uso desta droga, acabei tendo duas overdoses com o uso simultâneo de crack e cocaína que quase me levaram à morte. Foram 15 anos de uso de crack, estando por 6 meses vivendo na rua, período que ocorre depois de eu já ter constituído a minha família nuclear. Casei aos 28 anos com a minha primeira namorada, da qual pude esconder a dependência

em drogas desde os 17 anos de idade. Ela só percebeu o problema após a lua de mel. E mesmo apoiando o meu enfrentamento à dependência química, os primeiros 10 anos de nosso casamento foram de resguardo à maternidade. Ao longo desse tempo, tivemos altos e baixos, devido a muitas de minhas recaídas ao uso de drogas. Trabalhei em grandes empresas, algumas delas multinacionais, no ramo de vendas editoriais em uma líder de mercados. Em 2008, no entanto, com as novas demandas por profissionais com habilidades no uso de internet, que eu ainda não tinha, e o nascimento do nosso primeiro filho, Pedro, minha dependência ao uso de drogas se mostrava insustentável, acabei saindo de casa e perdendo a minha rede de apoio.

Pergunta 3: O desvínculo de laços familiares e amizades é comum entre as pessoas em situação de rua?

Resposta: Exatamente. E a sociedade, geralmente não dá chance à visibilização das histórias das pessoas que, por conta da dependência química, traumas, abusos etc. saíram do contexto familiar e hoje em dia estão como moribundos, dormindo em praças, debaixo das marquises ou dentro de túneis. Não obstante, existem projetos que têm alcançado essas pessoas. Um deles, inclusive, organizado pela Igreja de que faço parte foi o que me alcançou. A partir da distribuição de panfletos com narrativas sobre outros dependentes químicos, pude me identificar com a história de um deles que teve como fim do vício a morte ainda na juventude, deixando ao pai apenas uma carta, descrita nestes panfletos que nos eram distribuídos. Nesta época eu já morava em situação precária, dentro de um carro velho. Sobrevivia a partir de pequenos trabalhos esporádicos, como a reciclagem, em regiões de bairro periféricas, uma vez que as regiões centrais me incomodavam. Eu não me sentia bem em dividir espaço com uma multidão. Sempre preferi estar mais isolado.

Pergunta 4: Qual o impacto que o rompimento dos laços familiares pode acarretar?

Resposta: A perda dos referenciais familiares compromete até mesmo a sua personalidade, moral e caráter. Tudo isso vai sendo corrompido em uma velocidade muito rápida, que também arrasta a sua família para o problema. Hoje, uma das estimativas que temos a partir da Cracolândia, um dos maiores “leprosários à céu aberto” da cidade de São Paulo, é que tenhamos cerca de 53 mil de pessoas em

situação de rua na cidade de São Paulo. Hoje, no projeto de resgate às pessoas em situação de rua que organizamos, tentamos construir uma rede de apoio que se propõe a escutar a história dessas pessoas, usando muitas vezes como ponto de partida a exposição de nossas próprias histórias de dependência química e enfrentamento. A partir do primeiro contato e identificação da pessoa dependente do uso de drogas, entramos em contato com a sua família que também é convidada a participar do processo de reconciliação e enfrentamento, com mudanças de hábitos, lugares e pensamentos, e, com a construção de novos vínculos e situações de pertencimento.

Pergunta 5: Estar na rua colabora com a construção de imagens desumanas sobre si mesmo?

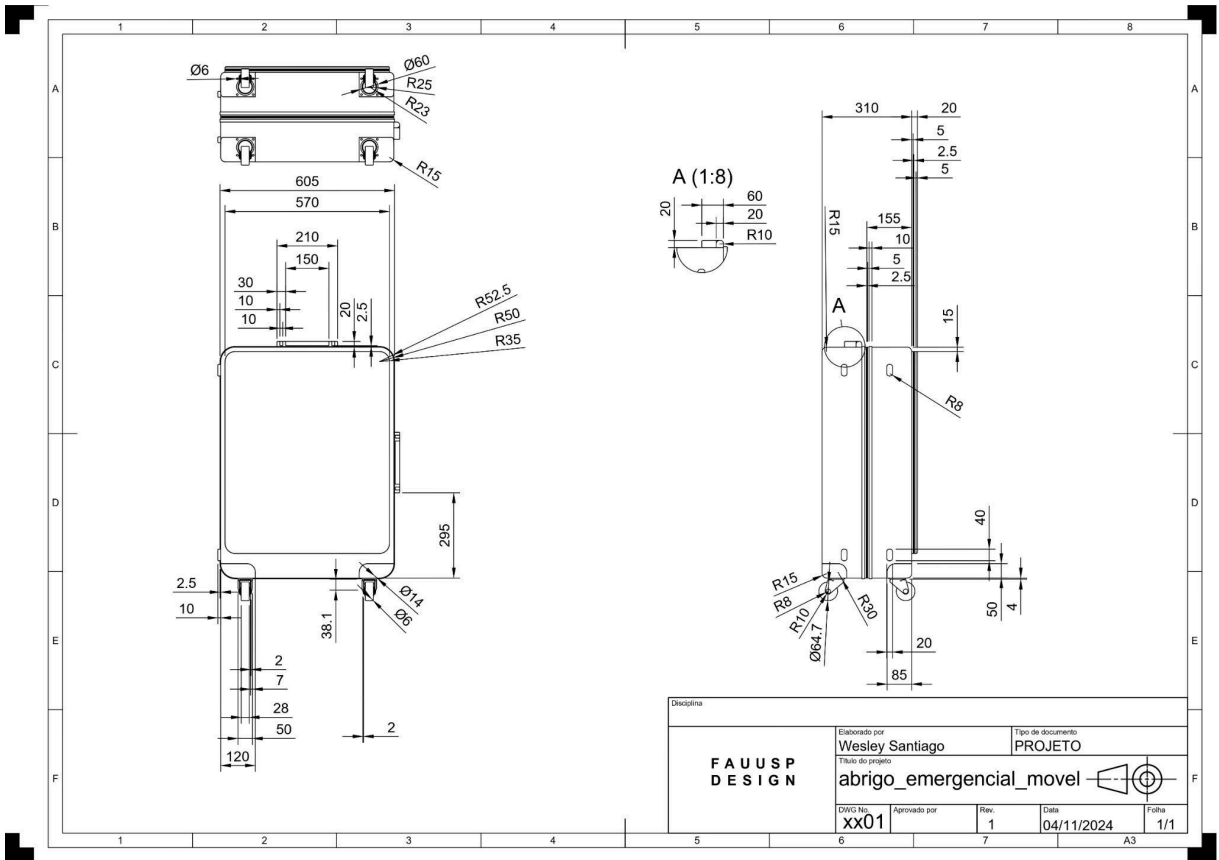
Resposta: É claro que sim. Ser amado, visto, requisitado contribui para a formação de nossa identidade. Perder isto ao longo do tempo, desenvolve a impressão de desalento e de desesperança. Comerciantes, lojistas muitas vezes se sentem prejudicados com a proximidade de pessoas em situações de rua. Prédios e lojas, por vezes, instalam até mesmo canos com goteiras permanentes durante toda a madrugada para manter as suas calçadas sempre molhadas e assim evitar que seja possível que alguém ali possa se abrigar durante a noite. Nosso projeto, no entanto, não tem a pretensão de sanar esse problema, que está muito além do que nós podemos fazer, mas sim colaborar com outros projetos neste contexto em uma rede de apoio.

Pergunta 6: Quais são as principais dificuldades de se estar na rua? Como geralmente se passa a noite na rua?

Resposta: Ninguém dorme na rua como se dorme em casa. Rua não é lugar para se dormir. Quem está na rua sobrevive. Além do desconforto, da fome, e da falta de cobertores, por exemplo, existem condições que podem complicar ainda mais esta situação, como a drogadição e a precariedade na higiene pessoal, que contribuem para estigmatizar a pessoa em situação de rua, sendo levada a estar sempre alerta com a hostilidade dos outros. A maioria dessas pessoas só consegue adormecer durante a manhã, com a abertura dos comércios. Durante a madrugada é muito perigoso dormir sem a presença de transeuntes.

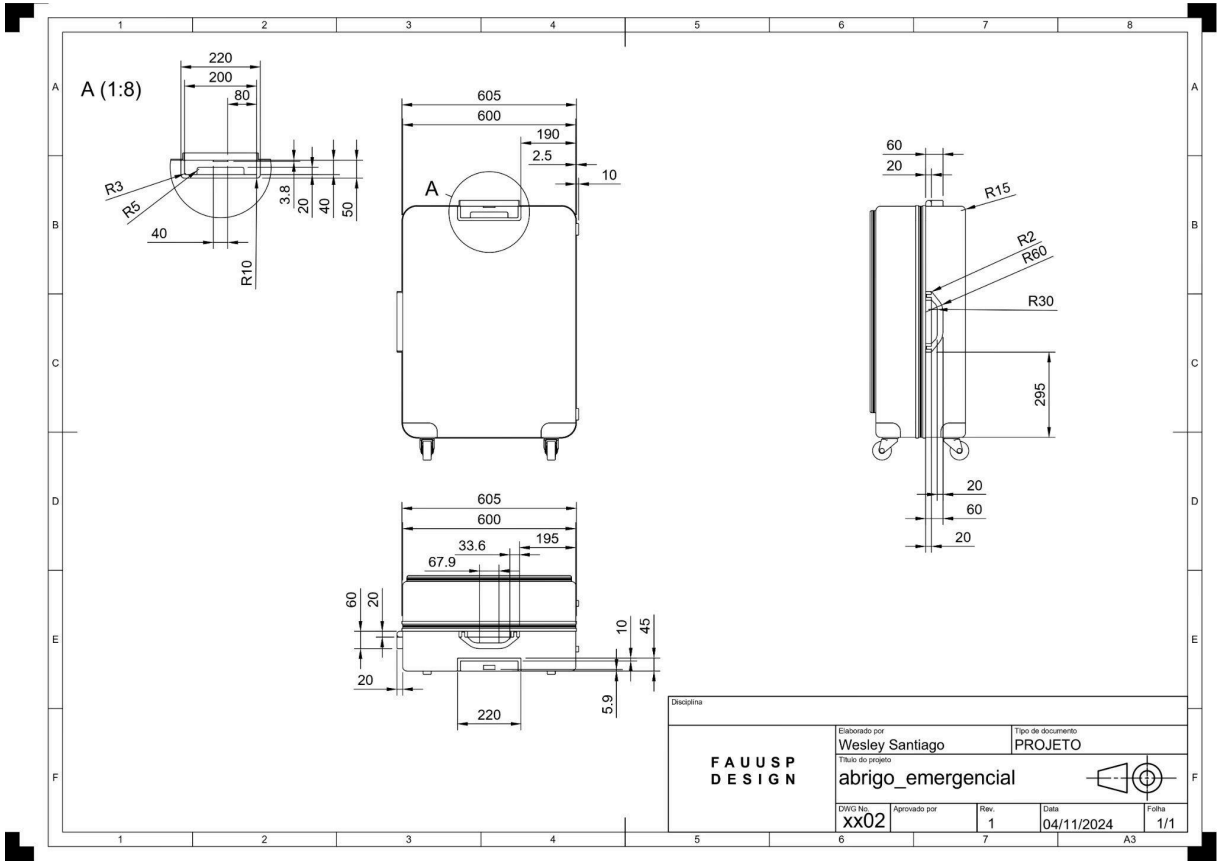
10. APÊNDICE B: DESENHOS TÉCNICOS

Figura B.1 – Desenho técnico 1



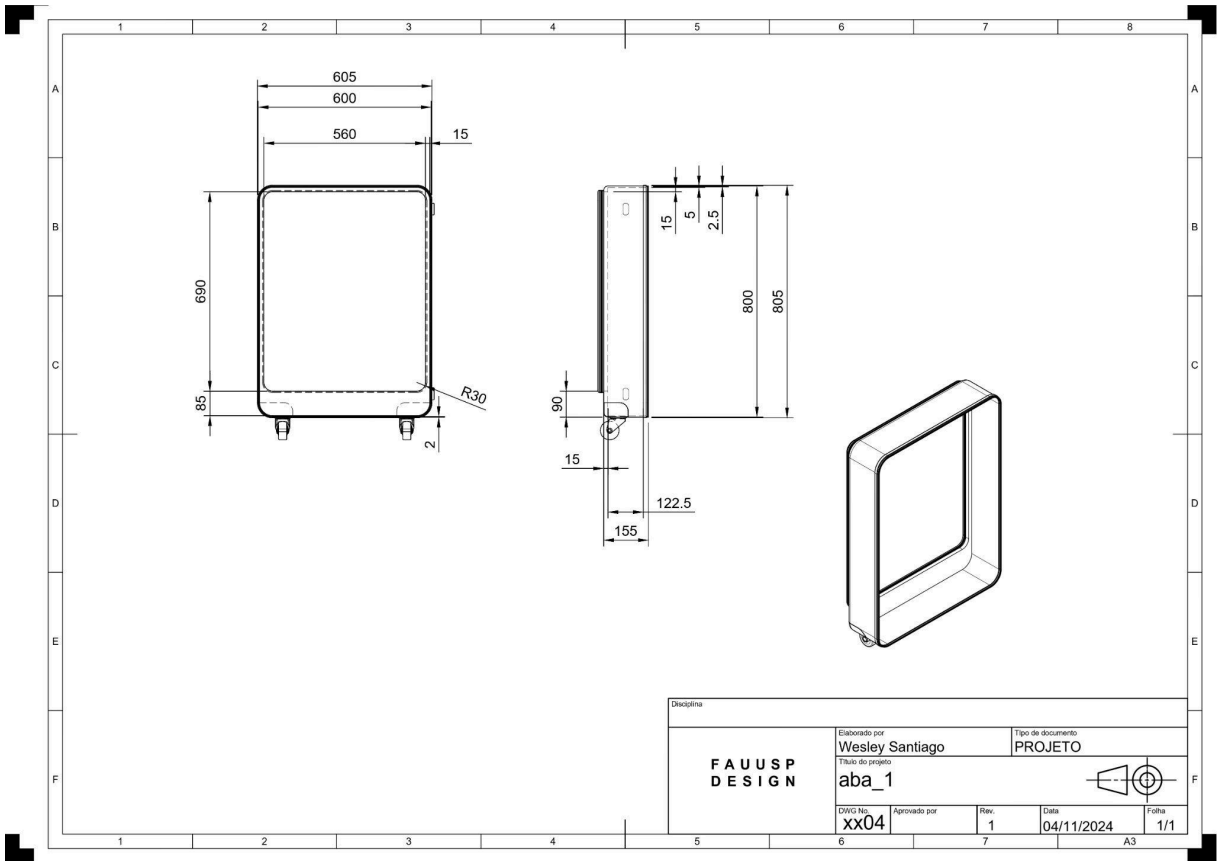
Fonte: autoria própria

Figura B.2 – Desenho técnico 2



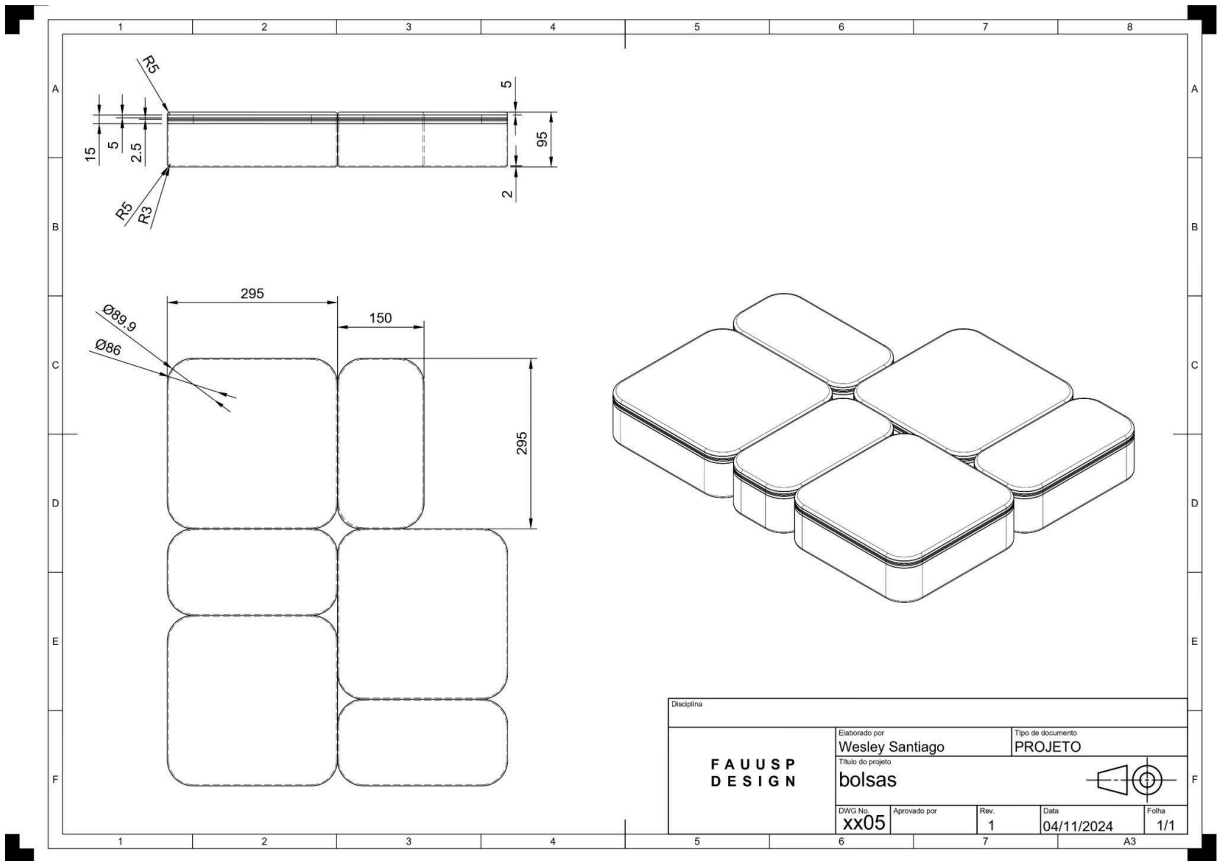
Fonte: autoria própria

Figura B.4 – Desenho técnico 4



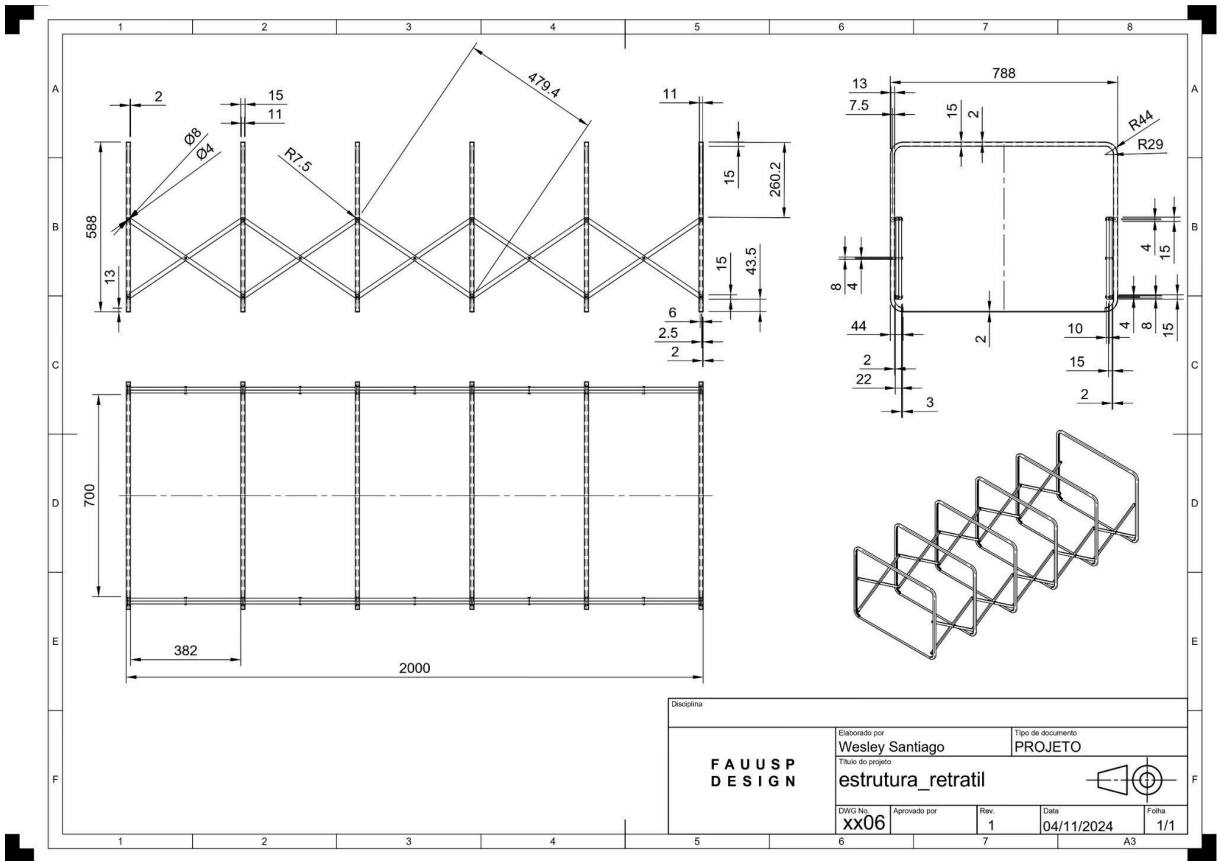
Fonte: autoria própria

Figura B.5 – Desenho técnico 5



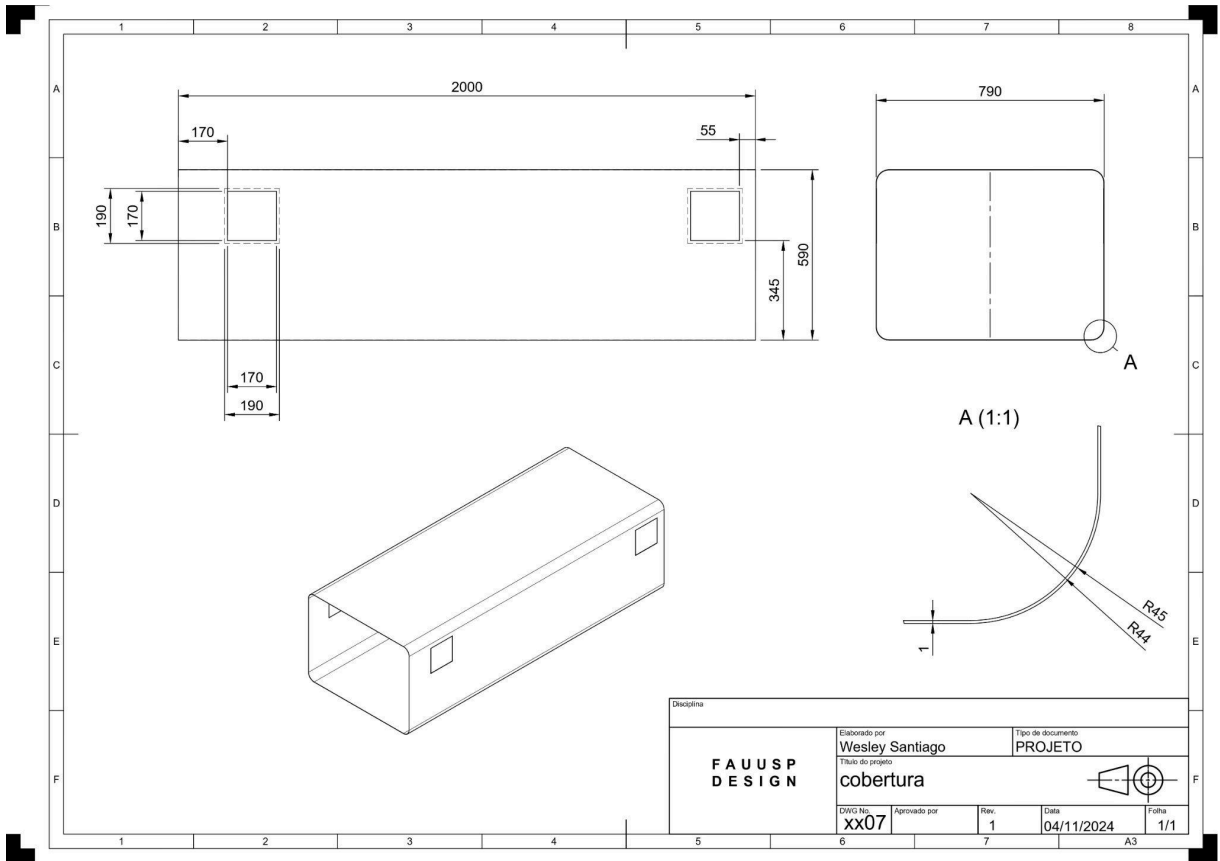
Fonte: autoria própria

Figura B.6 – Desenho técnico 6



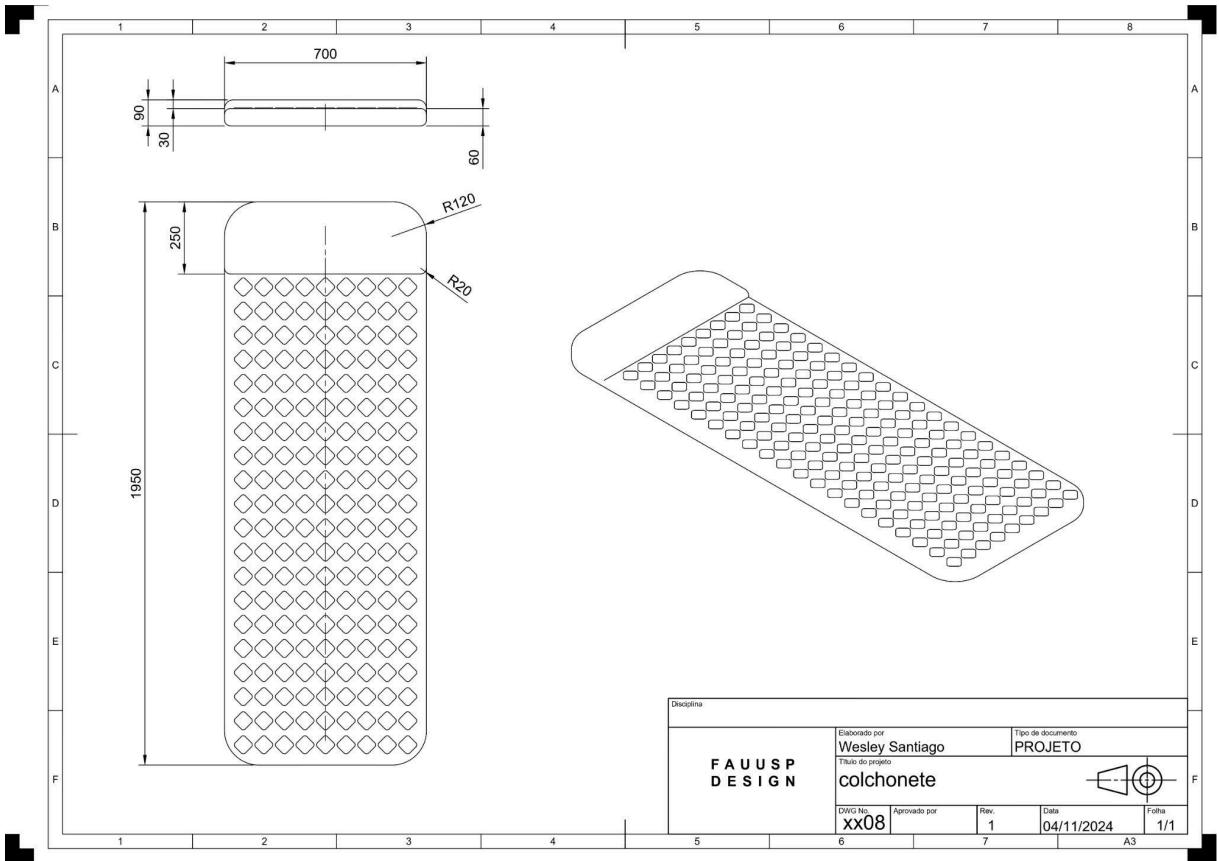
Fonte: autoria própria

Figura B.7 – Desenho técnico 7



Fonte: autoria própria

Figura B.8 – Desenho técnico 8



Fonte: autoria própria